

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE**

**A norma de gênero olímpica: “mulheres legítimas” e o tensionamento da
bicategorização por atletas trans e intersexo**

Waleska Vigo Francisco

**São Paulo
2024**

WALESKA VIGO FRANCISCO

**A norma de gênero olímpica: “mulheres legítimas” e o tensionamento da
bicategorização por atletas trans e intersexo**

Versão Corrigida

Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte

Orientadora: Profa. Dra. Katia Rubio

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca
Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Francisco, Waleska Vigo

A norma de gênero olímpica: “mulheres legítimas” e o
tensionamento da bicategorização por atletas trans e intersexo /
Waleska Vigo Francisco. – São Paulo : [s.n.], 2024.
165p.

Tese (Doutorado) - -Escola de Educação Física e Esporte da
Universidade de São Paulo.
Orientadora: Profa. Dra. Katia Rubio

1. Esporte olímpico 2. Gênero 3. Atletas I. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: FRANCISCO, Waleska Vigo

Título: A norma de gênero olímpica: “mulheres legítimas” e o tensionamento da bicategorização por atletas trans e intersexo.

Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Profa Dra

Instituição:

Julgamento:

Profa Dra

Instituição:

Julgamento:

Profa Dra

Instituição:

Julgamento:

Dedico este trabalho aos meus amores vivos e aos que já se foram. Começando por Solange Ayaco Yokoi, minha companheira solar de risadas e de abraços em dias de trovão. À minha mãe, Leonice Gonçalves Vigo Francisco, por ensinar a dança da felicidade e sobre projetos de sonhar. Ao meu pai passarineiro, José Luiz Francisco, pelas aulas de paciência e determinação. Aos atos e olhares carinhosos de meu avô, Antônio Gonçalves Vigo e de meu irmão Warley Vigo Francisco. Por fim, ofereço à minha avó Lourdes dos Santos Vigo, pela herança dos sonhos de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ficaria incompleto se eu não agradecesse à minha orientadora, professora Katia Rubio, pela disponibilidade, pelos ensinamentos, pelas portas abertas, pelas caronas oferecidas e pelos convites às festas, cafés da manhã e almoços. Como disse a ela uma vez, agradeço por me ajudar a retomar o direito de sonhar.

Agradeço à Luciana Ferreira Angelo pelas incontáveis conversas com as melhores perguntas e, principalmente, por me ensinar a saborear a loucura que foi este trabalho.

Ao brilhante pesquisador e professor Neilton de Souza Ferreira Junior, aquele que por felicidade posso chamar de amigo de Doutorado. Obrigada pelas horas “gastas” em conversas sobre racismo, sexismo, transfobia, corpo, esporte, gênero, cinema e música, além dos sarcasmos sobre o movimento olímpico que arrepiariam o bigode de Pierre de Coubertin.

Minha profunda gratidão ao acolhimento da professora Tessa Moura Lacerda durante o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE). Com ela, aprendi como uma sala de aula pode ser fervida, intensa e amorosa. Sem dúvida, muito dos apontamentos feitos em suas aulas com base nos feminismos (com destaque para os decoloniais e negros) mudaram não só o rumo deste trabalho, mas despertaram uma intensa curiosidade sobre a miscigenação que marca minha própria história.

À companhia gloriosa de Wilson Furtuoso da Silva (ou simplesmente Birigui) nos momentos mais burocráticos da pós-graduação e durante os almoços com direito a feijoada.

Agradeço a todas as pessoas que passaram pelo Grupo de Estudos Olímpicos (GEO-USP) desde quando comecei a participar das reuniões em 2017. Sou grata pelas maravilhosas provocações acadêmicas e pelo compartilhamento das inseguranças produzidas no decorrer da pós-graduação.

Às professoras que muito contribuíram com este trabalho trazendo questionamentos que, de maneira solitária, não seriam alcançados: Jacqueline Moraes Teixeira, Patricia Lessa, Ana Cristina Zimmermann e Thabata Castelo Branco Telles.

Mesmo sabendo que blefaram no truco, agradeço às fieis amigas Melina Bergamin Rossi e Simone Pardini pelas noites de jogatina com cerveja.

Também agradeço à agência de fomento CAPES pelo auxílio financeiro tão fundamental à conclusão desta pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, ‘o outro’ – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos ‘sujeitos normais’ – é hipermercado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. (MOMBAÇA, 2016, p. 11).

RESUMO

FRANCISCO, W.V. **A norma de gênero olímpica:** “mulheres legítimas” e o tensionamento da bicategorização por atletas trans e intersexo. 2024. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Atletas trans e atletas com variação intersexual têm encontrado inúmeros obstáculos para se inserir no esporte olímpico. Esta é uma situação que pode ser vista tanto na categoria masculina quanto na feminina, mas, nos últimos anos, os debates sobre a elegibilidade dessas/es atletas ficaram mais intensos e visíveis na categoria feminina. Na maior parte do tempo, as discussões tentam responder a duas perguntas: primeira, tais atletas podem ou não participar das competições olímpicas na categoria feminina, e por quê? Segunda, em caso de resposta positiva à inclusão, o que é preciso fazer para “adequar” o rendimento destas atletas ao que é percebido na categoria feminina? Nesta pesquisa, no entanto, trabalha-se com outra perspectiva. Aqui é feito um resgate sócio-histórico que objetiva compreender por que alguns corpos foram considerados legítimos para a categoria feminina, enquanto outros não. Ao contrário do que se pode pensar, este desafio está colocado para a gestão olímpica desde a década de 1930. Suspeitando que homens estivessem invadindo a categoria feminina, dirigentes do Comitê Olímpico Internacional e das Federações Internacionais, deram início às primeiras discussões sobre quais medidas protetivas deveriam ser tomadas. A partir disso, começou-se a criar uma política do corpo “verdadeiro” (somente para a categoria feminina), que pode ser conferida até os dias de hoje. Baseando-se em noções culturais de gênero e, em tensões geopolíticas, as equipes envolvidas no projeto de criação das “mulheres legítimas” para o esporte olímpico, conseguiram validar e implementar diferenciados protocolos de verificação de gênero que acabaram prejudicando também as mulheres cisgêneras. Buscando compreender como este processo se desenvolveu, duas metodologias foram usadas neste trabalho: a genealogia de Michel Foucault, para investigar quais tensões sociais moldaram e/ou distorceram as normas de gênero dentro da categoria feminina, e também as narrativas biográficas de atletas olímpicas brasileiras que tiveram suas subjetividades atravessadas pelas práticas e regulamentações de controle. Como resultado das investigações, constatou-se que as autoridades esportivas, muitas vezes, se respaldam em argumentos de caráter coloniais eugenista da epistemologia binária criada na Europa durante o século XVIII. De modo sucinto, foi neste período histórico que se separou o corpo em modelos biológicos binários estáticos e distintos e, se iniciou uma organização social a partir do corpo. Com base nisso, o presente trabalho sugere que as gestões olímpicas e federativas, denominaram um padrão

normativo de corpo para a categoria feminina que ao longo da história culminou com a aniquilação da variabilidade biológica.

Palavras-chave: Gênero. Transgênero. Intersexual. Mulheres. Feminismo decolonial. Esporte Olímpico.

ABSTRACT

FRANCISCO, W.V. **The Olympic gender norm:** “legitimate women” and the tension of bicategorization by trans and intersex athletes. 2024. Thesis (Doctorate in Science) – School of Physical Education and Sport, University of São Paulo, São Paulo, 2024.

Trans athletes and athletes with intersex variations have faced numerous obstacles to enter Olympic sport. This is a situation that can be seen in men's and women's categories, but, in recent years, debates about the eligibility of these athletes have become more intense and visible in women's category. Most of the time, discussions try to answer two questions: first, can these athletes participate in Olympic competitions in the female category or not, and why? Second, in case of a positive response to inclusion, what needs to be done to “adapt” the performance of these athletes to what is perceived in the female category. In this research, however, we work from another perspective. Here a historical review is made that aims to understand why some bodies were considered legitimate for the female category, while others were not. In the opposite way of most people might think, this challenge has been posed to Olympic management since the 1930s. Suspecting that men were invading the women's category, directors of the International Olympic Committee and International Federations began the first discussions about which protective measures should be taken. From this, a “true” body policy began to be created (only for the female category), which can be seen till this day. Based on cultural notions of gender and geopolitical tensions, the teams involved in the project to create “legitimate women” for Olympic sport managed to validate and implement different gender verification protocols that also ended up harming cisgender women. Seeking to understand how this process developed, two methodologies were used in this work: Michel Foucault's genealogy, to investigate which social tensions shaped and/or distorted gender norms within the female category, and also the biographical narratives of Brazilian Olympic athletes whose subjectivities were crossed by control practices and regulations. As a result of the investigations, it was found that sports authorities often rely on arguments of a colonial eugenic nature and the binary epistemology created in Europe during the 18th century. Briefly, it was in this historical period that the body was separated into static and distinct binary biological models and a social organization began based on the body. Based on this, the present work suggests that the Olympic and federative administrations called a normative body standard for the female category that throughout history culminated in the annihilation of biological variability.

Keywords: Gender. Transgender. Intersex. Women. Decolonial feminism. Olympic Sport.

SUMÁRIO

1	MEMORIAL: A APROXIMAÇÃO COM A PESQUISA.....	1
2	INTRODUÇÃO: O DETERMINISMO BIOLÓGICO REGULANDO A PARTICIPAÇÃO DE “MULHERES LEGÍTIMAS”.....	15
3	OBJETIVOS E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: ENTRE A GENEALOGIA DE FOUCAULT E AS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....	19
4	A FORMAÇÃO DA CATEGORIA FEMININA OLÍMPICA FRENTE ÀS TÉCNICAS NORMATIVAS DE GÊNERO.....	23
4.1	Anos iniciais: a invenção de “mulheres legítimas” para a categoria feminina.....	23
4.2	Entre as décadas de 1930 e 1960: novos corpos, <i>outras</i> performances.....	39
4.3	“Falsas” biologias para o movimento olímpico: atletas trans e com variação intersexual. 48	
4.4	O Y da questão: os testes de verificação de gênero entre as décadas de 1960 e 1990.....	71
4.5	Atletas brasileiras: a norma de gênero frente à subjetividade.....	86
4.6	De 2000 até a atualidade: pilhas de documentos na era da testosterona.....	97
4.6.1	O Consenso de Estocolmo de 2003 e os regulamentos da IAAF/World Athletics de 2011.	98
4.6.2	A audiência de Dutee Chand na Corte Arbitral do Esporte.....	109
4.6.3	Chris Mosier e a produção de mais um documento em 2015.....	115
4.6.4	Caster Semenya e os Direitos Humanos.....	118
4.6.5	As diretrizes de 2019 da IAAF/World Athletics e o último regimento do COI em 2021. 124	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATLETAS SOB A NORMA DE UMA TEORIA EM VERTIGEM.....	128
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
	ANEXO 1.....	151

1 MEMORIAL: A APROXIMAÇÃO COM A PESQUISA.

Neste capítulo, gostaria de deixar registradas algumas experiências vividas por mim que encontram relação com a escolha do tema desta pesquisa. Provavelmente, este trabalho nem existiria se o Brasil não tivesse sediado os Jogos Olímpicos de 2016. Pelas minhas contas, era o ano de 2008 quando houve o anúncio da vitória brasileira como cidade-sede. Lembro como se fosse hoje. Acompanhei na televisão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a atleta do voleibol Leila Barros chorando de emoção pela conquista. Confesso que também chorei, e muito. Havia acompanhado de modo apaixonado os Jogos de Atlanta-1996 e os de Sidney-2000. Depois disso, as horas consumidas pelo trabalho e pelos estudos, somadas a dor de não ter realizado meu sonho de criança de me tornar uma atleta profissional, não permitiram que eu assistisse às outras edições. Guardei a notícia num canto do coração.

Afinal, tudo ia bem. Havia conseguido um trabalho que gostava muito, troquei as salas de academia e as quadras pela vida de livreira. Fazia algum tempo que havia deixado a Educação Física para trás. Mas aí, como diria minha família, aconteceu o banzé de cuia da vida. Inesperadamente, os Jogos Olímpicos iam acontecer bem debaixo do meu nariz. Resolvi que iria dar um jeito de comprar os ingressos. Meu salário não era dos melhores, então comecei a vender pães na livraria e, com o dinheiro, consegui pagar parte das contas.

Fui às competições de vôlei, handebol e ginástica olímpica, mas a experiência mais marcante se tornou a entrada no Maracanã lotado. Lá a torcida gritava: oooooo, Zika! Era um sinal de reprovação à goleira norte-americana Hope Solo, que antes dos Jogos postou uma foto nas redes sociais com uma proteção no rosto e um vidro de repelente nas mãos. Dizia-se preocupada com o mosquito da dengue no país das bananas. Nos outros dias, quando cheguei ao Parque Olímpico não conseguia parar de chorar. O esporte havia sido muito importante para mim, e aqueles momentos despertavam memórias de um tempo distante, mas muito feliz.

Cresci em Diadema, onde chamam de terra sem lei, onde tem risca faca e o couro come. Diadema é considerada uma das cidades mais violentas do Estado de São Paulo. Desde muito pequena ouvi histórias de assassinatos e vinganças que, contadas pela minha mãe, quase lembram um filme de *bang-bang*. Meu irmão gostava muito de desenhar e alguns de seus personagens, às vezes carregavam uma arma na cintura.

Algumas coisas eram bem precárias no meu entorno. Nos finais de semana, os bares da minha rua só desligavam a música - com volume ensurdecer - às quatro horas da manhã. Convivíamos com frequentes infestações de ratos no bairro, e sempre havia vizinhos com problemas de abuso de drogas lícitas e ilícitas. Algumas pessoas viviam em condição de

miséria e precisavam de ajuda constante para comprar desde o botijão de gás até um saco de feijão.

Na minha casa, porém, era diferente. Certamente não éramos ricos, mantínhamos uma condição de vida onde o básico não faltava e ainda era possível usufruir de descanso e lazer. Éramos sete pessoas num determinado momento, entre avôs e avó, pai, mãe e irmão. Cada um ajudava em alguma tarefa doméstica, e isto muitas vezes não estava relacionado ao gênero. Como sempre tinha alguém doente, havia muita coisa para fazer, desde lavar louça e cozinhar, até limpar a casa inteira. Geralmente minha função era ajudar em uma dessas tarefas, mas também ficava sob minha responsabilidade os cuidados com os mais velhos. Muitas vezes, eu ficava inventando várias lorotas para distrair meu avô com mal de Alzheimer, assim, os adultos podiam cuidar de outras coisas.

No meio desse furdúncio todo, ainda havia muito carinho e atenção e sou muito grata por isso. Minha mãe é incrivelmente acolhedora e os homens de minha família sempre foram muito presentes e atenciosos. Mas eu precisava de ar, minha casa, com todas as alegrias, às vezes lembrava um hospital. Como as ruas eram perigosas, a escola era o melhor lugar para a diversão.

Cheguei à escola como um bicho do mato. Até hoje não sou muito boa no primeiro contato com as pessoas, mas, na escola, achei tudo muito assustador. Meninos e meninas pareciam me estranhar porque eu fazia “coisas de menino”. Como tenho um irmão e dois primos, aos finais de semana jogávamos bola e andávamos de carrinho de rolimã. Quando me davam bonecas de aniversário, eu não conseguia esconder a decepção. Meu tio e avô sempre foram grandes apoiadores das minhas práticas esportivas, sem contar minha mãe que ficava horas sentada nos bancos gelados dos ginásios assistindo comigo as intermináveis partidas de voleibol. Meu avô materno dizia: “vá jogar aquele esporte da Maria Esther Bueno!” e, às vezes, perguntava: “por que você não corre a São Silvestre?”. Já meu tio me levava para qualquer canto que estivesse rolando uma partida de futebol. Era década de 1990, então, raramente encontrava meninas jogando e, nestes lugares nos quais jogava com meu tio, geralmente só havia homens adultos.

Minha casa tinha um quintal maravilhoso, por isso, comecei a experimentar o esporte desde cedo. Gostava da vertigem, do cansaço e dos desafios que as brincadeiras e os esportes proporcionavam. Quando estava sozinha, comecei a tomar distância lá no fundo do quintal. Disparava em uma, duas, três passadas bem largas e um salto para frente. Era um salto em distância, sem a caixa de areia, que terminava com a cara quase na porta da lavanderia. Depois arrumei uma cordinha que prendia entre uma viga exposta na parede do vizinho e a

janela da cozinha de casa. Para mim, aquilo era uma rede de vôlei. Um, dois, três, um salto e uma cortada.

Ao que tudo indica, fui influenciada pelos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992. Tinha então 9 anos. Abordei minha mãe e disse “tem uma escolinha de vôlei da prefeitura do lado da escola, queria entrar”. “Vamos lá então”, ela respondeu. Que esporte era aquele, meu Deus!? Tão complexo e lindo, eram muitas coisas novas e desafiadoras para se aprender. Porém, fiquei só uns meses, o professor levantou a voz de um jeito que não gostei. Quem ele pensa que é? Sai chorando e dizendo que não voltaria mais. Não voltei, mas esse tempo foi suficiente para aprender alguns fundamentos da modalidade.

Fui me adaptando à escola pelo esporte. Um dia era hora do recreio e fui jogar voleibol. No final da partida, recebi o convite de uma amiga para treinar com a equipe da escola. Fui no treino com toda a insegurança do mundo, afinal, eu ainda era bem esquisita. Acabei ficando por lá até o final do ensino médio. Na quadra fazia amigos, falava, gesticulava, gritava. Fora os palavrões todos. O esporte me ajudava a entrar em contato com as pessoas. Não era mais tão assustada e muda, e comecei a entender como era viver em grupo, fora do núcleo familiar. Treinávamos todos juntos, meninos e meninas. Como a escola era pública, só tinha uma quadra e um horário de treino.

Então era esporte em casa e na escola. Somado a isso, meus pais se tornaram sócios de um clube na beira da represa em São Bernardo do Campo. Lá jogávamos tênis de mesa, sinuca, futebol, basquete, vôlei, e empinava pipa. Enquanto os adultos se embebedavam e comiam churrasco, eu sumia com meu irmão, primos e tio. Como comentei, meu tio me inseriu cedo no futebol, mas sempre tinha um empecilho. Era começar o jogo e os meninos chutavam minha canela, me derrubavam. Entrava chorando em casa, meu irmão e primos riam. Minha mãe dizia: “boba, o dia que você parar de chorar, eles param com isso”. Depois de um tempo descobri que minha mãe estava certa. Passei a engolir o choro, caía, levantava e era gol. Gol!

A escola tornou-se familiar e um eterno amor. Um lugar para se divertir, fazer amigos e aprender. Aprender se tornaria minha outra paixão. Geralmente eu sentava na primeira carteira e copiava tudo - até o bom dia da professora. Quando tinha pergunta levantava a mão para responder, outra pergunta e levantava a mão de novo. Na escola, os perrengues relacionados ao esporte eram outros, os meninos não tinham intimidade suficiente para sair me derrubando. Então, eu, muito abusada, chegava dizendo: “sou próxima”. Os que não me conheciam se entreolhavam meio atônitos. No final, um deles dizia: “entra aí no gol”. Adorava ser goleira, mas, de modo geral, ficar no gol significava estar na posição menos

desejada. Alguns meninos tinham que sair, já era hora de voltar para a sala de aula. Olhavam para mim e diziam: “entra aí na linha”. Caso eu marcasse um gol, os meninos logo diziam para o goleiro: “maricas, tomou gol de uma menina!”. Na visão deles, o goleiro era fraco, nunca era eu que jogava bem.

Com o tempo, os meninos me escolhiam entre as primeiras para fazer parte da equipe, e não me estranhavam mais. Lógico que naquele tempo eu não fazia uma leitura feminista do que estava acontecendo. Era difícil, mas eu insistia. No final jogávamos juntos, e não contra. Não gostaria que este meu último comentário fosse interpretado como heroico. Todo tipo de esporte deveria estar disponível a quem quisesse praticar. As mesmas coisas que contei aqui, vejo acontecendo hoje com as meninas que tentam praticar futebol no prédio onde moro.

As férias eram a melhor época da vida. Ficava com saudades da escola, mas era recompensador porque meu quintal ficava bem maior. Íamos para o interior na casa de minhas tias-avós, irmãs da minha avó Lourdes. Lá dava para brincar na rua: futebol e bicicleta. Essas tias moram até hoje nas cidades de Amparo, Campinas e Jaguariúna. Minha avó quando nova foi quem disse: “vou para São Paulo, não quero morar em fazenda coisa nenhuma”. Minha avó e suas irmãs, com quem aprendi muita coisa nas rodas de conversa ou enquanto cozinhávamos, são todas mulheres negras. Sinto que elas, sem fazer ideia disso, têm muita “culpa” na minha formação. Tia Naide, Lole e Elza e minha avó Lourdes, sempre contavam suas histórias cerrando os dentes. São histórias de racismo e do convívio com ele. Histórias de suicídio e de mãos machucadas pela colheita de algodão. Perdi a conta de quantas vezes presenciei a frase: “de preta basta eu”. O fato é que desde meu bizavô materno, essa parte da minha família começou a miscigenar. O projeto estatal de embranquecimento da população brasileira bateu na porta lá de casa.

Voltando à escola, comecei a participar dos campeonatos de voleibol. Por dois anos, o time do qual fiz parte, ganhou os Jogos Escolares em Diadema, os regionais do ABCD, e quase chegamos aos Jogos do Interior. Não tenho dúvidas em dizer que uma das responsáveis pelas vitórias era a professora nossa professora de Educação Física, a Regina Latacz. Ela conseguia resolver vários conflitos, ao mesmo em que nos fazia entender a importância e as responsabilidades de estar numa equipe. Ela me deu a função de capitã do time, e, com isso, eu tinha a obrigação de carregar uniformes e materiais, e, às vezes, passar na casa das meninas acordando-as às 5h30 da manhã. Também gostava de ajudar as mais novas na aprendizagem dos fundamentos do vôlei e de dar aquela força dizendo: “lindo!”. Gostava de ensinar, e quando perdíamos um jogo eu era a pentelha que dizia: “levanta a cabeça, amanhã tem treino, ano que vem a gente vai jogar de novo”.

Estava tudo tranquilo, até a professora Regina dizer que um dos jogos seria no estádio Lauro Gomes, em São Caetano. Como, não pode ser? Todo final de semana, todo, e às vezes, as quartas-feiras à noite eu estava lá assistindo meu time de voleibol do coração, o Uniban/São Caetano. Vencemos o jogo, mas naquele dia não conseguia jogar bem, o coração saiu pela boca quando entrei na quadra. Fui para o banco. Fiquei pensando nas atletas que ali jogavam e eram na época minhas grandes referências: Ana Moser, Fofão, Vera Mossa, Isabel Salgado.

Nem preciso dizer que, não deu outra, desde os nove anos botei na cabeça que queria ser atleta. Estava decidido. Minha intenção era continuar alimentando aquele prazer enorme, e também tirar minha família da violência de Diadema. Afinal, atleta ganha bem, não é? Pelo menos a mídia havia me ensinado assim. Já meu pai ensinava que o trabalho árduo trazia resultados. Então era só treinar e treinar, ler sobre o assunto, assistir aos jogos, ficar até mais tarde nos treinos, que tudo daria certo. Mas quando disse a ele: “vou ser atleta”, a resposta foi: “você não nasceu com a bunda virada para a Lua”. Foi um tiro no peito. Que coisa, na minha vez a Lua tinha virado ao contrário. Eu já devia ter uns 13 anos, levantei a cabeça e fui treinar. “Mãe, vi que o clube da Mercedes-Benz tem uma escolinha de vôlei em São Bernardo”. Até então jogava como levantadora, e pouco sabia atacar, foi lá que melhorei bastante os fundamentos. Se eu já gostava daquilo tudo, agora atacando não conseguia mais parar. Era difícil e queria melhorar. Treinava na escola e na Mercedes. Comecei, então, a fazer peneiras. Nos testes, as meninas tinham uns 15, 20 centímetros a mais e a mesma idade.

Final de semana era a hora mais esperada. Não lembro como comecei a torcer para o São Caetano (talvez porque era o mais próximo de casa). O time foi campeão da Superliga de 1999, se não me engano, e guardo até hoje a camiseta com o champanhe que a Fofão jogou na torcida. Minha sessão tiete é bem promíscua, demorei a entender que ídolos não estão em pedestais.

A Ana Moser era a jogadora mais completa em minha opinião, a Fofão a melhor levantadora de todos os tempos, Leila Barros e a Virna Dias “as guerreiras” preferidas. Nessa época, passava as madrugadas acordada vendo os jogos do Grand Prix, acompanhando Mundiais, Pan-Americanos e os Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos de Atlanta-1996 foram conclusivos para entender que queria ser atleta. As medalhas do vôlei de praia, de quadra e do basquete, me fizeram pensar como as brasileiras eram boas e, claro, na minha visão juvenil, aquilo deveria acontecer desde sempre.

Nesse interim, descobri que o William Carvalho (medalhista olímpico nos Jogos de Los Angeles-1984) estava abrindo uma escolinha de vôlei em Santo André. Devo ter chegado

lá com uns 15 anos, e, me sentia completamente apavorada, em dois anos teria que começar a “trabalhar de verdade”. Estava no lugar certo, não é? Vai ver é assim que se formam atletas. Comecei os treinos e tudo era fantástico. Neste momento minha mãe estava aposentada e podia acompanhar os treinos e, meu querido irmão, resolveu treinar também. Em alguns meses, o treinador Robson Guerreiro (de quem tenho excelentes recordações) chamou minha mãe de canto: “queria levá-la para treinar no colégio particular onde trabalho, consigo uma bolsa 100%”. Fiquei sem fôlego, parecia que o caminho estava se abrindo. Na outra semana, ele voltou a conversar comigo um pouco atordoado: “não estão mais dando bolsas e não me avisaram”. Fiquei quase dois meses jogando muito mal, estava decepcionada.

Passado mais um tempo, ele me chamou novamente para dizer que tinha conseguido uma vaga no Tênis Clube São Bernardo. Fui lá feliz da vida. Em cerca de 3 meses sai. Só fui entender depois de anos de terapia, o que o esporte significava para mim: amizade e diversão, ou seja, toda vez que me aproximava de algo mais sério, onde essas coisas não estavam presentes, acabava desistindo. Outra coisa que não sabia e minha mãe contou anos depois, é que o Robson a chamou de canto para dizer: “eu sei o quanto ela quer ser atleta, mas a altura não dá”. Minha mãe disse para ele: “então ela vai dar trabalho”. Com toda razão. Aos 17 anos parei de jogar, porque tinha de trabalhar. Senti como se a adolescência tivesse sido abruptamente retirada de mim, e com ela todos meus desejos e sonhos. Minha sensação era de que eu trabalhava sério desde os nove anos, e todas aquelas horas de treino?

Fui, com um bico enorme, procurar o tal do emprego sério. Havia entrado na faculdade de Educação Física, porque uma amiga estava fazendo e disse que lá se praticava esporte. Achei o máximo. Entrei na FEFISA e arrumei um emprego no shopping ABC para vender tênis esportivos, porque sabia que não me exigiriam salto alto, nem maquiagem.

Devo admitir que foi um sufoco lidar com as normas de gênero que atravessaram e continuam atravessando minha vida. Sempre pareceu que ser “mulher” era uma coisa de outro planeta. Era uma linguagem, no mínimo estranha, era como se eu não conseguisse entender o que de fato estavam me cobrando. “Fale assim, sente assim, ande assim, corra assim, não faça este esporte, mas faça aquele. Tenha filhas/os, sorria, cuide. Não fale alto, não questione”. Só de ler este trecho já fiquei sem ar. De toda forma, eu gostava de muitas coisas que socialmente eram reconhecidas como femininas, mas também gostava de muitas outras que eram marcadas como masculinas. Na verdade, eu só queria me encontrar, fazendo as coisas que desejava.

Passei a gostar demais do curso de Educação Física, era interessada em quase todas as disciplinas, e a FEFISA era um lugar encantador, num bairro bem calmo e acolhedor, com uma praça ao lado daquelas para se conversar e tomar um sol. Era chegada a hora de falar

com alguém sobre uma coisa que estava engasgada e que tirava meu sono com frequência. Tinha um amigo muito próximo e carinhoso e um ótimo dançarino. Ele sofria muitos preconceitos: “dançarino viado!”. Ele gostava de homens, e daí? Um dia cheguei junto e disse: “preciso conversar sério com você, vamos na praça depois da aula?”. Fomos à praça e depois de muito suar frio, eu disse: “acho que gosto de mulheres”. A gargalhada dele ecoou por toda a praça. “Menina, que medo é esse?”. A partir daí comecei a não mais negar o que sentia e, segui, sem fazer ideia dos problemas e alegrias que isso me traria.

Chegou o momento de contar para minha mãe. Agora eu era sapatona, Granero, Scania, caminhoneira, lésbica, marimacho, homossexual, cola velcro, e todos esses nomes que inventaram para me definir, dos mais sarcásticos aos mais conservadores. Ela já vinha de uma depressão forte por cuidar de muita gente doente. Seu pai estava com esquizofrenia e perto da morte. Mas, eu não podia esperar, não queria continuar mentindo. É assim que tudo começa para algumas pessoas do grupo LGBTQIA+, uma culpa, um medo e um desamparo. Para quem posso contar? Se eu contar, como isso afetará minhas relações? Conteí e o quadro da minha mãe pareceu piorar. Era preciso tempo para que a notícia fosse digerida, mas eu não tinha paciência, queria que tudo se resolvesse, tinha medo de perder o amor daqueles que me criaram. Só mais à frente, entendi que precisaria ter paciência até que o estranhamento acabasse. Meu pai, de início pareceu compreender, depois propôs algum tipo de tratamento ou uma mudança para o interior. Ele acreditava que no interior não havia gente *assim*. Eu disse não para todas as alternativas; era preciso tempo.

Senti que a partir daí minha vida havia se alterado radicalmente, em especial, no núcleo familiar. Coisas completamente aleatórias começaram a acontecer. Parecia que só conseguiam me ver a partir do estereótipo criado para as lésbicas. Para minha família, parecia que eu estava confusa, precisando de cuidados e proteção. Meus sentimentos eram os mais ambíguos, sentia liberdade por ter contado a quem eu mais amava, e culpa por parecer que eu havia prejudicado a vida deles.

Nunca esquecerei a forma como os olhos do meu pai marejaram, nem de seu rosto cabisbaixo. Ao contar sobre minha orientação sexual, aprendi, com toda violência, o significado da palavra decepção. Minhas duas maiores referências, meus amores, haviam sido tombados no chão, por meu golpe de verdade. O projeto que sonharam para mim estava morto, mas, ao mesmo tempo, eu podia desenhar o meu (podia?). Havia alívio, tortura, alegria, uma solidão dilacerante e um medo desproporcional do futuro. As coisas se resolveriam? Eu teria de abandonar o lar (que havia sido muito feliz até então)? Até quando eu suportaria navegar nas águas da decepção?

Ao mesmo tempo, era como se eu tivesse me tornado um objeto da discussão alheia. Os outros diziam por mim, afinal, eu estava tomada pela confusão. Com quem eu havia andado? Quem havia me influenciado nessa vida “indigna” e “suja”? Há tempos me achava errada, a diferença é que agora a lambança havia sido compartilhada. Tornei meus amores também errantes. Onde haviam falhado em minha educação moral? E agora, como explicariam às outras pessoas que eu não traria um namorado de enfeite na festa de Natal? Hoje entendo que eles sentiam as mesmas angústias dilacerantes que eu. Só sei que fui murchando, murchando, até virar um galho seco e rude.

Nesse entremeio meus pais resolveram mudar para uma chácara em Jacareí e fiquei morando sozinha em Diadema. Foi um período de muita solidão. Numa casa onde moravam 7 pessoas, agora estava sozinha. Mas tinha a Nazaré - sempre teve a Nazaré. A Nazaré foi uma daquelas vizinhas que, com a mãe e os irmãos, chegou do Nordeste e fez seu barraco do outro lado da rua. Depois de um tempo ela já tinha uma casa de tijolos também. Sempre estávamos na casa dela e ela na nossa. Muita comida e muita conversa. A Nazaré sempre foi uma alegria, e continua sendo quando posso visitá-la. Então, para matar a solidão, atravessava a rua e ia conversar com ela.

O bairro continuava perigoso e barulhento, e o número de doenças mentais só aumentava entre os vizinhos, na maioria das vezes causada pelo consumo de drogas. Numa sexta-feira decidi chegar mais tarde em casa. Ao subir a rua, havia bombeiros em frente a minha casa. O coração disparou. Olhei para a casa e estava intacta. O que aconteceu? O vizinho ao lado, em estado depressivo, tentou explodir a própria casa. Os bombeiros disseram que se isso tivesse acontecido, não restaria nada das dez casas mais próximas. Fui visitar meus pais em Jacareí no final de semana, contei o que havia acontecido e eles disseram: “venha morar aqui, nós te levamos na rodoviária de manhã”. No momento, estava fazendo um programa de Especialização no Incor, e Jacareí estava a 90 km de São Paulo. Assustada, porque já não tinha mais meus pais por perto para manter um mínimo de segurança num bairro perigoso, tomei a decisão de mudar. Mas ainda ia demorar um pouco.

Semanas depois, meu pai começou a se sentir mal, uma dor nas costas muito forte. Fui para Jacareí ver o que estava acontecendo, já fazia dias que a dor insistia. No dia em que cheguei ele precisou ser internado e passei a noite com ele. De manhã enquanto conversávamos ele disse: “vocês foram maravilhosos para mim”. Respondi: “oxe, pai, que conversa furada é essa?”. Ele olhou para a tv e silenciou. Poucas horas depois ele morreu em consequência de um aneurisma. O que eu faria sem aquele brutamente tão querido? As coisas

ainda não tinham se acertado entre nós. A homossexualidade ainda era um estranhamento para ele. A morte não me deu tempo de negociar.

Cheguei a pensar que havia matado meu pai de desgosto. Como ficaria minha mãe? Decidi cuidar dela e, de mim também, afinal estava insustentável morar em Diadema. Mudei para Jacareí na outra semana. Às 4h30 da manhã pegava o ônibus na rodoviária para chegar no InCor às 7h. Passados 6 meses, terminei a especialização. Mas tinha uma coisa que me incomodava, morar na chácara me deixava distante de muitas coisas que gostava, dos amigos, dos conhecidos, do fervor cultural e dos bares de São Paulo. Às vezes, trocava olhares com minha mãe que diziam o quanto meu pai fazia falta, mas não sabíamos o que fazer com isso. Meu corpo doía em todos os lugares, fazia exames e nada constava. Até que um médico prescreveu um remédio. Olhei a receita e disse: “isso é antidepressivo, né?”. “Sim, filha, mas fica tranquila vai dar tudo certo”. Sai da sala com a sensação de que não tinha conseguido dar conta de algo, que tinha falhado. A medicação fazia sentido, eu já não saía quase de casa, e as coisas tinham pouca graça.

Consegui retornar a São Paulo depois de quase 3 anos, para trabalhar no ramo livreiro. Não fazia ideia do que fazer, estava tudo nebuloso demais. Então, um dia conversando com minha namorada num banquinho em frente ao Conjunto Nacional, olhei para frente e vi a Livraria Cultura. Deixei meu currículo por lá. Poucas semanas e eu estava na entrevista.

Fui trabalhar no Morumbi. Duas horas para chegar, e o metrô da linha vermelha insuportavelmente lotado de manhã. No entanto, nada me impedia de ter um dia muito feliz. Agora eu podia cheirar uma infinidade de livros por dia, carregá-los aos montes, organizá-los nas prateleiras e comprá-los com 40% de desconto. Mas isso não era o mais importante. Eu mal sabia as mudanças que ocorreriam na minha vida depois da livraria.

Lá conheci pessoas incríveis. Eram, em sua maioria, jornalistas, historiadores, e o pessoal das Letras e Biblioteconomia, mas tinham os geógrafos, biólogos, e eu da Educação Física. Isso me rendeu uma conversa com um colega de trabalho. Ele disse: “é, quando você entrou na livraria fui falar com o gerente”. Oi? “sim, fui questionar por que é que estavam contratando gente da Educação Física para trabalhar aqui”. Já sabia que a Educação Física era desvalorizada, mas nesse dia senti que o buraco era bem mais embaixo. Mostrei para ele no dia-a-dia, que a Educação Física não “emburrece” tanto assim.

Um ano depois mudei para a Livraria Martins Fontes onde não podia ser melhor, nesse meio tempo conheci minha querida companheira, a Solange Yokoi (famosa Sol) - melhor divulgadora de livros infanto-juvenis de todos os tempos e uma viajante de bicicleta. Ela despertou em mim a vontade de praticar exercícios novamente. Começamos então a fazer

passeios de bicicleta pelo Vale do Paraíba. Fomos de Jacareí até Guararema (25km), Jacareí até Quiririm (50km) e Jacareí até Pindamonhangaba (70km). Até que ela, com toda sua criatividade e paixão, me fez uma proposta: “que tal irmos para o Rio de Janeiro de bicicleta nas suas férias antes das Olimpíadas?”. Quase cai para trás. Parecia um desafio impossível e delicioso, que também conseguimos completar com uma carona muito engraçada, que eu precisei por conta da exaustão.

A livraria era um lugar intenso, cheio de vida e de troca de conhecimento, mas é um lugar que trabalha com vendas. Então o romantismo serve mais aos clientes do que aos funcionários, que serão cobrados pelas metas de vendas no final do mês. Íamos muito ao bar no final do expediente, e o assunto preferido eram os rumos da política no país, e, claro, a literatura (assuntos com os quais eu nunca havia lidado tão de perto). E vieram as crises econômicas e as manifestações, quando eu ainda trabalhava em vendas na livraria Martins Fontes. Lembro-me de assistir de camarote as manifestações de 2011 na Avenida Paulista, e como não entendia muito bem o que estava acontecendo, ficava nervosa porque as linhas do metrô fechavam e era complicado chegar em casa. Essa crise traria muitas consequências ao mercado livreiro. Amigos eram demitidos aos montes e ninguém sabia muito o quê fazer. As vendas caíam, e as editoras entravam em crise porque as livrarias não as pagavam.

Mas, eu mal sabia o que estava por vir. Sai da Livraria e pouco tempo depois cheguei à pós-graduação. Ainda havia, raiva, medo, angústia e uma dor profunda, relacionada ao que havia acontecido em torno da minha sapotonice. Todas essas sensações me guiaram até o fim. Depois de passar por algumas obras da autora bell hooks, em especial, pelo livro *Ensinando a Transgredir*, aprendi que vários afetos me constituíam e não era possível abandoná-los, deixá-los empoeirando no fundo do armário.

Durante a pós-graduação, nunca renunciei aos afetos, mesmo correndo o risco de ter meus escritos e falas considerados pouco racionais e mais emotivos - como aconteceu com Grada Kilomba em seu processo de doutoramento. Depois de um tempo acabei não mais me preocupando com essas coisas, porque dentre as diversas autorias feministas, queers, decoloniais que tive o prazer de ler, sempre havia a informação de que este campo era tratado como raivoso, sentimental e menos relevante.

Estudar a temática de gênero se tornou deliciosamente caótico, as teorias me causavam náusea ao revelar o que foi feito do corpo, do desejo e da sexualidade ao longo do tempo, para que o binarismo de gênero pudesse se naturalizar. Mas, estas mesmas teorias provocavam uma espécie de calma, um sonhar, uma alegria intensa e despertavam meu espírito debochado. Sim, era preciso rir, bem alto e com força, de alguns absurdos que o regime

binário produziu - e continua a produzir - sobre as *outras*, e, conseqüentemente sobre mim. Posso dizer que, no meu caso, a teoria se mostrou uma prática libertadora, que me conduzia à cura de uma vertigem que há anos me esgotava. Assim como bell hooks,

[...] cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (hooks, 2017, p. 83).

Durante o processo, me dediquei exclusivamente à pesquisa recebendo bolsa de estudos. Em 2019, comecei a sentir os apuros com relação ao sucateamento da ciência brasileira e a incerteza do pagamento das bolsas pelas agências de fomento.

O ano de 2019 foi bem atípico, as novidades eram muitas. O ingresso no mestrado deixava-me especialmente feliz, e no final do ano após a banca de qualificação fui aprovada para o Doutorado direto. A organização da rotina acadêmica me deixava um pouco tensa. Sou cria dos moldes CLT: horário de trabalho, local de trabalho, horário de almoço, folga, férias.

Agora estaria em minhas mãos toda essa decisão. Um deleite não ter que acordar às 5h30, mas muita agitação quando os finais de semana se tornavam dias de trabalho. Fiz inscrição em três disciplinas de pós-graduação para descobrir que meu ritmo só daria conta de duas. A escolha pelo local de trabalho, esse sim, tornar-se-ia um grande desafio. Agora poderia ir a qualquer lugar para o processo de leitura-escrita. O laboratório da USP não me parecia adequado; gosto duma conversa e sempre havia alguém por lá para perguntar: “e como anda a pesquisa?”. Tentei as bibliotecas. Primeiro as da USP, mas era distante de casa, e levar o computador e livros na mochila era motivo para minhas costas reclamarem.

Fui à biblioteca Mario de Andrade, mais perto de casa e um lugar acolhedor. Conhecia algumas opções de restaurante para fazer uma pausa na região, mas o peso da mochila ainda era um grande incômodo para se carregar no ônibus cheio. Decidi já sem opções, e sem muito pestanejar, que minha casa seria o lugar ideal. Café na garrafa, água na geladeira, comida barata, silêncio entre aspas (moro com vista para a Marginal Tietê), mais tempo de sono. Não estava radiante de felicidade, gosto do movimento da vida, do encontro com pessoas. Porém, pelo menos duas vezes na semana eu iria à USP, e quando cansasse sairia com um livro e um caderno na mão rumo a algum Sesc onde também poderia comer com pouco dinheiro.

A rotina de escrita em casa resultava numa sensação desesperadora de querer sair à noite, enquanto encontrava minha companheira chegando exausta de um dia de trabalho na rua. De algum modo, conseguimos encontrar um meio termo e tudo ficou bem. Acostumei-

me, mas sentia certa limitação. Talvez em 2020 seria necessário uma reformulação na rotina. Mais saídas? Não sabia, mas, enfim, havia “acostumado” ou me entregado a um tipo de “confinamento” domiciliar.

No final de 2019 estava exausta como nunca. Tinha a impressão de que meu ritmo de vida se dava em conexão com a Marginal Tietê. Abria as cortinas da sala e: carros de um lado para o outro, ambulâncias e caminhões dando a toada de que o mundo continuava igual, desenfreado e produtivo. Então, em 2018 abro a cortina e quase não havia carros: uma greve de caminhoneiros em protesto ao preço dos combustíveis. Já em 2019, nenhum carro mesmo, só água. Uma enchente em São Paulo como nunca se havia visto. Leio o jornal e tudo parece piorar: economia, educação, ciência. Um dia em conversa com a Sol, pergunto: “você acredita ser possível uma 3ª Guerra Mundial?”. Inteligentemente ela responde: “se isso acontecer é o fim do mundo, porque com o armamento atual não sobraria vida”.

Então me recolho. Há um silêncio, um cansaço. Do que se trata? Parecia que algo estava para eclodir. Coisa da minha cabeça, claro. Ou seria um novo modelo de vida para alguns brasileiras/os? Uma vida assolada por formas econômicas destrutivas, pela precariedade do trabalho e pelo bel-prazer da propaganda do terror? A ultradireita havia chegado ao poder e eu iria experimentar uma coisa avassaladora, o Estado agora me marcava como bode expiatório e objeto de projeção de toda sua violência simbólica. Eu nunca havia lidado com isso antes. No sentido literal, o Estado não me atacava, mas não parava de produzir formas de humilhar minha existência, que pareciam me deixar em estado catatônico.

Um pouco de férias antes de começar 2020? Sim senhora! Novos projetos apareciam, era ano olímpico e a busca pelos conhecimentos da minha orientadora só cresciam. Como de costume, ela oferecia espaço aos(as) orientandos(as) para falar de seus trabalhos também. Era um ano promissor. E Deus! Ano olímpico de novo, que alegria. Já preparava as noites em claro apontando as antenas em direção à Tóquio.

Era março e sai bem de manhãzinha com minha vizinha e amiga. Ônibus lotado, travamos na catraca, não era possível passar. Minha amiga disse: “xuxu, parece que esse vírus chegou aqui. Acharam o primeiro caso em São Paulo de um homem vindo da Itália”. Ela falava da Covid-19. Até descer do ônibus brincávamos com a situação: “que esse moço não saia de casa”. Fizemos nossas tarefas do dia e voltamos para casa. A Dani espirrava e dizia: “oxe, oxe, sai pra lá”. Parecia resfriada. Dois dias depois estava um pouco pior, mas era só gripe mesmo. Alguns dias depois a empresa a colocou em trabalho remoto, desconfiavam que poderia ser Covid-19. Ela nunca mais voltou ao trabalho presencial. E a vida seria outra...

Corre para casa, fique em casa! Como? Até quando? Mas quem pode e quem não pode ficar em casa? Estamos diante de uma pandemia! Parece que teremos *lockdown* ou toque de recolher, parece que não. Parece que em algumas semanas daremos conta da contaminação, parece que não. Tudo estava borrado. Uma vida míope sem óculos. Havia chegado a peste, aquela dos livros de história. Saiu das páginas e marcou uma festa aqui. Não se sabia quando a algazarra iria terminar.

Então corri. Corri para casa da minha mãe. Estava de novo em Jacareí e por lá ficaria durante 3 meses. Era preciso cuidar dos mais velhos, a peste parecia ter um apreço redobrado por eles. Agora minha função era fazer mercado, limpar a casa e desinfetar as compras. A primeira vez que cheguei da feira, foram quase três horas nesse processo. Mas e a pesquisa? As preocupações e o mal-estar (dores de cabeça e estômago, tontura, insônia) tornaram a leitura e a escrita um martírio. Não havia mais um cantinho calmo e solitário para trabalhar em casa. Sentia-me totalmente incapaz de fazer o que mais amava nos últimos tempos.

Nesse ínterim, as disciplinas de pós-graduação passaram ao modelo virtual. Acostumei-me, mas nunca emprestei minha simpatia. Mesmo diante de tamanha rabungetice, consegui assistir as aulas com muita atenção e respeito. Professoras e professores se desdobravam com o novo modelo, ora disfarçando as preocupações, ora se entregando a elas.

Fica um grande apreço pela minha orientadora que além de ajudar todo o grupo de estudos com palavras e gestos acolhedores, trouxe conhecimentos imprescindíveis durante sua disciplina Esporte, Educação e Sociedade. Obrigada Katia Rubio. Tornou-se também uma pessoa querida nesse momento a professora Carolina Parreiras em sua disciplina Antropologia das Violências. Mas, discutir violência em tempos pandêmicos e politicamente sombrios foi uma tarefa custosa. Quanta semelhança com o presente em Hannah Arendt, Walter Benjamin e Franz Fanon!

Somente em 2023 a vida pareceu retomar os caminhos de felicidade. As aulas presenciais voltaram e pude participar de discussões feministas encantadoras e fervorosas. Foi durante o estágio do programa de pós-graduação que me deparei com os feminismos decoloniais, que foram tão ricos para a constituição deste trabalho. Meu fraterno agradecimento à professora Tessa Moura Lacerda que vem estudando este campo de forma tão rica e empolgada.

Quase no final do ano uma surpresa inesperada, veio ao Brasil a autora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí que se dedica aos estudos decoloniais e compõe tantos dos capítulos desta tese. Assistir a sua palestra era o que eu precisava para dar o último suspiro e escrever os capítulos finais. Também os tempos sombrios na política passaram ou pelo menos

diminuíram (a ultradireita tem paixão por criar o caos e não desiste). Assim, não posso deixar de agradecer a luta daqueles que foram as ruas para libertar este país dos sonhos de dominação e violência.

2 INTRODUÇÃO: O DETERMINISMO BIOLÓGICO REGULANDO A PARTICIPAÇÃO DE “MULHERES LEGÍTIMAS”.

Pensamos, em todo caso, que o corpo não tem outras leis a não ser as de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro: ele é dominado por uma série de regimes que o constroem; é destruído por ritmos de trabalho, de repouso e de festas: é intoxicado por venenos – simultaneamente alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais. (FOUCAULT, 2005, p. 272).

No contemporâneo, está claro que existe uma noção biológica muito específica e acabada de corpo “feminino”. Mas, a construção deste regime de verdade demorou séculos para ficar pronta. Houve um momento em que não seria possível falar de “mulheres hormonais”, nem de “mulheres cromossômicas”, ou mesmo de “mulheres uterinas”. Todos estes elementos só puderam ser apontados e nomeados com a inauguração e o desenvolvimento da ciência ocidental. A ciência da divisão sexual precisou de tempo e de inúmeros esforços para instituir uma versão de corpo de “mulher”. Para que isso acontecesse, foi preciso apagar a diversidade biológica, encurralando o corpo dentro de modelos binários.

Uma das grandes sacadas deste empreendimento, contudo, foi dar um caráter de universalidade ao binarismo de gênero. Mais que isso, se proliferou a ideia de que a biologia era o destino. Assim, a bio-lógica¹ se naturalizou, como a principal forma estruturante da vida social no Ocidente que parece absurdo tentar questioná-la. “A crença em dois sexos distintos é um exemplo de um conceito tão patenteado como óbvio e ‘natural’ para a maioria das pessoas, que apontar sua historicidade, e sua, então, antinaturalidade, se prova confuso e mesmo incompreensível para muitos.” (KARKAZIS, 2008, p. 31, tradução nossa). Pela biológica, um entre dois sexos precisa ser reconhecido no nascimento com o objetivo de regular as posições e as relações sociais futuras. Mas, como tratarei ao longo deste trabalho, é somente após o século XVIII que a bio-lógica passa a organizar o mundo social no Ocidente. Em séculos anteriores, os corpos não eram entendidos como binários, muito menos como profundamente distintos. “Até o século XVII ser um homem ou uma mulher não era possuir organicamente um ou outro sexo, mas sustentar uma posição social determinada.” (ROHDEN, 2001, p. 33). Isto é, antes do século XVIII, as sociedades ocidentais não eram separadas em

¹ Conceito criado por Oyěwùmí (2020), que corresponde a lógica cultural de organizar o mundo social a partir do corpo e das diferenças sexuais.

dois modelos sexuais, com marcações corporais altamente específicas, que de antemão determinariam ou, pelo menos tentariam, dar um destino.

Começo por aqui, porque não há dúvidas do papel central da bio-lógica na fundamentação e organização do esporte moderno. A visão biológica determinista foi decisiva nesse sentido, ao sustentar a necessidade de segregação esportiva em categorias e também ao ditar qual modelo acabado de corpo era “legítimo” à categoria feminina. Seguindo esta lógica, a divisão do esporte olímpico pode ocorrer sem hesitações, contratempos e com total naturalidade. Isto significa que o Comitê Olímpico Internacional (COI) não trabalhou de maneira isolada, mas se apoiou em diversas instituições, do conglomerado médico moderno (ginecologia, genética, embriologia, endocrinologia, psiquiatria, etc.) para afirmar suas posições.

O determinismo biológico, produzido no coração da ciência moderna, autorizou as gestões olímpicas e também as Federações Internacionais (FI) a conceber um arcabouço corporal “original” para a categoria feminina, que se mantém vivo até os dias atuais. Como será discutido mais a frente, foi justamente este modelo estático de corpo, mantido como neutro e natural, que ajudou a fundamentar uma explicação “ética” para que os corpos fora do padrão pudessem ser - no ambiente olímpico e fora dele - rigorosamente inspecionados, excluídos, especulados, e, por último, direcionados sem qualquer constrangimento às mais diversas intervenções. Sendo assim, um dos objetivos desta pesquisa é tentar compreender como se concebeu o corpo “legítimo” para a categoria feminina. Afinal, o que é preciso ter para ser considerada uma “mulher legítima” pelas entidades olímpicas?

Para tentar responder a essa pergunta, será feito um exercício constante de correlação entre as produções científicas ocidentais e as percepções das autoridades olímpicas sobre o gênero. Pretendo resgatar como a fabricação da noção de corpo naturalmente feminino pelas ciências biológicas, acabou influenciando a formação da categoria feminina no esporte olímpico.

Nos primeiros capítulos, será discutido como a ideia de fragilidade e baixa capacidade física – que refletiam as ansiedades culturais das sociedades ocidentais - foram fundamentais para impedir, dificultar e atrasar a formação de uma categoria feminina olímpica no começo do século XX. Será apontado como a separação dos corpos em protótipos binários levou à curiosidade pela função que cada um deles desempenhava e, como a diferenciação das genitálias e órgãos reprodutivos foi fundamental para isso. Na época, o corpo das mulheres era percebido não só como uma concretude apta à reprodução, mas como doente. Dessa

forma, a prática esportiva por mulheres era quase tida como um contrassenso, porque delas era esperado o repouso em nome da gestação.

Contudo, ao mesmo tempo em que a ciência moderna divulgava que as “mulheres” eram um grupo homogêneo, doente, frágil, reservado à vida privada e responsável pela gestação e educação da prole, esta não era uma experiência comum. Geralmente “mulheres legítimas” fazia referência a um determinado grupo, formado por aquelas que pertenciam às classes sociais mais elevadas e de países desenvolvidos. Foram estas, inclusive, que acabaram sendo as primeiras a participar dos Jogos Olímpicos. No geral, procuro demonstrar como a categoria feminina passou da completa inexistência na primeira edição dos Jogos Olímpicos, até chegar aos seletivos e exigentes regulamentos de verificação de gênero que ainda existem na atualidade.

É fato que, até o final da década de 1920, não existiam preocupações exageradas com a aparência das atletas ou com desempenhos “incomuns”, nem mesmo havia interesse por implantar sistemas engenhosos de avaliação biológica com a finalidade de encontrar o corpo feminino “real”. Conforme será discutido, foi só quando as mulheres de “outra ordem” começaram a entrar em modalidades menos elitistas e rotuladas como masculinas, que o incômodo com a aparência veio à tona, ou seja, o entrelaçamento entre “raça”, gênero e classe, começou a mudar os rumos da categoria feminina. De qualquer forma, nas primeiras décadas do século XX, não existiam outros meios de investigar o corpo “verdadeiramente feminino” a não ser por meio de exames médicos de palpação da genitália, em conjunto com a observação corporal.

Uma das subseções é totalmente dedicada à discussão sobre como a década de 1960 foi fundamental para a construção e implementação dos testes de verificação de gênero na categoria feminina. Neste período, além das ciências médicas já contarem com novas técnicas, como os exames de imagem, a química já havia isolado os chamados “hormônios sexuais” e os testes cromossômicos também já eram usados como ferramenta para definir o sexo biológico.

Também será discutido como a ciência moderna não deixava de lado o interesse pela análise de corpos não-normativos, permitindo que desde o final do século XIX, fosse elaborado um projeto de normalização para estes. Será explicado como as pessoas com variação intersexual foram repetidamente vistas, ao longo da história, como um “problema”, ora de ordem jurídica, ora de ordem médica. Será detalhado como as práticas cirúrgicas “corretivas” começaram a dar condições para o questionamento da presença de algumas atletas no esporte olímpico.

De toda forma, as mulheres trans e as com variação intersexual, mesmo após se submeterem aos tratamentos recomendados para se tornarem “mulheres originais”, nunca foram reconhecidas pelas autoridades esportivas como sendo parte da categoria “mulher”, mas, pelo contrário, acabaram sendo lidas como “falsas” biológicas.

Uma das subseções é dedicada às narrativas biográficas de Erika Coimbra e Edinanci Fernandes da Silva - atletas olímpicas brasileiras com diagnóstico de intersexualidade. Neste trecho do trabalho, além de nos aproximarmos da subjetividade dessas atletas, será possível conhecer um pouco mais sobre a aplicação dos testes de verificação de gênero e, também, sobre os tratamentos indicados após o diagnóstico clínico.

Encerrando o referencial teórico, entrarei na questão das batalhas judiciais que resultaram em constantes reformulações nos regulamentos de elegibilidade trans e intersexual. Tratarei dos inúmeros regulamentos de elegibilidade publicados nos últimos anos e das ações movidas pelas atletas na Corte Arbitral do Esporte (CAS). Assim, será possível compreender como as políticas internas do COI e, principalmente, as da Federação Internacional de Atletismo (IAAF/World Athletics), estão sendo traçadas a partir de noções da cultura ocidental.

3 OBJETIVOS E CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: ENTRE A GENEALOGIA DE FOUCAULT E AS NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.

“Fazer uma genealogia permite que nos afastemos do presente para observar as condições de possibilidade que nos constituem. Observar esses a priori para problematizá-los e desnaturalizá-los. Traçar a história das práticas para desnaturalizá-las, para observar como e em que momento surgiram e por quê” (MIÑOSO, 2020, p 102).

Partindo do pressuposto de que haveria um problema histórico com a categoria feminina olímpica (e não com os corpos que a habitam), este estudo usa a genealogia de Michel Foucault como metodologia. A genealogia foucaultiana pretende, antes de qualquer coisa, analisar o desenvolvimento das relações de poder, buscando compreender como o poder atravessa os sujeitos modulando suas subjetividades, e, como simultaneamente, os sujeitos produzem respostas a isso. Na visão de Foucault (2006, p. 232), a não ser nos casos extremos: “[...] as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam triunfantes e cuja dominação seja incontornável”.

Dessa maneira, na genealogia (que Foucault resgata de Friedrich Nietzsche) se tem a pretensão de investigar como os cenários se moldam - mas também se repaginam - em meio a disputas e tensões sociais que colocam em risco a ordem social estabelecida. Isto é, a investigação genealógica: “agita o que antes se percebia como imóvel, fragmenta o que se pensava unificado” (FOUCAULT, 2005, p. 266). Então, uso esta metodologia na presente pesquisa para, se possível, compreender como o poder das normas de gênero encontra capilaridade no esporte olímpico. Em vista disso, pretendo examinar - desde a primeira edição olímpica em 1896 até os dias atuais, como as relações de poder - entre instituições esportivas e atletas - foram construindo, mas também deformando o status quo definido para a categoria feminina, ao ponto das entidades esportivas terem de adotar novos sistemas de regras.

Na genealogia de Foucault, não se quer buscar uma origem pura das coisas, pois como é entendido desde Nietzsche, este é um exercício feito pela história oficial. A origem pura: “[...] está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e do tempo; está do lado dos deuses e para narrá-la, sempre se canta uma teogonia”. Ou seja, ela quer se caracterizar como atemporal e ahistórica (FOUCAULT, 2005, p. 263). Foucault quer dizer com isso, que a tentativa de resgatar um momento inicial que mantém um estado de perfeição, apenas produz

uma imagem essencialista da coisa em si. Ao invés disso, Foucault diz que a história é caótica, envolta por discórdias, enfrentamentos, acasos e perturbações (FOUCAULT, 2005). Este é o movimento que pretendo observar acontecendo não só no desenrolar da categoria feminina, como também no próprio cerne da ciência do dimorfismo sexual enquanto esta determinava quais seriam as versões biológicas “legítimas”. Assim, a genealogia se baseia na compreensão de que o corpo é justamente o local de inscrição das relações de força, estando ele “inteiramente marcado pela história” (FOUCAULT, 2005, p. 267).

No mais, entende-se que a genealogia não tem o objetivo de mostrar que “o passado está ainda ali, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo” (FOUCAULT, 2005, p. 265), contudo, “[...] a tarefa genealógica pode ser útil para examinarmos nosso presente, para determinarmos as contingências históricas e as estratégias de poder que o tornam possível” (MIÑOSO, 2020, p.10). Sendo assim, gostaria de tentar responder ao longo do trabalho, se possível, a seguinte pergunta: como chegamos a este ponto em que, no contemporâneo, alguns corpos são plenamente aceitáveis à categoria feminina, enquanto outros devem ser “corrigidos” para caber nela ou mesmo expulsos sem alimentar qualquer constrangimento ético?

É preciso esclarecer que a genealogia foucaultiana não descarta o conhecimento classificado como erudito, mas aceita como parte de sua construção uma variedade de fontes consideradas extraoficiais, dentre elas, fotografias, revistas, jornais, panfletos, arquivos áudio visuais, etc. (MIÑOSO, 2020). De toda forma, a genealogia permite outra coisa: uma valorização das formas de conhecimento mantidas na periferia dos círculos acadêmicos como efeito das lutas por espaço e reconhecimento, que moldam, num jogo hierárquico, quais saberes importam mais.

Neste sentido, foi de mais alta importância a utilização das narrativas biográficas neste trabalho. As narrativas biográficas podem ser definidas brevemente como “[...] discursos individuais que oferecem uma compreensão do sujeito que narra, do mundo e das próprias experiências acumuladas na trajetória da existência” (RUBIO, 2014, p. 115). Por sua vez, entendo que a narrativa ordinária, não-oficializada e comum, é valiosa não só por permitir acesso à subjetividade de quem narra, mas também por revelar o desdobramento das tensões sociais. Muitas das vezes, as narrativas biográficas permitem o reconhecimento de experiências coletivas e revelam detalhes de uma época. No presente trabalho faço uso de algumas narrativas biográficas de atletas olímpicas brasileiras (tanto de mulheres com variação intersexual, como de mulheres cisgêneras; não há entrevistas de mulheres trans, pois até o momento nenhuma atleta brasileira com esta identidade de gênero conseguiu participar

dos Jogos Olímpicos). As entrevistas são realizadas com o consentimento² das atletas e podem ser encontradas no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros, que é organizado pelo Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo, com a liderança da pesquisadora e professora doutora Katia Rubio. Até o momento, o acervo - disponível em audiovisual e em formato de transcrição - conta com quase 1.500 entrevistas de atletas olímpicas/os de várias gerações, sendo que quase 350 das entrevistas são de mulheres. Esta proposta não é organizada num formato tradicional de entrevista, no qual, muitas vezes, se pré-estabelece um roteiro com perguntas fechadas. Na verdade, o encontro entre pesquisador/a e entrevistada/o, inicia-se com uma solicitação simples que irá mediar os rumos do diálogo: “conte-me sua história de vida”.

O objetivo é deixar a pessoa entrevistada se lançar aos labirintos da memória reconstruindo sua história de vida da forma que lhe parecer mais coerente. Poucas intervenções são realizadas durante o processo, e, quando são feitas funcionam como facilitadoras para dar continuidade à entrevista. Basicamente, espera-se da pessoa que entrevista pelo menos três coisas: escuta e atenção plenas sem maiores julgamentos e deduções antecipadas, que, dentro do possível, haja troca e empatia e, por último, mas não menos importante, que o/a pesquisador/a mantenha respeito à individualidade de quem narra, mesmo diante da imprevisibilidade (LEÃO, 2016).

De modo geral, é interessante destacar que algumas particularidades podem ser vistas nas entrevistas com atletas. O Código de Conduta Ética do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) estabelece no capítulo 2, artigo 7º, que: “[...] manifestações pessoais no ambiente esportivo, por meio de palavras, vestuário ou gestos não devem indicar posicionamento religioso, político-partidário ou preferência por agremiação esportiva” (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2018, p. 5). Dessa maneira, atletas ainda na ativa podem se sentir compelidos a não tocarem em assuntos mais profundos e polêmicos.

Outra coisa que sugerem Francisco, De Santos e Rubio (2022) é a possível existência de particularidades nas entrevistas com as atletas escolhidas como sujeitos desta pesquisa. Em certa medida – mas não em todos os casos – tais narrativas podem ser atravessadas por não-ditos e silenciamentos, geralmente causados por experiências discriminatórias e especulativas.

Como parte das entrevistas usadas aqui são de atletas olímpicas brasileiras com variação intersexual, considere não resumir suas narrativas ao que já havia sido contado quase sempre de modo espetacularizado pelos meios de comunicação. Procurei, sobretudo,

² Para mais informações, o Termo de Consentimento da entrevista é apresentado no Anexo 1 deste trabalho.

expor parte de suas histórias de vida, desde as conquistas esportivas até a percepção que elas têm de si quando são encurraladas pela norma de gênero hegemônica.

4 A FORMAÇÃO DA CATEGORIA FEMININA OLÍMPICA FRENTE ÀS TÉCNICAS NORMATIVAS DE GÊNERO.

Se sou homem ou mulher? Esta pergunta reflete uma obsessão ansiosa do ocidente. Qual? A de querer reduzir a verdade do sexo a um binômio. (PRECIADO, 2014, p. 223).

Nos séculos que antecederam a primeira edição olímpica moderna, as “mulheres legítimas” e suas *outras* já eram uma realidade bem estabelecida para a ciência ocidental. Dessa maneira, gostaria de tratar neste capítulo, das teorias biológicas que foram importantes à estruturação da categoria feminina. Será discutido como estas foram capazes não só de colocar inúmeros obstáculos à inauguração e desenvolvimento de tal categoria, como também foram elas que ajudaram a modular uma verdade sobre o corpo “feminino legítimo”.

Afinal de contas, que lugar teriam no esporte olímpico os corpos “naturalmente” femininos, que eram lidos como doentes, frágeis, cambaleantes, feitos para gerar, parir, criar e educar moralmente sua próxima geração? E o que seria feito com os corpos residuais deste modelo, que espaços encontrariam no movimento olímpico estes que desde épocas remotas vinham sendo considerados monstruosos e imperfeitos?

4.1 Anos iniciais: a invenção de “mulheres legítimas” para a categoria feminina.

A fundação do esporte moderno se deu de modo bastante peculiar, servindo às demandas sociais de um grupo bastante seletivo. Foi no final do século XVIII e início do XIX, nas escolas inglesas (as *public-schools*) frequentadas apenas por meninos, que se desenvolveu o modelo esportivo moderno – que, por sua vez, inspirou as diretrizes do esporte contemporâneo (RUBIO, 2002). Um dos objetivos neste momento era intensificar, nos garotos da aristocracia inglesa, qualidades imprescindíveis às atividades que posteriormente teriam de assumir. Como destaca Rubio (2002, p. 136):

As escolas públicas tornaram-se o celeiro de líderes que iriam atuar na indústria, na política, no exército, nas empresas comerciais e na administração do império colonial e a influência socializante dos jogos era enfatizada para promover liderança, lealdade, cooperação, autodisciplina, iniciativa e tenacidade, qualidades necessárias à administração do Império britânico.

Não seria exagero afirmar que o esporte moderno foi criado exclusivamente para a socialização e deleite de homens de classes sociais abastadas, como também para introjetar um ideal de masculinidade no corpo soberano e “original”, que desde os primórdios da ciência moderna tem sido uma projeção da imagem masculina ocidental.

Ainda na Grécia Antiga, as práticas corporais fundamentavam-se em premissas educativas criadas com a intenção de aflorar e desenvolver a *areté*³, que só seria alcançada através do empenho obstinado em condutas físicas e morais culturalmente entendidas à época como masculinas: a força, o vigor, o cavalheirismo, a cortesia e o respeito (JAEGER, 2013). Em consequência, mesmo sendo comum a prática de corrida e lutas entre as espartanas, elas ficaram proibidas de participar dos Jogos Olímpicos da Antiguidade por falta de reconhecimento de cidadania (a cidadania estava estritamente relacionada à atividade guerrilheira pública permitida somente aos homens). Tal argumento também as impedia de acompanharem as competições, mesmo quando filhos e maridos estavam entre os participantes (RUBIO; SIMÕES, 1999). A punição era clara caso o protocolo fosse descumprido: “[...] qualquer mulher que comparecesse aos jogos, ou mesmo atravessasse o rio Alfeu nos dias em que os jogos eram realizados, seria lançada pelos eleios [sic] do alto das rochas escarpadas do monte Tipéon.” (ANDRONICOS, 2004, p. 117). Tais esclarecimentos frisam uma característica fundamental do universo olímpico: de modo taxativo, as competições foram inventadas somente para o conjunto de pessoas que são colocadas na categoria “homem” no início da vida, e que conseguem se adequar às normas do masculino.

Dessa maneira, já na primeira reunião sobre o renascimento dos Jogos Olímpicos, em 1894 - organizada pelo grupo que mais tarde formaria o COI - a presença de mulheres nas competições seguia a lógica dos Jogos da Antiguidade, isto é, era impensável, absurda e proibida (MITCHELL, 1977). Em sua estreia, em 1896, os Jogos Olímpicos modernos aconteceram em terras gregas, contando com a participação de 14 países, na disputa de 43 provas e um total de 241 atletas - todos homens (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2013). O barão francês Pierre de Coubertin⁴, entendia que as disputas esportivas não eram propícias às mulheres e afirmava: “[...] de minha parte, não tenho medo de apoiar o voto nulo. Eu sinto que os Jogos Olímpicos devem ser reservados aos homens.” (COUBERTIN, apud CHATZIEFSTATHIOU, 2008, p. 99, tradução nossa). Para ele, a participação das mulheres tornaria o evento apático e desinteressante para o público, pois, em

³ A *areté* seria uma espécie de excelência física e moral que, em termos linguísticos atuais, se aproxima do que conhecemos como virtude.

⁴ Coubertin foi o idealizador do renascimento dos Jogos Olímpicos, e presidente do COI de 1896 até 1925.

sua concepção, as mulheres não tinham capacidades atléticas adequadas para as competições (CHATZIEFSTATHIOU, 2008). A percepção de Coubertin influenciou, por várias décadas, os pareceres do movimento olímpico, ora rejeitando a atuação das atletas, ora escolhendo quais modalidades poderiam ser satisfatórias.

A categoria feminina começou a se projetar em 1900, na segunda edição olímpica realizada em Paris - cidade onde as reivindicações feministas eram frequentes (RUBIO, 2011). No total, 22 mulheres (2,1% das inscrições) competiram em cinco esportes: tênis, golfe, croqué, hipismo e vela. Sobretudo, somente o tênis e o golfe tinham uma categoria à parte, nas outras três modalidades as participantes competiram juntamente com os homens (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016). A britânica Charlotte Cooper e a norte-americana Margaret Ives Abbott usando vestidos longos e cinturados (e uma gravata) se tornariam as primeiras vencedoras olímpicas no tênis e no golfe, respectivamente.

Figura 1 – A tenista Charlotte Cooper em foto tirada antes de 1910



Fonte: Wikimedia Commons (2016).

É fundamental destacar que, muitas atletas inscritas neste momento, figuravam as noções culturais de feminilidade que a biologia e a medicina ocidentais propunham naquela época, e, em geral, as atletas pertenciam à elite europeia e norte-americana. Abbott era uma socialite de Chicago que havia mudado para Paris para estudar arte (WELCH, 2016), já Hélène de Pourtalès - ouro e prata na vela - era uma condessa suíça.

A formação da categoria feminina aconteceu vagarosamente, dado que as lideranças olímpicas acreditavam que poucas modalidades condensavam uma “estética feminina”. Dessa maneira, questionamentos que nunca atravessaram a categoria masculina, puderam ser feitos na feminina. Primeiro havia dúvidas se tais mulheres seriam mesmo capazes de praticar esportes, depois era preciso monitorar como essa prática se daria. Se conseguissem correr, como correriam? Se conseguissem nadar, como seria? Na quinta edição olímpica, em 1912, que contou com a participação de 48 mulheres, Coubertin continuava descontente:

[...] essa Olimpíada feminina não é prática, nada interessante, nada estética, e não tememos acrescentar: incorreta. Não é esta a nossa concepção de Jogos Olímpicos, sobre os quais pensamos que temos alcançado e continuamos alcançando a realização da seguinte fórmula: a exaltação solene e periódica do atletismo de varões, tendo o internacionalismo como base, a lealdade como meio, a arte como marco e o aplauso feminino como recompensa (COUBERTIN, apud CHATZIEFSTATHIOU, 2008, p. 101-102, tradução nossa).

Em suma, a categoria feminina, em sua fase elementar, foi continuamente moldada por discursos protecionistas e biologizantes que tentavam determinar espaços, funções e performances aos corpos considerados “originalmente femininos”. Eram esferas femininas, a arquibancada, a premiação dos vencedores e, mais adiante, algumas modalidades escolhidas a dedo. Coubertin também acreditava que a criação da categoria feminina seria desgastante e trabalhosa do ponto de vista organizacional, sendo que no final ofereceria um espetáculo pouco interessante (CHATZIEFSTATHIOU, 2008). Seus discursos classificavam as habilidades atléticas como qualidades exclusivamente masculinas e, conjuntamente, abordavam a probabilidade da prática esportiva prejudicar a saúde geral dos corpos - entendidos por ele e pela ciência moderna como – “verdadeiramente femininos”: “Educação física e cultura desportiva: sim. Isso é excelente para a jovem e para a mulher. Mas, no que concerne à natureza feminina, é preciso ter muito cuidado com essa rudez do esforço masculino.” (COUBERTIN, apud CHATZIEFSTATHIOU, 2008, p. 102-103, tradução nossa).

Os representantes olímpicos entendiam que algumas modalidades poderiam até ter uma estética mais polida e delicada, enquanto outras ofereciam riscos ao padrão de feminilidade. Certamente, esta não foi uma visão restrita à época de Coubertin. Em carta de

1949, Avery Brundage⁵ escreveu: “Acho que os eventos das mulheres devem limitar-se àqueles apropriados para as mulheres; natação, tênis, patinação artística e esgrima, mas certamente não o arremesso de peso.” (BRUNDAGE apud ADAMS, 2002, p. 145, tradução nossa).

Curiosamente, o delineamento da categoria feminina no programa olímpico, aconteceu em meio à precariedade e inconstância do COI enquanto instituição em fase de estabelecimento. Coubertin teve de lidar com opiniões e decisões de Comitês Olímpicos Nacionais (CON), de Comitês Organizadores e de Federações Internacionais (FI). Para se ter uma ideia, os Jogos de Paris, em 1900, e os de Saint-Louis em 1904, foram integralmente organizados pelos Comitês Organizadores das cidades-sede. Já a inauguração da categoria feminina na patinação, no tênis e no arco e flecha foi obra do Comitê Olímpico Britânico nos Jogos de 1908. Igualmente, nos Jogos de Estocolmo-1912 havia uma série de expectativas do Comitê Organizador sueco, que aprovou a inclusão da categoria feminina na natação após pedido da Federação Internacional de Natação (FINA) (MITCHELL, 1977). Pode-se dizer que o surgimento das FI foi essencial à constituição das categorias femininas olímpicas, já que: “[...] a aceitação das mulheres por uma FI era um pré-requisito necessário para a consideração de sua admissão nos Jogos.” (MITCHELL, 1977, p. 217, tradução nossa).

Nesta fase inicial, a organização da categoria feminina também enfrentou um tipo de “caridade” despreocupada de alguns líderes esportivos, que não acreditavam no potencial futuro da categoria. Contudo, tal inclusão trouxe novos desafios ao movimento olímpico. Se durante as primeiras edições as controvérsias enfrentadas pelos organizadores do evento se mantinham entre, criar ou não uma categoria feminina e decidir quais modalidades eram adequadas às participantes, na década de 1920 a coisa mudou.

Algumas esportistas começaram a se incomodar com a espera na decisão dos dirigentes. Em 1921, como resposta a este cenário, surgiu a *Fédération Sportive Féminine Internationale*⁶ (FSFI), órgão liderado pela feminista francesa Alice Milliat. Já em 1922, Milliat conseguiu organizar o evento denominado *Women's Olympic Games*⁷ (WOG) em um único dia, com um público de 20.000 pessoas e onze eventos na agenda (LEIGH; BONIN, 1977). A proposta começou a preocupar a gestão olímpica, em especial porque durante o WOG várias modalidades do atletismo foram celebradas.

⁵ Avery Brundage foi atleta olímpico, vice-presidente da Federação Internacional de Atletismo (IAAF/World Athletics), presidente do Comitê Olímpico Norte-Americano e também presidente do COI entre as décadas de 1950 e 1970.

⁶ Federação Esportiva Feminina Internacional, em tradução literal.

⁷ Jogos Olímpicos Femininos, em tradução literal.

Considerada a prática de maior prestígio dos Jogos Olímpicos desde a Antiguidade, o atletismo já era apresentado como nobre nas jornadas heroicas da *Ilíada*: “Aquiles é descrito por Homero como ‘de pés velozes’ (podas okys), porque o poeta considera essa habilidade o atributo físico mais importante.” (ANDRONICOS, 2004, p. 175). Como efeito, as autoridades olímpicas e a Federação Internacional de Atletismo (IAAF/World Athletics⁸) cuidaram para que o atletismo mantivesse seus valores e metas originais, os quais eram considerados fundamentalmente masculinos.

A IAAF/World Athletics originou-se em 1913, sob a presidência do sueco Sigfrid Edström e com o apoio de Pierre de Coubertin. Nenhum deles era entusiasta da instauração de uma categoria feminina no atletismo, no entanto, Edström se viu obrigado a discutir o assunto depois do sucesso do WOG. Decidiu-se incluir as mulheres no quadro de competições atléticas internacionais já em 1924, ficando o acesso aos Jogos Olímpicos ainda vetado (ADAMS, 2002). Parte do acordo de integração empregava o cumprimento de algumas regras:

A FSFI concordou em cumprir todas as regras e regulamentos da IAAF, mantendo o controle sobre o esporte feminino como delegadas da IAAF. O acordo também permitiu à FSFI manter suas competições internacionais de atletismo feminino; no entanto, a palavra ‘Olímpico’ teve que ser omitida do título do campeonato. Mais significativamente, o relatório incluiu uma recomendação para solicitar ao COI a inclusão de um programa completo de atletismo para mulheres nos Jogos de Amsterdã em 1928 (ADAMS, 2002, p. 144, tradução nossa).

O programa de atletismo foi incluído de maneira integral na categoria feminina nos Jogos de Amsterdã-1928 (fato concretizado quando Coubertin já estava afastado da presidência do COI) (MITCHELL, 1977). No entanto, o acordo entre a FSFI e a IAAF/World Athletics acabou servindo a outro propósito:

Ao incluir eventos para mulheres, a IAAF pacificou a FSFI, enquanto controlava simultaneamente os eventos atléticos específicos aos quais as mulheres tinham acesso. Em troca de um programa limitado, a FSFI foi forçada a perder o controle sobre o atletismo feminino para a IAAF (ADAMS, 2002, p. 144, tradução nossa).

⁸ Em sua fundação, a Federação Internacional de Atletismo ficou conhecida como *International Association of Athletics Federations* (IAAF), porém, em 2019, seu nome foi alterado para World Athletics. No decorrer deste trabalho, será usada a combinação IAAF/World Athletics para se referir a esta FI.

Ainda na edição olímpica de 1928, os gestores do evento usaram de uma ocorrência para tentar provar a dispensabilidade da categoria feminina no atletismo. Ao final da prova de 800m, algumas atletas exauridas deitaram-se no chão (algo que também podia ser conferido na categoria masculina) e, por este motivo, foram tomadas como exemplo da “incapacidade” das mulheres em provas consideradas de maior rigor físico (TRALCI FILHO; ARAÚJO, 2011). De acordo com Kietlinski (2011, p. 61, tradução nossa), o jornal *The New York Times* publicou matéria após o evento mencionando que,

A final da corrida feminina de 800 metros, na qual Lina Radke da Alemanha estabeleceu um recorde mundial, demonstrou claramente que mesmo esta distância exige muito da força feminina. No final, seis das nove corredoras estavam completamente exaustas e caíram de cabeça no chão. Várias tiveram que ser retiradas da pista. A garotinha americana, Miss Florence MacDonald, que fez uma tentativa corajosa, mas foi superada, ficou meio desmaiada por vários minutos, enquanto até mesmo a robusta senhorita Hitomi Kinue do Japão, que terminou em segundo lugar, precisou de atenção antes de poder deixar o campo.

Claramente, o argumento biológico foi utilizado para explicar o ocorrido e, assim, Coubertin pode manter suas afirmações estereotipadas sobre a participação das mulheres:

Adicionando o elemento feminino o evento se transformou em algo monstruoso. A experiência de Amsterdã parece ter justificado minha oposição de que as mulheres participem dos Jogos Olímpicos, e os testemunhos obtidos até agora são em sua grande maioria contrários a que se repita o espetáculo que se produziu numa determinada prova feminina durante a realização da IX Olimpíada (COUBERTIN apud CHATZIEFSTATHIOU, 2008, p. 100, tradução nossa).

Após o nono Congresso da IAAF/World Athletics, realizado na Holanda ainda em 1928, a prova feminina de 800m foi retirada do programa olímpico, sendo reintroduzida somente em 1960. Em troca de mensagens com Brundage (na época presidente da *Amateur Athletic Union*⁹), Edström salienta como sua decisão em relação à inclusão da categoria feminina foi um ato forçoso, nada amigável, e muito menos se deu em respeito ao desempenho das atletas: “Suponho que você saiba que a federação da Sra. Milliat nos causou tantos transtornos que certamente não temos nenhum interesse em apoiá-la. Gostaríamos que a coisa toda desaparecesse da face da terra.” (EDSTRÖM apud ADAMS, 2002, p. 144, tradução nossa).

⁹ União Atlética Amadora, em tradução literal.

A aversão à formação da categoria feminina, uma vez que possuía apoio da classe científica parecia uma decisão sensata, senão natural para os líderes do movimento olímpico da época. Afinal, como destaca Lewontin (2000, p. 13), geralmente: “Os métodos e instituições de ciência nem sempre são vistos acima das relações humanas habituais, mas o produto da ciência, é claro, é declarado como um tipo de verdade universal.”. Para tais gestores, o corpo hegemônico feminino mantinha como referência social a reprodução, a maternidade, a fragilidade e o espaço doméstico. Em outras palavras, neste momento a instauração de uma categoria feminina era vista como uma incoerência. A prática esportiva simbolizava uma ameaça, dado que o corpo “legitimamente feminino” deveria manter-se sedentário para preservar as energias para outras atividades, especialmente à procriação.

Nas primeiras décadas dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, a racionalidade ocidental já havia constituído poderosos argumentos que acabaram definindo uma versão estática de corpo “feminino”. Entre os séculos XVIII e XIX, ocorreram importantes transformações na representação do corpo humano, que, em certa medida, ainda encontram similaridades com as concepções biológicas atuais. Foi nesta passagem de tempo, por exemplo, que intelectuais ocidentais deram novo sentido e nova utilidade ao corpo, reduzindo a variabilidade biológica nos modelos binários (homem/mulher). Assim, surgiu uma primeira versão de corpo “feminino legítimo” e as explicações biológicas sobre inferioridade física, fragilidade, e a noção de que este corpo era útil à reprodução (FEDERICI, 2017; LAQUEUR, 2001).

No entanto, tais descrições apresentavam um retrato das experiências de vida da maioria das mulheres que faziam parte da mesma classe, “raça” e território dos intelectuais envolvidos nas pesquisas. Isto revela que a noção de corpo “feminino” foi criada de maneira local e específica no Ocidente, sendo forçosamente universalizada - principalmente, durante as invasões coloniais (OYĚWŪMÍ, 2021). “Mulheres” - no sentido biológico - tornou-se a descrição de um punhado de corpos que concentram uma organização anatômica específica, junto de um fenótipo eurocêntrico. Em outras palavras: “[...] o capitalismo global eurocêntrico só reconheceu o dimorfismo sexual entre homens e mulheres brancos/as burgueses/as, [assim] não pode ser verdade que a divisão sexual seja baseada na biologia.” (LUGONES, 2020, p. 66). Seguindo os escritos de Ferreira da Silva, isto se deu porque (2019, p. 138):

[...] o próprio arsenal desenhado para determinar (explicar e provar) a verdade (as causas) da diferença humana já presumia a branquidade/europeísmo *como* medida universal, isto é, os corpos, mentes e sociedades que atualizavam a *universalidade*, assim como os únicos compreendidos pela humanidade, como figura ética.

As biológicas canônicas passaram a existir como representantes da própria humanidade, enquanto: “As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto.” (BUTLER, 2017, p. 193-194). Na verdade, as teorias ocidentais deste período conseguiram organizar a paisagem social de uma maneira em que, somente determinados fenótipos (brancos e geolocalizados), organizações biológicas (cisgêneras) e desejos (heterossexuais) apareceriam como “normais” e “legítimos”.

O fato é que a diferenciação sexual só foi possível e, ainda faz sentido na atualidade, porque diversos agentes e instituições desenvolveram argumentos minuciosos, além de técnicas e práticas que produziram e regularam a noção de dualidade corporal (FAUSTO-STERLING, 2006; LAQUEUR, 2001; PRECIADO, 2014; ROHDEN, 2001). Se nas sociedades ocidentais contemporâneas, um corpo ainda continua tendo de se situar num dos critérios biológicos binários para ser considerado humano, por muito tempo, não foi esta a realidade.

Antes do século XVIII, mesmo no Ocidente, o gênero não era definido tomando por base as anatomias genitais ou os órgãos reprodutivos. De outro modo, havia uma compreensão de sexo único. Conforme aponta Laqueur (2001, p. 33),

A noção tão poderosa, depois do século XVIII, de que teria de haver uma coisa fora, dentro e por todo o corpo que definisse o homem em oposição à mulher e que apresentasse o fundamento de uma atração dos opostos, é inteiramente ausente na medicina clássica ou renascentista. Em termos de tradições milenares da medicina ocidental, a genitália passou a ser importante como marca da oposição sexual somente na semana passada.

A citação anterior indica que, nesta época, os corpos não eram marcados ou legitimados por uma diferença sexual definitiva. Para os gregos antigos ou mesmo para os renascentistas - que, por meio dos estudos anatômicos, ficaram conhecidos como grandes investigadores das estruturas corporais internas - havia apenas um corpo básico com variações sexuais. Ainda assim existia uma escala, uma hierarquia, que descrevia um tipo de corpo como mais desenvolvido e como referencial máximo de humanidade. “Havia nos textos e nas imagens uma qualidade de insistência obsessiva, um constante círculo vicioso, voltando sempre para o homem como padrão.” (LAQUEUR, 2001, p. 122).

A projeção fálica era o que permitia a condição de corpo completo por excelência. Porém, o pênis não era considerado um órgão exclusivamente masculino, em verdade, era entendido como uma estrutura comum a todos os corpos, que poderia se projetar ou

permanecer invertido (para dentro). Galeno acreditava que a “[...] falta de calor vital – de perfeição [nas mulheres] – resultara na retenção das estruturas que no homem são visíveis na parte externa.” (LAQUEUR, 2001, p. 16). Neste período, não se reconhecia, nem se nomeava, “[...] qualquer anatomia reprodutiva feminina, portanto, os termos modernos que se referem a isso – vagina, útero, vulva, lábios, trompas de Falópio, clitóris – não encontram seus equivalentes na Renascença.” (LAQUEUR, 2001, p. 120).

Por mais que a projeção fálica indicasse um aprimoramento corporal e uma vantagem social, antes do século XVIII: “[...] ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural, e não *pertencer* organicamente a um sexo ou a outro.” (LAQUEUR, 2001, p. 177, grifo do autor). Em outras palavras, não havia: “[...] um substrato biológico intransponível.” (ROHDEN, 2001, p. 32). Neste sentido, ocorria uma separação social binária, mas ela não se dava a partir de diferenças nas estruturas corporais. Isto é, não ocorria a tentativa de alocar os sujeitos em posições sociais fixas a partir de suas genitais, justamente porque não existia um “[...] ‘raciocínio corporal’, a suposição de que a biologia determina a posição social.” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 47).

As normas do binarismo de gênero não estavam relacionadas a atributos biológicos, mas o gênero dependia e era percebido por meio do cumprimento de determinadas funções e posições fixas no cenário coletivo. Tais representações eram tão vigorosas e factuais à época que, se acreditava que, “[...] em último caso, um comportamento inapropriado poderia até causar a mudança de sexo, indicando a fragilidade do corpo diante das imposições do gênero.” (ROHDEN, 2001, p. 32). O esforço físico mais intenso aparecia como uma preocupação que poderia “transformar mulheres em homens”, por isso, era recomendado a elas:

[...] não se entregarem a ‘exercícios masculinos muito fortes e turbulentos’, a não fazerem ‘movimentos rápidos e turbulentos’ e nem tampouco cantarem ou tocarem instrumentos ‘rudes e em geral masculinos’. A preocupação vai além de as mulheres fazerem música de forma imprópria para senhores, além da transgressão dos limites de gênero; parece que comportamentos impróprios podiam realmente causar mudança de sexo. (LAQUEUR, 2001, p. 162).

É destacado até aqui, a pura inexistência de uma “mulher biológica” para a racionalidade ocidental até meados do século XVIII. Até este período:

[...] a “mulher” não existia nem anatomicamente nem politicamente como uma subjetividade soberana. O paradigma do monossexo operava em um

‘sistema de semelhança’ no qual o corpo feminino era representado como uma variação hierarquicamente menor do masculino. O corpo feminino não era reconhecido como uma entidade anatômica, como um sujeito político, tendo uma existência ontológica, autônoma e plena (PRECIADO, 2022, p. 307).

Foi a empreitada ocidental, que objetivou encontrar distinções na anatomia sexual, que produziu e validou a construção de uma gramática corporal exclusivamente binária, e, com isso, inaugurou a “mulher biológica”. A genitália (em duas versões) passou a ditar a colocação social desde o nascimento, e continuou fundamentando uma hierarquia entre os gêneros. De certa forma, a ciência moderna desencadeou um processo de: “[...] corporificação de categorias sociais.” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 33).

Nota-se agora uma inversão: o corpo, o sexo, passa a ser a fundação da sociedade. As diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas passam a oferecer a base para que pensadores sociais dissertem sobre as diferenças inatas entre homens e mulheres e a consequente necessidade de diferenciações sociais. A natureza já se encarregou de postular a divisão. Cabe à sociedade respeitá-la e promover um comportamento adequado (ROHDEN, 2001, p. 33).

Em decorrência, possíveis desequilíbrios e diferenças encontradas no cenário social, passaram a ser explicados como a mais completa expressão do dimorfismo sexual. A ciência da diferença, munida do determinismo biológico, passou a associar partes corporais específicas a determinados estereótipos de gênero. Exemplificando, corpos com vagina deveriam assumir certas funções e performances, enquanto corpos com pênis teriam de adotar outras posições consideradas completamente distintas e complementares. Resumindo: “[...] a noção de ‘sexo’ permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar essa unidade fictícia como princípio causal.” (FOUCAULT, 2017, p. 168).

De modo problemático, à produção discursiva sobre a dualidade do “sexo”, acabou desencadeando a percepção de corpos uniformes e estáveis, com destinos biológicos diferentes (BUTLER, 2017). Esta noção passou a ser analisada de forma mais crítica somente mais para o final do século XX. Antes disso, mesmo algumas teóricas/os feministas tomavam a bicategorização do “sexo” como um dado natural, e não como uma produção histórica que foi sendo naturalizada para criar um regime de verdade hierárquico (BUTLER, 2017; DORLIN, 2021; HEILBORN; RODRIGUES, 2018).

Entretanto, a pergunta que fica é: quais tensões sociais se sobressaíram nas sociedades europeias durante os séculos que antecederam os Jogos Olímpicos da Era Moderna, para proporcionar uma virada epistemológica tão vigorosa que assumiu o dualismo sexual como única possibilidade para a espécie humana? O que necessariamente estava em jogo, qual emergência proporcionou a definição de modelos biológicos?

Apesar da dificuldade de apontar um poder único e concentrado responsável pela produção das “mulheres legitimamente biológicas”, é unânime entre algumas autorias (LAQUEUR, 2001; ROHDEN, 2001; ROSE; LEWONTIN; KAMIN, 1990), que a ciência da divisão sexual é uma idealização da classe burguesa europeia, “[...] muitas vezes invocada para invalidar reivindicações de emancipação social e política.” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 58, tradução nossa). De maneira mais detalhada, Rohden (2001, p. 31) teoriza:

[...] como se dá então a passagem para as concepções que hoje utilizamos predominantemente? As causas teriam sido as mudanças provocadas pelos progressos da ciência? [...] as descobertas científicas sozinhas nada significam. Só fazem sentido e só acontecem dentro de um contexto social propício e respondendo a demandas sociais particulares em cada momento. Não há, assim, uma única causa, um processo singular e contínuo, mas uma composição de múltiplos programas culturais em atuação, uma pluricausalidade. Os avanços da anatomia no Renascimento, sua preocupação em olhar, tocar e dissecar os corpos, apesar de nos parecerem reveladores das diferenças, não foram suficientes. Só se chegou à constatação de que os corpos de homens e mulheres eram diferentes na sua natureza quando houve um clamor social para isso.

Na França do século XVIII, a nova classe dominante formada pela burguesia revolucionária começou a prometer, a toda população, algo que concretamente nunca iria entregar: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Este slogan, não fazia nenhum sentido diante de um sistema capitalista em formação, que tinha como essência a hierarquia e só poderia funcionar por meio de uma pirâmide de castas (ROSE; LEWONTIN; KAMIN, 1990). Em decorrência disso,

No final do século XVIII, enquanto a Revolução Francesa pregava os direitos de igualdade e liberdade, assistia-se a uma intensificação das preocupações, especialmente por parte dos médicos, com a diferença entre homens e mulheres. A onda de reformas e igualitarismo, longe de provocar uma revolução também nas representações médicas sobre a natureza dos seres humanos, acaba, ao contrário, originando uma reafirmação sem precedentes da sua condição biológica e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo (ROHDEN, 2001, p. 29).

Isto significa que a reconstrução da paisagem social na Europa, que previa modelos corporais incontornavelmente binários, precisou da comunidade científica para dar ares de autenticidade a sua empreitada. Com a decadência dos poderes cristãos na Modernidade, a ciência assumiu um lugar de destaque, substituindo “[...] a religião como principal força de legitimação na moderna sociedade.” (LEWONTIN, 2000, p. 12). O sistema mercantil e industrial em expansão necessitava de uma base sólida que reafirmasse seus interesses de exploração e dominação do mundo físico e dinâmico, e a ciência cumpriu este papel. Em decorrência disso, houve uma retroalimentação entre ciência moderna e burguesia, onde valores e ideais desta classe se entrecruzaram com as noções filosófico-científicas produzidas à época. Assim, “[...] os princípios filosóficos enunciados pelos filósofos do Iluminismo se [revelaram] exatamente aqueles que correspondiam às exigências das relações sociais burguesas.” (ROSE; LEWONTIN; KAMIN, 1990, p. 42, tradução nossa).

Definitivamente, a instauração de uma nova ordem não se deu de forma orgânica e pacífica, em realidade, a burguesia europeia se deparou com permanentes forças contrárias. Algumas mulheres passaram a exigir direitos iguais e a ocupar novos espaços, antes muito bem definidos como masculinos (LAQUEUR, 2001). As posições sociais estavam em crise à época, assim, foi preciso apelar para a concretude do corpo em nome da manutenção das hierarquias. Conforme explica Oyěwùmí (2021, p. 74),

[...] o determinismo biológico em grande parte do pensamento ocidental advém da aplicação de explicações biológicas na consideração das hierarquias sociais. Isso, por sua vez, levou à construção do mundo social com tijolos biológicos. Assim, o social e o biológico estão completamente entrelaçados. Essa cosmovisão se manifesta nos discursos de gênero de dominância masculina, discursos nos quais as diferenças biológicas femininas são usadas para explicar as desvantagens sociopolíticas da fêmea. A concepção de biologia como estando ‘em toda parte’ torna possível usá-la como uma explicação em qualquer esfera, esteja ela diretamente implicada ou não. Se a questão é por que as mulheres não deveriam votar ou por que amamentam bebês, a explicação é uma e a mesma: elas são biologicamente predispostas a isso. O resultado dessa lógica cultural é que homens e mulheres são vistos como criaturas essencialmente diferentes.

Portanto, uma ontologia das “mulheres” só aconteceu quando funções e posições sociais, de dominância masculina, começaram a ser questionadas e ameaçadas. Em outros termos, a bio-lógica nasceu para manter estáveis as desigualdades e os privilégios sociais da época.

As promessas da Revolução Francesa - que a humanidade em todas as suas relações sociais e culturais podia ser regenerada, que as mulheres podiam atingir não só liberdades civis como também pessoais, que a família, a moralidade e as relações pessoais podiam ser renovadas - fizeram surgir não só um feminismo novo e genuíno como também um novo tipo de antifeminismo, um novo medo das mulheres, e fronteiras políticas que criaram fronteiras sexuais. A criação de uma esfera pública burguesa, em outras palavras, levantou com violência a questão de qual sexo deveria ocupá-la legitimamente. E em todo lugar a biologia entrava no discurso. Obviamente, os que se opunham a um crescente poder civil e privado das mulheres – na grande maioria homens articulados – criaram a evidência da inadequação física e mental das mulheres para esses avanços: seus corpos não eram adequados aos espaços quiméricos que a revolução abria inadvertidamente (LAQUEUR, 2001, p. 242).

Outra questão fundamental é que a classe dominante começou a transformar o corpo num aparelho eficiente para o trabalho, e, assim, estabeleceu uma nova ordenação social sustentada pela biologia materialista da época. Antes da Modernidade, as teorias ocidentais não retratavam o corpo com os fortes contornos materiais do presente, na verdade, ele era representado como um mundo menor (microcosmo) e uma continuação - senão um reflexo - do macrocosmo.

[...] o corpo era mais um elemento que compunha a ‘grande cadeia do ser’ em que macrocosmo e microcosmo se encontravam, entre a carne e a transcendência. Uma ampla gama de imagens, de jogos de correspondência trazia o cosmos para dentro do corpo [...] Do corpo ecoavam múltiplos discursos, pois ele era uma fronteira porosa com o mundo [...] demasiadamente suscetível à intervenção da natureza. (ROHDEN, 2001, p. 31-32).

Porém, a partir do século XVIII, o corpo precisou ser disciplinado para o trabalho e, assim, ganhou linhas fronteiriças muito bem definidas em relação ao entorno. O corpo desencantado havia se tornado mero fruto de respostas biológicas, e, desta forma, passado “[...] ao primeiro plano das políticas sociais porque aparecia não apenas como uma besta inerte diante dos estímulos do trabalho, mas como recipiente de força de trabalho, um meio de produção, a máquina de trabalho primária.” (FEDERICI, 2017, p. 249). Nesta nova perspectiva, oriunda da filosofia mecanicista de René Descartes, o corpo passou a ser ilustrado como um autômato regido por leis mecânicas (FEDERICI, 2017). Mais que isso, a teoria cartesiana criou uma fissura, descrevendo de um lado o corpo como uma engrenagem sensorialmente enganosa, em contraposição a uma razão verdadeira e indispensável (RAMOS, 2010).

Descartes concebeu o corpo como “[...] uma armadilha da qual qualquer pessoa deveria escapar.” (OYĚWÚMÍ, 2021, p. 29). Por outro lado, a razão se tornou não só a marca da excelência humana, mas também o próprio referencial de humanidade. Entretanto, o ser racional fazia “[...] referência exclusiva a uma pequena elite composta por homens adultos, brancos e de classe alta.” (FEDERICI, 2017, p. 278). Na prática, a teoria cartesiana foi sendo sistematicamente usada pelas classes dominantes europeias para reconhecer razão (e, portanto, humanidade) apenas em alguns grupos.

Mulheres, povos primitivos, judeus, africanos, pobres e todas aquelas pessoas que foram qualificadas com o rótulo de ‘diferente’, em épocas históricas variadas, foram consideradas como corporalizadas, dominadas, portanto, pelo instinto e pelo afeto, estando a razão longe delas. Elas são o Outro, e o Outro é o corpo (OYĚWÚMÍ, 2021, p. 29-30).

Em outras palavras, determinados contingentes humanos foram corporificados e, assim, retratados como sub-humanos e menos desenvolvidos. A posteriori, a ideia de infrahumanidade, serviu não só para converter pessoas destes grupos em fontes inesgotáveis de experimentação e manipulação “científica”, como as transformou em matrizes exploráveis para a acumulação de capital. Em linhas gerais, o corpo destes precisou ser analisado em cada detalhe, de modo que fossem encontradas suas “vocações” para o trabalho (FEDERICI, 2017).

Neste cenário, foram construídos argumentos teóricos de que os corpos “originalmente femininos” tinham como atributo inato, a procriação. Aborto e contracepção passaram a ser demonizados e “[...] o útero foi reduzido a uma máquina para a reprodução do trabalho – nas mãos do Estado e da profissão médica.” (FEDERICI, 2017, p. 262). Isto mostra que a ciência do dimorfismo sexual não só ajudou a garantir melhores condições sociais a um grupo pequeno, mas também teve o potencial de tornar o corpo de “mulheres autênticas” (de classes desfavorecidas) a engrenagem necessária à produção da nova massa trabalhadora e responsável pelos cuidados “invisíveis” do ambiente doméstico (FEDERICI, 2017). “As mulheres são preciosas porque reproduzem; os filhos são preciosos porque fornecem uma população.” (FOUCAULT, 2010, p. 60).

A curiosidade pelo sistema reprodutor foi intensificada ao longo de todo o século XIX. Reconhecer a “natureza” própria das “mulheres”, associando estruturas corpóreas à virtudes, vontades e comportamentos, se tornou o principal objetivo das ciências biológicas. Até este momento, o corpo-fêmea era definido pela combinação de dois órgãos: o útero e os ovários. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os ovários eram valorizados pela importância

reprodutiva, também eram classificados como: “[...] os grandes responsáveis pelas perturbações de ordem física e mental das mulheres.” (ROHDEN, 2008, p. 135).

No período, a produção científica médica brasileira (influenciada pelas teorias europeias), depositou sob os ovários a causa das mais variadas enfermidades, tais como: a histeria, a ninfomania, o abuso de álcool, a melancolia, etc. A ovariectomia (castração do ovário), começou a aparecer nas teses do Rio de Janeiro a partir de 1866, num primeiro momento como tratamento de quistos ovarianos e, posteriormente, como uma intervenção cirúrgica para a “cura” de problemas mentais. Dentre as justificações para a cirurgia são citadas coisas como: excessos sexuais femininos e relações sexuais fora do casamento. Numa tese brasileira, publicada em 1873, é mencionado que a ovariectomia funciona para “[...] coibir a sensualidade de certas mulheres debochadas” (ARCHANJO DA SILVA apud ROHDEN, 2008, p. 136). Mesmo registrando altos índices de mortalidade, a remoção ovariana era realizada na Inglaterra (e com maior cautela na França) desde o começo do século XX. Archanjo da Silva, apud Rohden (2008), cita que entre as quinhentas ovariectomias praticadas pelo famoso médico inglês Spencer Wells, “apenas” 25,4% acabaram em mortes. O que a história da ovariectomia carrega de mais significativo é a tendência da ciência da época de definir os ovários como um excesso, e tais corpos como arcabouços biológicos doentes, que têm por missão apenas procriar. “É quase como se a mulher, por sua própria natureza, beirasse a patologia.” (ROHDEN, 2008, p. 136).

A ciência da divisão sexual circunscreveu anseios sociais (a fecundação heterossexual em prol da família nuclear foi um deles) em segmentos do corpo, que foram sendo rigorosamente marcados como femininos. Dessa maneira, a categoria “mulheres biológicas” pode ser esquadrihada tendo “[...] como referencial implícito, o perfil de uma pessoa frágil, contida sexualmente, casta, restrita à esfera doméstica, com baixa capacidade racional e sem papel público.” (CASTRO, 2020, p. 148).

As sucessivas transformações na teoria do corpo apresentadas aqui, sem dúvida, ajudaram a modular a percepção das autoridades olímpicas sobre o que configuraria um corpo “legitimamente feminino”. Assim, no final do século XIX, quando tem início a primeira edição dos Jogos Olímpicos, já havia uma versão biológica “feminina” imperativa e bem estabelecida. Foi esta concepção, amorfa e debilitada, que acabou norteando as tomadas de decisão da gestão olímpica por várias décadas, culminando não só com a separação do esporte olímpico em categorias feminina e masculina, mas também com proibições, desconfianças e recuos.

4.2 Entre as décadas de 1930 e 1960: novos corpos, *outras* performances.

Até o final dos anos 1920, os dirigentes do movimento olímpico e das FI pareciam se preocupar mais com os “perigos” proporcionados pelo esporte no corpo “legitimamente feminino” e com possíveis apresentações esportivas desastrosas por falta de habilidade técnica. Enquanto isso, a prática revelava o contrário.

Um exemplo bastante conhecido é o do time de futebol Dick, Kerr Ladies fundado durante os anos da 1ª Guerra Mundial. Composto por trabalhadoras do ramo de fabricação de munição, o time inglês se reuniu com o objetivo de arrecadar dinheiro para instituições de caridade de guerra. O sucesso foi tamanho que em uma de suas partidas a equipe conseguiu somar um público de 53.000 pessoas. No entanto, com o fim da Guerra e o retorno dos soldados, as atletas não só foram retiradas do cenário, como em 1921, a *Football Association*¹⁰ proibiu a prática de futebol por mulheres. Mais que uma disputa por espaço, algo novo parecia preocupar as autoridades esportivas dessa época,

[...] o esporte estava mudando nos anos entre as duas guerras com a participação cada vez maior de mulheres. Por sua vez, as mulheres foram consideradas como tendo mudado pelo esporte. As conquistas esportivas desafiaram as noções populares de distinções entre os corpos masculino e feminino; as mulheres demonstraram ser capazes de força, resistência e competitividade, que haviam sido codificadas como preservação dos homens (TEBBUTT, 2015, p. 722, tradução nossa).

Sincronicamente, o debate científico que buscava compreender quais respostas biológicas marcavam em definitivo o masculino e o feminino, continuava divergente entre os especialistas do começo do século XX. Entre as hipóteses mais respeitadas nas duas primeiras décadas de 1900, estava a do cirurgião britânico William Blair Bell. Em sua teoria, ele defendia que a diferenciação sexual não dependia exclusivamente das gônadas como se acreditava até então. Bell propunha que o sexo biológico também podia ser determinado por meio das características físicas secundárias, ou seja, tomando como base a aparência. (KARKAZIS, 2008).

De modo curioso, justamente o discurso que marca a categoria feminina olímpica na década de 1930 se refere à apreensão relacionada à aparência “masculinizada” de algumas atletas. Porém, este incômodo só surge quando é criada uma categoria feminina no atletismo. Haveria a partir daí, uma inquietação tanto com a aparência, quanto com a melhora

¹⁰ Associação de Futebol, em tradução literal.

significativa de rendimento de algumas atletas. Antes disso, os únicos esportes com categoria feminina foram aqueles que, de acordo com os gestores, tinham certa plasticidade feminina: tênis, golfe, arco, natação, patinação, esgrima e as demonstrações ginásticas (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2016).

Tal afirmação pode ser considerada, porque na natação, por exemplo – que no contemporâneo, ora é considerada responsável pelo desenvolvimento de um fenótipo “masculinizado” nas mulheres, ora é considerada feminina pela “suavidade” dos movimentos – a aparência das atletas (pelo menos até este momento) não era contestada, mesmo quando esta não atendia aos padrões de feminilidade ocidental da época. Vale conferir a imagem abaixo dos Jogos de Londres-1912 (momento em que a categoria feminina é inaugurada na natação), com a vencedora da prova dos 100m livres Fanny Durack (à esquerda), seguida da australiana Mina Wylie (centro) e da britânica Jennie Fletcher (à direita). Durack e Wylie tiveram de arrecadar fundos para participar desta edição, pois a presidente da Associação de Natação Amadora Feminina de Nova Gales do Sul, Rose Scott, era contrária à participação das atletas nos Jogos Olímpicos. Contudo, isto não estava relacionado aos seus fenótipos pouco condizentes com as expectativas sociais da época, Scott, na verdade, achava impróprio que as atletas exibissem seus corpos no mesmo espaço em que houvesse homens como competidores ou espectadores (BLACKBURN, 2020).

Figura 2 – As primeiras colocadas na prova dos 100m livres na natação, em 1912.



Fonte: Olympics.com (1912).

Por outro lado, o atletismo contribuiu com a formação de uma categoria feminina num esporte não-elitizado e acentuado por valores masculinos. A modalidade facilitou a entrada de

atletas das camadas sociais desprivilegiadas e de “raças” e territórios marcados pela ciência ocidental como *outros*. Em síntese, a *gentalha* conseguiu chegar ao esporte olímpico pela modalidade mais estimada pelos gestores, provocando um desarranjo nas normas que selecionavam os corpos ideais à categoria feminina.

Foi a primeira vez que mulheres afroestadunidenses foram às competições, a saber, Tidy Pickett e Louise Stokes nos Jogos de Los Angeles-1932. Contudo, mesmo sendo as principais atletas da equipe, Pickett e Stokes foram substituídas - por atletas brancas - poucas horas antes do início das competições (OLYMPIC PRIDE, AMERICAN PREJUDICE, 2016). Na foto abaixo, Pickett é a primeira da direita na fila detrás e Stokes é a terceira da esquerda para a direita, na mesma fila.

Figura 3 – Atletas norte-americanas após os Jogos de Berlim, em 1936.



Fonte: Biografica (2022).

Sobretudo, conforme ressalta Pieper (2016), a presença de atletas negras e da classe trabalhadora no atletismo, dentre outras coisas, acabou sendo impulsionada pela falta de interesse das mulheres brancas de classe média alta, que evitavam ser estereotipadas de acordo com a imagem masculinizante ostentada na modalidade. Como efeito, aquelas que insistiam em praticar o esporte estavam sujeitas a leitura de seus corpos pela gramática do masculino e da antinaturalidade.

Desde o século XIX, a elite branca norte-americana havia transformado a percepção moral das mulheres de seu grupo: de pecadoras para puritanas. Por mais que este fosse um estereótipo (relacionado à procriação, aos cuidados com a prole e à prática heterossexual compulsória) perpetuador de condições subalternas, acabou também impulsionando a legitimação de tais mulheres no dialeto da humanidade e da feminilidade (hooks, 2020).

Por outro lado, a situação de mulheres afrodescendentes do mesmo período, não era de longe a mesma. Escravizadas eram vistas como selvagens, sedutoras, infames e “[...] como a personificação do mal feminino e da luxúria.” (hooks, 2020, p. 64). Havia mesmo uma persistência em afastá-las da categoria “mulher”. Nem mesmo a constatação de uma função reprodutiva “correta” e “normal”, as incorporava em tal plano, mostrando que era preciso introjetar uma pluralidade de signos, qualidades e comportamentos particulares da cultura ocidental, para ser qualificada como “mulher legítima”.

Das mulheres negras escravizadas era retirado o direito de cuidar e de educar suas crianças. Para o projeto colonizador, a capacidade reprodutiva delas interessava por seu efeito lucrativo. Eram coagidas não só às longas horas de trabalho nas plantações, mas também à produção ininterrupta de uma prole que seria compreendida, em termos mercadológicos, como propriedade dos colonizadores (DAVIS, 2016). Conforme pode ser constatado no discurso de Sojourner Truth¹¹, realizado em 1851, durante a *Women’s Rights Convention*¹²:

Aqueles homens ali [cléricos] dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher? (BAUMFREE, 2009)

Na fala de Sojourner, a fragilidade aparece como uma “qualidade” inata e exclusiva (ou mesmo um direito) de mulheres da elite branca. Em contraposição, explica Davis (2016, p. 20), as afrodescendentes escravizadas: “[...] enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o ‘sexo frágil’ ou ‘donas de casa’”. É preciso lembrar que elas ocupavam funções desde as minas de carvão até as plantações, “[...] e, nesse processo, (adquiriam)

¹¹ Ativista norte-americana que lutou pelos direitos das mulheres e da população negra escravizada.

¹² Convenção dos Direitos das Mulheres, em tradução literal.

características consideradas tabu pela ideologia da feminilidade do século XIX.” (DAVIS, 2016, p. 24). O trabalho rigoroso e extenuante, raramente era experimentado por mulheres da alta classe e, quando isto acontecia, tinha por objetivo castigar e humilhar. Como afirma hooks (2020, p. 48): “[...] qualquer mulher branca forçada pelas circunstâncias a trabalhar no campo era considerada indigna do título ‘mulher’”.

De certa forma, este cenário segmentado ajudou a criar e regular ficções polarizadas que passaram a funcionar como roteiros de subjetivação. Significa que, das mulheres pertencentes às elites passou-se a esperar uma estética frágil e delicada, enquanto aspectos considerados socialmente masculinos foram projetados em mulheres de *outras* “raças”, classes e originárias de territórios não-ocidentais.

Não é nenhuma surpresa que uma das primeiras atletas olímpicas a ter sua “originalidade feminina” contestada publicamente não era ocidental, nem pertencia às elites. Tal estranhamento ocorreu com a primeira medalhista olímpica da história do Japão, Hitome Kinue. Na imprensa internacional corriam boatos sobre a imagem “masculinizada” da atleta, havendo uma exacerbação desta narrativa depois de Kinue conquistar a medalha de prata - na prova dos 800m - nos Jogos de Amsterdã-1928 (PIEPER, 2016). Como destaca Kietlinski (2011, p. 57, tradução nossa) “[...] ainda era uma época em que o atletismo feminino era polêmico, pois se pensava que levava à esterilidade e ao envelhecimento prematuro, além de ser considerado extremamente pouco feminino”.

As principais polêmicas em relação ao fenótipo de Kinue estavam atreladas à altura e peso. Suas medidas - 1.69 cm de altura e pouco mais de 50 quilos - eram consideradas acima da média para o padrão de feminilidade japonês. Uma matéria publicada em 1924 no jornal *Asahi Shimbun*, parece colocar em xeque a própria identidade de gênero da atleta, ao afirmar que Kinue era alta até mesmo para as equipes masculinas (KIETLINSKI, 2011). Em 1926, ao retornar da segunda edição do WOG com o prêmio de melhor atleta do evento (recebido das mãos de Alice Milliat) por seu destacado desempenho em várias modalidades (inclusive a quebra do recorde mundial no salto em distância), Kinue teve o “problema” de sua aparência ainda mais acentuado pelos jornais locais. Segundo Kietlinski (2011, p. 62-63, tradução nossa), a atleta enfrentou perguntas desconcertantes sobre sua aparência, gênero e sexualidade durante entrevista à revista japonesa *Fujin Sekai*:

Fujin Sekai: Você tem um físico magnífico – qual é a sua altura?

Hitomi Kinue: Tenho cinco *shaku*, cinco *sun*, sete *bu* (quase 1.69 cm)

FS: Isso é bastante, não? Quando você começou a crescer – foi na mesma época em que você começou a praticar esportes?

HK: Não posso dizer quando comecei a crescer, pois tenho crescido um pouco a cada ano.

FS: Há um sentimento geral de que as mulheres japonesas são fracas – quando você estava em Amsterdã para as Olimpíadas, você se sentiu inferior às atletas estrangeiras?

HK: Não, acho que não. Se você olhar ao redor do Japão, há muitas mulheres com físicos robustos. Hoje em dia não é incomum ver mulheres universitárias com cinco *shaku* mais dois ou três *sun* (entre 1.57–1.60 cm)

FS: Sim, é verdade – desde que os esportes femininos se tornaram populares, notei que a altura média das mulheres cresceu um pouco...E, posso perguntar o seu peso?

HK: Quatorze *kan*, quatro ou quinhentos *monme* (cerca de 53 ou 54 quilos)

FS: Bem, isso é um pouco surpreendente! Então, já que esse é aproximadamente o mesmo peso que a maioria dos homens, as pessoas não disseram que duvidam que você seja realmente uma mulher?

HK: Bem, quando eu estava no exterior ninguém tinha tais suspeitas, mas ouvi falar desse boato após meu retorno ao Japão.

FS: Ha ha ha! Isso não seria engraçado se você fosse realmente um homem! Tem um cheiro de mistério – esta poderia ser a principal reviravolta na história se eu escrevesse um romance de mistério. Isso pode realmente confundir as pessoas, ha ha ha!

HK: Estou envergonhada.

FS: A aparência do seu corpo não é exatamente o de uma mulher, você não só está muito bronzeada, mas...

HK: O físico das mulheres em outros países é bem diferente do das mulheres japonesas.

FS: Isso pode ser um pouco rude, mas o formato do seu peito e quadris realmente não é o mesmo das mulheres japonesas normais, na verdade se parece mais com o de uma mulher ocidental.

HK: Bem, se você é muito gordo, então você não está apto para praticar esportes.

FS: Mas é verdade que se você praticar esportes todos os dias, acabará se tornando um tanto masculinizada?

HK: Não, isso não é verdade...

FS: Então você está se tornando fisicamente mais masculina?

HK: Como faço muito exercício, meu corpo talvez pareça mais masculino do que o de uma típica mulher japonesa

FS: Por favor, perdoe-me por ser tão rude, mas há um problema que tenho ouvido repetidamente sobre os esportes femininos. É verdade que atividades físicas muito intensas podem causar anomalias ginecológicas nas mulheres?

HK: Não causa anormalidades. Minha saúde está ótima. Embora tenha havido casos relatados de mulheres que desmaiaram enquanto praticavam esportes porque estavam menstruadas, foi apenas porque alguns esportes coletivos (como basquete) podem ser mais duros às vezes. Sou atleta de atletismo e nunca notei nada anormal na minha saúde.

FS: Quando você se tornar esposa e formar uma família no futuro, você continuará praticando esportes?

HK: Sim, não espero que nada mude.

Em alguns momentos da entrevista, Kinue parece não atender nem aos padrões de feminilidade do Ocidente nem do Oriente e, por isso, “[...] muitos começaram a se perguntar como ela poderia ser uma mulher ‘real’ e ainda assim uma atleta de tanto sucesso.”

(KIETLINSKI, 2011, p. 57). Experiências na trajetória da atleta que poderiam ser válidas à compreensão sobre seu desempenho atlético e sua constituição física, simplesmente não importavam sob a luz do determinismo biológico presente nas matérias jornalísticas.

Kinue nasceu e morou até parte da adolescência numa zona rural do Japão (província de Okayama). Ela foi a única garota de sua região a entrar para a escola, fato que, além de exigir mais de seis quilômetros diários de caminhada, levou Kinue a conhecer inúmeros esportes. Dentre o repertório praticado por ela estavam o tênis, o basquete, o baseball e uma gama de modalidades do atletismo como: 50m, 100m, 200m, 400m, salto em distância, salto triplo, lançamento de disco e de dardo (KIETLINSKI, 2011). Para a imprensa da época, contudo, era preferível se apoiar nas noções bem estabelecidas pela ciência da divisão sexual que encontrava na constituição física a medida exata da feminilidade. Dessa maneira, as experiências cotidianas e esportivas de Kinue podiam ser desconsideradas diante da força do corpo generificado.

Figura 4 – Hitome Kinue (esq.) ao lado de Lina Radke, durante os 800m nos Jogos de 1928.



Fonte: Wikimedia Commons (2014).

Também na década de 1930, começaram a surgir rumores sobre a aparência “masculinizada” da norte-americana Mildred Ella Didrikson Zaharias - mais conhecida como Babe Didrikson. Com uma capacidade atlética incomparável, ela se destacava no atletismo, basquete, beisebol e golfe. Nos Jogos de Los Angeles-1932, conquistou o ouro no lançamento

de dardo e nos 800 metros com barreiras, e a prata no salto em altura. Mesmo com todo sucesso alcançado em 1932, Didrikson empenhara-se durante toda a carreira no desvencilhamento da imagem de *tomboy*¹³.

Conforme relatado em sua biografia, Didrikson teve que idealizar uma figura pública alinhada às expectativas sociais de gênero da época. Para isso, precisou manter em segredo sua relação afetiva com outras mulheres e se casou com o lutador George Zaharias para impulsionar sua legitimação nos moldes de feminilidade norte-americana; revelando assim, a interdependência entre desejo afetivo, corpo e gênero na formação da mulher “ideal”. Somado a isso, em 1940, a atleta opinou sobre a “severidade” do basquete e do atletismo – esportes anteriormente praticados por ela – enquanto defendeu a prática da natação e do golfe para as mulheres (CAYLEFF, 1996).

Figura 5 – Babe Didrikson durante os Jogos de Los Angeles-1932



Fonte: The Olympians (2016).

Os argumentos da atleta corroboram, por exemplo, com as recomendações de especialistas brasileiros da época, que acreditavam que a natação era compatível com as “características femininas”; vale lembrar que a primeira atleta a representar o Brasil (e a América Latina) nos Jogos Olímpicos foi a nadadora Maria Lenk. Para Fernando de Azevedo - professor e sociólogo brasileiro - responsável por importar os modelos ginásticos europeus e pela difusão da Educação Física no país, a natação era:

¹³ Este termo, mais utilizado nos Estados Unidos, serve para descrever meninas/mulheres que apresentam estilos ou comportamentos socialmente rotulados como masculinos.

[...] adequada às mulheres por proporcionar a harmonia plástica do corpo e inspirar a graça dos movimentos. Além disso, era ressaltada nesta prática a necessidade de intuição de ritmo, relacionada ao sexto sentido feminino, e a inconstância do meio líquido, que se assemelhava à alma da mulher (MATHIAS, 2011, p. 110-111).

A ciência da época tinha por meta ditar quais esportes continham uma “natureza feminina” e quais não. Como resultado, as leis brasileiras proibiram as mulheres, por quase 40 anos, de praticar modalidades como as lutas, o futebol, o rúgbi e o halterofilismo (ARAÚJO, 2011), além das interdições, no ano de 1941, do boxe, do salto com vara, do decatlo, dentre outras (GOELLNER, 2005). Como é sugerido por Rubio (2011), tais cláusulas podem ter atrasado a conquista das primeiras medalhas por atletas olímpicas brasileiras, já que mais de 60 anos separam a primeira participação, com Maria Lenk em Los Angeles-1932, das medalhas do vôlei de praia e quadra, e do basquete, em Sydney-1996.

De modo geral, pode-se dizer que o imaginário sobre gênero e esporte nesta época, era alimentado pela ideia de que a prática esportiva promovia uma instabilidade nos atributos “naturalmente femininos”, e que, além disso, causava o desenvolvimento de “caracteres masculinos” nas atletas. Como resultado: “Os médicos não só sugeriam que o esporte prejudicava a saúde das mulheres e danificava o físico feminino, mas também descreviam especificamente os efeitos prejudiciais na reprodução.” (PIEPER, 2016, p. 16, tradução nossa). Estas conclusões também eram disseminadas fora do contexto acadêmico, e, de fato, repetidas no senso comum e pela imprensa internacional. Assim, havia relutância pela inclusão de categorias femininas no esporte olímpico até mesmo por parte de instituições de apoio à autonomia de mulheres. A Divisão Feminina da Federação Nacional de Atletismo Amador dos Estados Unidos, liderada pela geóloga e filantropa Lou Henry Hoover (esposa do presidente norte-americano Herbert Hoover), chegou a solicitar ao COI a retirada da categoria feminina do atletismo em 1929 (PIEPER, 2016).

Ao contrário do que se possa pensar hoje, na cobertura dos Jogos Olímpicos de 1932 (que contou com mais de 900 jornalistas de vários países): “As mulheres não foram relegadas às últimas páginas dos jornais. Duzentos e quarenta e seis artigos (51,1%) com mulheres, apareceram na primeira página da seção de esportes e 354 (73,6%) nas duas primeiras páginas” (WELKY, 1997, p. 28, tradução nossa). Porém, as notícias eram apresentadas de forma muito específica, enfatizando “[...] não o que essas mulheres eram (atletas), mas sim o que deveriam ter sido.” (WELKY, 1997, p. 28, tradução nossa). Para a cultura euro-estadunidense tradicional e conservadora:

A mulher “ideal” era uma dona de casa competente que sabia como cozinhar, limpar e costurar. Ela também era mãe – mulheres que não queriam filhos eram antinaturais. Uma mulher também deveria ter uma beleza encantadora e conhecer a importância da boa aparência e do vestuário adequado (WELKY, 1997, p. 28, tradução nossa).

O parâmetro de feminilidade do movimento olímpico, portanto, parecia se manter num regime visual e na constatação de um desempenho atlético melhorado das atletas que, porém, deveria se manter modesto em comparação à categoria masculina. Entretanto, casos “duvidosos” iriam surgir e, com eles, a fundação de mais saberes capazes de investigar o corpo desde dentro. Não mais o olhar pouco preciso iria ditar o gênero, mas as técnicas e instrumentos rigorosos da ciência moderna ocupariam este lugar com bisturis, tubos de ensaio e microscópios que, claro, invadiriam o terreno olímpico. Para garantir que a norma binária de gênero continuasse operando, o movimento olímpico precisou não só intensificar cada vez mais as características que considerava representativas da feminilidade adequada, como também passou a repudiar os corpos não-normativos.

4.3 “Falsas” biológicas para o movimento olímpico: atletas trans e com variação intersexual.

No fundo, o que o monstro suscita, no mesmo momento em que, por sua existência, ele viola a lei, não é a resposta da lei, mas outra coisa bem diferente. Será a violência, será a vontade de supressão pura e simples, ou serão os cuidados médicos, ou será a piedade (FOUCAULT, 2010, p. 48).

O estabelecimento dos Jogos Olímpicos como evento de grande porte e importância internacional, forçou a gestão olímpica na década de 1930, a lidar com questões sobre como proteger as competições da presença de atletas que pareciam intrusas/os ao sistema fundado desde o começo para servir apenas a um grupo elitizado. Em suma, o contexto era este:

Os ‘contadores de histórias olímpicas’ da imprensa tentaram ensinar ao público diversas lições, que preservassem os valores tradicionais na cobertura dos Jogos Olímpicos de 1932. A visão da mídia ditava que as mulheres fossem banalizadas e subordinadas aos homens. As mulheres foram autorizadas a desempenhar determinados papéis, mas deveriam participar apenas em algumas atividades aprovadas. Os negros foram relutantemente reconhecidos como parte da sociedade, mas ainda vigorosa e

abertamente segregados da população branca. Os estrangeiros, especialmente aqueles provenientes de culturas consideradas estranhas e exóticas, eram tratados com um misto de fascínio e suspeita, mas vistos como uma ameaça (WEKLY, 1997, p. 27, tradução nossa).

Gênero, “raça”, etnia e outros marcadores sociais da diferença se tornavam um problema para o COI. Foi neste ínterim que surgiram as primeiras discussões sobre a necessidade da aplicação de testes de verificação de gênero na categoria feminina. O temor antecedente de que o esporte era perigoso se praticado por “mulheres legítimas”, e a ideia de que elas não tinham habilidade esportiva suficiente, foi substituído pela desconfiança de que a categoria feminina não estava sendo ocupada pelas mulheres “certas”.

Já havia rumores sobre Hitome Kinue e Babe Didrikson como pontuei anteriormente, mas o que realmente levantou suspeitas e fez com que o COI começasse a pensar em medidas “protetivas” para a categoria feminina, foi a história da/o atleta alemã(o) do salto em altura Dora/Heinrich Ratjen¹⁴, participante dos Jogos de Berlim em 1936. A versão mais popular sobre sua participação nesta edição olímpica menciona que a atleta se travestiu de mulher para competir na categoria feminina (ideia apresentada na produção cinematográfica *Berlin 36*) (PIEPER, 2016). Conforme os relatos, isso aconteceu porque Ratjen foi obrigada/o, pela política antissemita do regime nazista, a ocupar a vaga da atleta judia Gretel Bergmann. Como as ondas de violência e desprezo à comunidade judia também atingiam o esporte e a discriminação estava presente nos clubes esportivos, Bergmann resolveu mudar para a Inglaterra para estudar e continuar a prática esportiva por lá, mas ao se instalar foi surpreendida pelo governo alemão que exigiu seu retorno à equipe nacional. Na verdade, esta foi uma estratégia para camuflar as ações antissemitas do governo nazista preocupado com a iminente possibilidade de cancelamento dos Jogos e de boicote da equipe norte-americana. De volta ao país e treinando em péssimas condições, Bergmann saltou 1.60m e bateu o recorde alemão pouco antes dos Jogos de 1936. Entretanto, recebeu a notícia de que seu desempenho não havia sido suficiente para conquistar a vaga olímpica, as recrutadas foram: Elfriede Kaun e Dora/Heinrich Ratjen (PFISTER e NIEWERTH, 1999).

¹⁴ Durante o texto escolho usar a combinação Dora/Heinrich para me referir à Ratjen. Apesar de ter passado por processo cirúrgico de redesignação sexual, os arquivos históricos mostram que sua transição de gênero parece ter sido um procedimento forçado pela atmosfera discriminatória da política nazista; quase como se fosse um apagamento violento da identidade de gênero experimentada por Ratjen à época. Pelo mesmo motivo, opto por usar a combinação de pronomes masculinos e femininos em algumas passagens. É preciso apontar que esta história contempla um sentido muito diferente do atual, onde a cirurgia de transição de gênero e a mudança de nome social são parte de uma escolha pessoal.

Figura 6 – Ratjen durante o Campeonato Feminino Alemão de Atletismo em 1937.



Fonte: Wikimedia Commons (2019).

Enquanto a memória de Bergmann (também conhecida como Margaret Bergmann-Lambert) é honrosamente avivada em textos e documentários, a história de Ratjen se converteu numa chacota. Conquistando a quarta colocação no salto em altura nos Jogos de Berlim-1936, acabou sendo rotulada/o pela história olímpica como um homem trapaceador. Contudo, pesquisas mais atuais trouxeram outros elementos à história. Ratjen, foi designada menina no nascimento, porém, apresentava variações intersexuais:

Documentos (incluindo registros médicos) divulgados após sua morte em 2008 sugerem que, ao invés de um conspirador, seu lugar na equipe feminina alemã de salto em altura de 1936 é explicado por um caso mais mundano e humano de incerteza de gênero, erro médico, medo e constrangimento (HEGGIE, 2010, p. 2, tradução nossa).

Em 1938, Ratjen chegou a ser presa/o durante uma viagem sob acusação de “travestismo”. Para constatar se havia crime de fraude, a polícia alemã contratou um médico para investigar as estruturas corporais sexuadas de Ratjen. Nas palavras do especialista, Ratjen era definitivamente um homem, porém, isso não havia ficado claro anteriormente; com este parecer, a polícia inocentou a/o atleta. Depois disso, as autoridades alemãs ordenaram uma mudança nos documentos oficiais de Dora, que alterou seu nome para Heinrich. As autoridades esportivas do Reich também foram avisadas sobre o caso, e Ratjen teve de

prometer nunca mais praticar nenhum esporte (SPIEGEL, 2009). Rogol e Pieper (2018, p. 215, tradução nossa) contam a passagem com mais detalhes:

Ratjen competiu como Dora, seu nome de nascimento, nas Olimpíadas de 1936, terminando em quarto lugar no salto em altura. Embora a tradição popular sugira que os nazistas forçaram sua falsa participação, os registros médicos indicam que ela cresceu como mulher. O jornalista e editor do site alemão *Spiegel Online*, acessou e analisou arquivos policiais até então inexplorados. Os documentos sugerem que a parteira presente em seu nascimento, primeiro declarou Ratjen um menino, antes de afirmar que a criança era do sexo feminino. A parteira concluiu que era melhor criar Ratjen como menina, o que os pais fizeram. Quando Ratjen tinha 9 meses, seu pai pediu ao médico para inspecionar a genitália da criança. O médico notou que Ratjen tinha genitália ‘anormal’, mas disse ao pai: ‘Deixe estar. Você não pode fazer nada sobre isso de qualquer forma’. Em 1938, Ratjen foi presa por ‘travestismo’ a bordo de um trem alemão. O Ministério Público explicou que ‘não se pode considerar que houve fraude. Afinal, Dora nunca havia dito que era um homem’. Ratjen devolveu suas medalhas e viveu o resto de sua vida como homem, Heinrich.

Vale lembrar que as políticas alemãs eram rígidas em relação às sexualidades e identidades de gênero dissidentes. Desde 1871 vigorava nas cláusulas jurídicas alemãs o Parágrafo 175 - lei que considerava o ato sexual entre homens um crime, e resultava na condenação a 10 anos de prisão. Com a chegada de Adolf Hitler ao poder, o cerco se fechou ainda mais e, o Parágrafo 175, sofreu inúmeras reformulações: a masturbação, o beijo, o toque ou um olhar sensual entre homens passaram a ser considerados crimes. A título de curiosidade, a revogação desta lei só foi realizada em 1994, após a reunificação da Alemanha.

Outros episódios na mesma edição olímpica iriam acalorar os debates sobre as investigações de gênero na categoria feminina e, novamente, a aparência era apontada como fonte das dúvidas. Quem sofria as acusações dessa vez, era a corredora norte-americana Helen Stephens, medalhista de ouro na prova de 100m. Não se sabe ao certo como começaram as críticas à sua aparência, porém há certeza de que elas foram realizadas especificamente por jornalistas poloneses. Por este motivo, alguns acreditam que as motivações vieram da segunda colocada nos 100m, a polonesa Stella Walsh, outros creem ter sido o técnico de Walsh ou mesmo o Comitê Olímpico Polonês (PIEPER, 2016). Além das difamações sofridas, “Stephens terminou a corrida dos 100 metros em primeiro lugar e, por causa de sua velocidade, foi forçada a provar seu sexo” (PIEPER, 2016, p. 22, tradução nossa). Com a marca de 11.5 segundos, a velocista bateu o recorde da prova que permaneceu absoluto por 19 anos, causando uma discussão sobre como o resultado estava muito acima da média esperada para a categoria feminina.

Figura 7 – Helen Stephens (esq.) cumprimenta Stella Walsh em Berlim-1936.



Fonte: Wikimedia Commons (2015).

Assim como Hitome Kinue, Helen Stephens cresceu em ambientes rurais onde as experiências cotidianas eram distintas das de “mulheres originais”. Como ressalta Pieper (2016, p. 23, tradução nossa): “A ajuda de Stephens nas operações diárias da fazenda da família desenvolveu sua força e permitiu que ela desconsiderasse os costumes de gênero contemporâneos.”. Atletas que não desempenhavam a feminilidade ideal começaram a sofrer desconfianças sobre seu sexo biológico “real”. A ideia de um corpo “verdadeiramente feminino”, inclusive, abria brechas para comentários de gestores, como este de Brundage: “Estou farto de mulheres como competidoras no atletismo [...] Seus encantos caem para menos de zero...[e] elas são ineficazes e desagradáveis na pista.” (BRUNDAGE apud PIEPER, 2016, p. 29, tradução nossa).

Como acompanhante da equipe norte-americana nos Jogos de Berlim e integrante do Comitê Olímpico dos Estados Unidos, Brundage tentou amenizar as discussões sobre a imagem “masculinizada” de Helen Stephens deslocando a atenção para outras duas histórias. De acordo com Tebbutt (2015, p. 733, tradução nossa),

A revista de notícias americana, *Time*, relatou em agosto de 1936 que: no dia seguinte à sua primeira reunião no Comitê, o membro do Comitê Olímpico Internacional Brundage, recomendou categoricamente que todas as mulheres atletas inscritas nas Olimpíadas sejam submetidas a um exame físico completo para se certificar de que são realmente 100% femininas. Motivo: dois atletas que competiram recentemente em provas de atletismo europeias como mulheres foram posteriormente ‘transformados’ em homens por operações sexuais.

São alvo de suas menções o inglês Mark Weston e o checoslovaco Zdenek Koubek; os dois competiram respectivamente nas décadas de 1920 e 1930, em categorias femininas, antes de seus processos cirúrgicos de redesignação sexual. Mark conquistou o título da *Women’s Amateur Athletics Association*¹⁵ no arremesso de peso em 1925 e 1928, vencendo também outras modalidades como o tiro, o dardo e o lançamento de disco em 1929, e o arremesso de peso internacional em 1934. Já Zdenek bateu o recorde mundial feminino nos 800m, em 1934 (HEGGIE, 2010).

Neste período, sobretudo na Inglaterra, histórias de transição de gênero já ocupavam parte dos noticiários (TEBUTT, 2015). Uma das possíveis explicações para tal repercussão era o aumento das intervenções cirúrgicas em pessoas com variação intersexual, realizadas pelo endocrinologista e cirurgião Lennox Ross Broster. Mark Weston foi um de seus pacientes e havia sido diagnosticado com variação intersexual.

Broster acreditava na existência de pessoas com biológicas atípicas (ou seja, fora do padrão binário) que eram, do mesmo modo, psicologicamente atípicas. Entendendo a ordenação corporal cisgênera e a heterossexualidade como normas, Broster apostou num tratamento que resultaria na adequação entre comportamento, sexualidade e genitais “normais” (GRIFFITHS, 2018). No caso de Weston, o médico realizou cirurgias que conformassem o corpo do atleta às normas de gênero e sexualidade masculina. Para isso, Broster se baseou não só no relato de Weston, que dizia ter atração sexual por mulheres, mas também na virilização presente nos órgãos genitais. O cirurgião também “[...] considerou as proezas esportivas de Weston significativas ao diagnosticá-lo. Ele deu a entender que a masculinidade de Weston era evidenciada [também] pelo seu desejo de ‘jogar jogos masculinos, como o futebol’” (ERIKAINEN, 2020, p. 312, tradução nossa).

¹⁵ Associação de Atletismo Amadora Feminina, em tradução literal.

Figura 8 – Mark Weston no ano de 1936



Fonte: Wikimedia Commons (2014).

Depois de Weston, não demorou a aumentar o interesse da imprensa popular britânica pela divulgação de processos cirúrgicos de transição de gênero. Mais de vinte casos preencheram as páginas dos jornais na década de 1930. Como se podia conferir na reportagem de 10 de agosto de 1936 do *Daily Mirror*, a polêmica chegava ao esporte olímpico: “Algumas das mulheres em Berlim na semana passada pareciam mais homens, e o fato de já haverem dois casos de atletas sendo alteradas para homens por uma série de operações, é a prova para tornar essa discussão muito necessária.” (TEBBUTT, 2015, p. 732, tradução nossa).

Não é de se estranhar que isso tenha acontecido, já que, como foi anteriormente discutido, a ciência ocidental vinha persistindo num formato corporal binário como única possibilidade de existência, desde o século XVIII. Contudo, tal tentativa, em algumas ocasiões, era frustrada pela imprecisão da redutiva dualidade. Por vezes, os elementos anatômicos específicos que iam sendo nomeados como “femininos” e “masculinos”, não podiam ser encontrados em todos os corpos classificados como de “mulher” e de “homem”. Por sorte, é justamente: “[...] o estranho, o incoerente, o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado da categorização sexual como um mundo construído, e que certamente poderia ser construído diferentemente.” (BUTLER, 2017, p. 191). É este, que faz perceber, por exemplo, que a ciência da diferença, com sua pulsante ideologia binária, ao invés de “[...] modificar o quadro cognitivo da atribuição sexual, abrindo

a categoria do humano a qualquer forma de existência genital [fez] exatamente o contrário. O corpo genericamente diferente [foi] declarado ‘monstruoso’, ‘inviável’ e ‘deficiente.’” (PRECIADO, 2019, p. 272, tradução nossa).

Com a invenção de um duplo biológico universal, a ciência ocidental posicionou o corpo classificado como intersexual numa condição não-humana, colocando-o numa lacuna virtual entre as categorias “mulher” e “homem”. Melhor dizendo,

Na construção do Outro como ameaça, perigo, a interdição que se processa é da admissão do Outro na plena humanidade, o seu deslocamento para um território intermediário entre a humanidade plena e a animalidade, inscrevendo-o no dizer de Foucault, no gabarito de inteligibilidade do monstro (CARNEIRO, 2005, p. 125-126).

Em meados do século XVIII, a ideia de monstrosidade relacionada ao corpo intersexual, era nutrida ao mesmo tempo pelo “erro” biológico e pela infração às leis divinas, ou seja, a/o mostra/o era aquela/e que violava as regras “naturais” do corpo e também descumpria as leis santificadas. Era quem desmantelava, ao mesmo tempo, uma ordem social e outra divina. Justamente a transgressão da lei (civil, religiosa ou a dos limites “naturais” do corpo) legitimava a monstrosidade (FOUCAULT, 2010). A/o mostra/o representava alguém definido/a pela combinação binária: “[...] quem é ao mesmo tempo homem e mulher é um monstro.” (FOUCAULT, 2010, p. 54).

Contudo, é importante destacar que a mescla só se tornou sinônimo de monstrosidade e alvo de especulação e controle, quando o Direito foi colocado numa encruzilhada. Surgiu a pergunta: se a sociedade é cindida de forma que algumas coisas são exclusivas de homens e outras definidas como de mulheres, que direitos têm o corpo híbrido? A variação intersexual, se colocou como uma incógnita e um estorvo para ordem jurídica. O que fazer quando não se sabe se uma pessoa “[...] deve ser tratad[a] como menino ou como menina; se se deve ou não autorizá-l[a] a se casar e com quem.” (FOUCAULT, 2010, p. 55-56). A maneira encontrada para lidar com o “problema” no século XVIII foi a tentativa de adequação em um único gênero da estrutura binária:

[...] se fosse reconhecido como tal [intersexual], pediam-lhe que escolhesse seu sexo, o que era dominante nele, que se comportasse em função do sexo que era assim determinado, que, em particular, se vestisse de acordo com ele; e era só se usasse o sexo anexo que, nesse momento, incorria nas leis penais e merecia ser condenado por sodomia (FOUCAULT, 2010, p. 57).

Antes do século XVIII, já havia uma aliança entre Igreja Católica, Medicina e Direito para dar conta das questões intersexuais, entretanto, o sistema jurídico gozava de maior poderio para definir o gênero “verdadeiro” de uma pessoa. Neste momento, a principal preocupação em definir um entre dois gêneros estava assentada em propósitos legais como o casamento, a propriedade e o status social (FAUSTO-STERLING, 2006; KARKAZIS, 2008). Não existia uma ambição de encontrar diferenças biológicas duplas e complementares. Como já discutido, a ordem médica reconhecia um espectro sexual (KARKAZIS, 2008). Na realidade, até o século XVIII, a escolha do gênero de uma criança com variação intersexual era uma tarefa legitimada por diferentes grupos.

Era papel do pai ou do padrinho (os que ‘nomeavam’ a criança) fixar, no momento do batismo, o sexo que deveria ser mantido. Se fosse o caso, aconselhava-se escolher dentre os dois sexos o que parecesse dominar, o que tivesse ‘maior vigor’ ou ‘maior calor’. Mais tarde, entretanto, no início da vida adulta, quando chegasse o momento de se casar, o hermafrodita era livre para decidir se desejava ser sempre do sexo que se lhe havia atribuído, ou se preferia o outro. O único imperativo era que, uma vez escolhido seu sexo, ele não mais o poderia trocar, e o que havia então declarado deveria ser mantido até o fim da vida, sob pena de ser considerado sodomita. Eram essas mudanças de opção e não a mistura anatômica dos sexos que engendravam a maior parte das condenações dos hermafroditas (FOUCAULT, 1982, p. 2).

Discordando de Foucault, Karkazis (2008) alerta que a “livre” escolha do gênero, não deixava de ser conflitante, já que as pessoas intersexuais representavam um desafio ao modelo binário. Entendidas como “monstros” exóticos, podiam até ter suas experiências corrigidas e alinhadas à norma social binária, mas, neste momento, as estruturas corporais sexuadas ainda não podiam ser rearranjadas pelo saber médico. Em suma, nesta época, a ambiguidade sexual conseguiria ser camuflada nas práticas e performances sociais cotidianas, mas a massa corpórea iria permanecer com sua organização original.

Fica claro que, até o século XVIII, a intersexualidade se mostrava um impasse social e, por efeito, jurídico. No século XIX, contudo, a intersexualidade acabou sendo potencialmente apropriada pelo campo biológico (ainda em aliança com o sistema jurídico).

À medida que a biologia se tornou uma disciplina organizada no final do século XVIII e início do século XIX, ela ganhou autoridade crescente sobre o arranjo de corpos ambíguos. Os cientistas do século XIX obtiveram uma visão clara dos aspectos estatísticos da variação natural, mas esse conhecimento trouxe consigo a autoridade para declarar que certos corpos eram anormais e exigiam correção (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 54, tradução nossa).

Em consequência, o rótulo de contranatureza incorrigível dado ao corpo intersexual até aí, foi trocado pelo de anormalidade remediável. Em outros termos, quando o corpo com variação intersexual se transformou em objeto dos saberes médicos, também se produziu:

[...] um poder de outro tipo, que eu chamarei, provisoriamente e por enquanto, de poder de normalização. Com o exame, tem-se uma prática que diz respeito aos anormais, que faz intervir certo poder de normalização e que tende, pouco a pouco, por sua força própria, pelos efeitos de junção que ele proporciona entre o médico e o judiciário, a transformar tanto o poder judiciário como o saber psiquiátrico, a se constituir como instância de controle do anormal (FOUCAULT, 2010, p. 36).

O domínio médico sobre a variação intersexual eliminou a noção de monstruosidade, fabricada pelo judiciário, justamente porque teve o poder de adequar o corpo dentro das polaridades estáticas mulher/homem. Na prática, o bisturi ocidental passou a remodelar as partes corporais sexuadas de intersexuais, com o objetivo de correspondê-las ao “gênero predominante”.

A monstruosidade se tornou uma crença ultrapassada, porém, a dizimação do monstro jurídico fez surgir o anormal da medicina, e, com isso, a variação intersexual passou a ser interpretada como defeito corporal a ser superado (FOUCAULT, 2010). Como efeito: “[...] a tecnologia havia ‘avançado’ a ponto de ser capaz de fazer desaparecer de vista corpos que antes eram objetos de espanto e perplexidade, tudo em nome da ‘correção dos erros da natureza.’” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 55, tradução nossa). Tais pessoas começaram a ser “corrigidas”, porque seus comportamentos “inadequados” causavam uma espécie de crise no sistema cisheteronormativo, conforme é explicado por Karkazis (2008, p. 40, tradução nossa):

Hermafroditismo tornou-se cada vez mais uma questão médica precisamente no período de maior preocupação e ansiedade sobre a relação entre corpos, gênero e desejo. À medida que homens e mulheres passaram a ser considerados totalmente distintos, hermafroditas e homossexuais passaram a ser compreendidos como perturbadores dessa distinção. Historicamente, o aumento das preocupações com o hermafroditismo e a homossexualidade coincidem e podem ser traçadas nos séculos XIX e XX com os discursos médicos e evolutivo do desvio.

A fundamentação biológica binária, portanto, causou não só uma absoluta rejeição à variabilidade corporal, como também permitiu que os corpos fora do padrão binário fossem qualificados como anormalidades (corrigíveis). Assim, para manter o vigor da

bicategorização, foi preciso “esconder” os corpos de configuração distinta, os quais eram capazes de esgarçar a norma de gênero até seu limite. “Quanto às pessoas de sexo misto, elas simplesmente desapareceram, não porque tivessem diminuído, mas porque a classificação científica não contemplava sua existência.” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 57, tradução nossa).

A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isto quer dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece; trata-se, antes, de decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob aparências confusas; o médico terá que de certo modo despir as anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro (FOUCAULT, 1982, p. 2).

Para a medicina moderna, o corpo humano tinha que continuar parecendo ahistórico, isto é, fundamentado na biologia e universalmente reconhecido como binário desde o começo dos tempos. Ninguém podia escapar do dimorfismo sexual, ninguém podia almejar o “[...] limbo feliz de uma não-identidade.” (FOUCAULT, 1982, p. 6). Neste período, houve um substancial interesse em demarcar as diferenças binárias desde o desenvolvimento embrionário até as secreções hormonais. Na realidade, se manteve não só uma alta produção de estudos sobre a divisão sexual, como os cientistas do final deste século propuseram um mergulho às partes orgânicas mais profundas (OUDSHOORN, 1994).

Também havia um anseio em definir com mais clareza o que caracterizava a variação intersexual. Surgiu uma nova ciência denominada teratologia (que significa estudo do monstro), que tinha por objetivo identificar e avaliar anomalias congênitas. O fundador deste estudo - o anatomista francês Isidore Geoffroy Saint-Hilaire - sugeriu em 1833, que existia um padrão de normalidade corporal. Em sua teoria, o corpo foi dividido em seis segmentos: ovários, útero e vagina caracterizavam o corpo das mulheres, testículos, vesículas seminais e pênis definiam o corpo dos homens, enquanto a combinação desses elementos indicava a intersexualidade (FAUSTO-STERLING, 2006; KARKAZIS, 2008). Em verdade, as tentativas de Saint-Hilaire “[...] de definir o anormal, derivaram do desejo explícito de identificar a diferença sexual normal.” (KARKAZIS, 2008, p. 35, tradução nossa).

A partir destes primeiros achados, o obstetra inglês James Young Simpson, propôs no final da década de 1830, uma classificação entre verdadeiros e falsos intersexuais. Os falsos seriam aqueles com genitálias de aparência não-conforme ao sexo designado no nascimento,

já os verdadeiros apresentavam estruturas sexuais mistas, como, por exemplo, a combinação de um ovário e um testículo. Tal concepção não agradou muitos especialistas da época, porque de toda maneira ela não era conclusiva; como explicar que havia homens que não ejaculavam e mulheres que não menstruavam? (KARKAZIS, 2008).

Em 1876, o patologista alemão Theodor Albrecht Klebs, elabora novas concepções sobre o sexo biológico. Para ele, bastavam as gônadas (ovários e testículos) para classificar um corpo dentro do regime binário; os testículos definiam os homens e os ovários as mulheres. No caso, uma pessoa intersexual com testículos internos seria automaticamente classificada como homem, mesmo que tivesse características físicas consideradas tipicamente femininas (KARKAZIS, 2008).

Para Fausto-Sterling (2006, p. 57), esta empreitada não resultou numa melhor compreensão sobre a intersexualidade, mas de outra forma contribuiu para o apagamento da diversidade corporal:

Por volta da virada do século (em 1896, para ser exata), os médicos britânicos George F. Blackler e William P. Lawrence escreveram um artigo examinando relatos anteriores de verdadeiro hermafroditismo. Eles descobriram que apenas três dos vinte e oito casos atendiam aos novos padrões. À moda orwelliana, eles expurgaram os registros médicos anteriores de relatos de hermafroditismo, argumentando que eles não atendiam aos padrões científicos modernos, enquanto muito poucos casos novos atendiam aos critérios estritos de verificação microscópica da presença de tecido gonadal de ambos os sexos (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 57, tradução nossa).

Até então, só existiam o que hoje talvez chamaríamos de técnicas elementares para definir a caracterização intersexual, como a palpação das genitálias ou a autópsia, mas a virada do século trouxe possibilidades de exploração do corpo vivo por meio da anestesia e da assepsia. A partir daí, o bisturi ocidental conseguiu trazer o corpo com variação intersexual para dentro dos parâmetros eurocêntricos de feminilidade e masculinidade (KARKAZIS, 2008).

Mesmo que precariamente, as intervenções cirúrgicas começavam a se tornar uma realidade desde o final do século XIX, tendo como função primária a “correção” da ambiguidade genital presente em algumas pessoas com variações intersexuais. Nos Estados Unidos, Hugh Hampton Young, urologista e chefe do departamento de cirurgia genitourinária do hospital John Hopkins, será um dos primeiros a se dedicar às chamadas práticas cirúrgicas corretivas de casos intersexuais (KARKAZIS, 2008). Young foi o precursor de procedimentos de reconstrução genital, e, em meados da década de 1930, já era um dos principais

especialistas em cirurgias plásticas de remodelação da vagina e clitóris em crianças com variação intersexual. Em sua visão, o sexo biológico podia ser definido de forma mais ampla: ovários e testículos eram determinantes à divisão sexual, mas os efeitos hormonais também o eram, pois moldavam a personalidade e o desejo sexual. (KARKAZIS, 2008). Dessa forma, em um dos casos tratados por ele, decidiu-se extirpar os ovários funcionais (que se apresentavam como uma massa dolorosa na virilha) de um paciente, porque este tinha, no entender de Young, aparência e instintos masculinos. No caso, as primeiras técnicas cirúrgicas aplicadas nos Estados Unidos em pessoas intersexuais, continuavam reforçando a percepção dualista de que: “[...] primeiro, deveria haver apenas dois sexos; segundo, que apenas a heterossexualidade era normal; e terceiro, que certos papéis de gênero definiam o homem e a mulher psicologicamente saudáveis” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 63, tradução nossa).

De fato, os processos cirúrgicos de redesignação sexual só podem ser discutidos com abrangência a partir da década de 1930, pois foi mais próximo deste período que os avanços nas técnicas médicas permitiram uma intervenção real no corpo. Do outro lado do mundo, Berlim se tornava um dos centros mais importantes da cultura LGBTQIA+¹⁶, tendo mais de 80 casas exclusivas para este público entre cafés, bares e clubes. Foi neste cenário, que o sexólogo Magnus Hirschfeld criou, no ano de 1919, o primeiro Instituto de Ciência da Sexualidade e, ainda em 1897, formou e dirigiu o Comitê Científico Humanitário (primeira organização de direitos gays) que tinha dentre seus principais objetivos a anulação do já referenciado Parágrafo 175. De modo geral, o Instituto de Magnus era um espaço importante de socialização e de desenvolvimento de pesquisas e atendimentos de identidades de gênero e sexualidades diversas. Sobretudo, também funcionava como um centro de informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, aborto e gravidez (CABARÉ ELDORADO, 2024). Aproximadamente em 1929, foram realizadas as primeiras cirurgias de redesignação sexual do mundo em três trabalhadoras do próprio Instituto: Charlotte Charlaque, Toni Ebel e Dora Richter (REPLIKA, 2023); a artista Lili Elbe (mais conhecida depois da produção cinematográfica *A garota Dinamarquesa*) iniciou sua transição no mesmo local sob a supervisão de Magnus.

Hirschfeld ficou conhecido como o “Einstein do Sexo” e fundador da teoria dos intermediários. No esquema formulado por ele, a diferença sexual possuía uma variação ilimitada, ou seja, não estava engessada nas alternativas binárias excludentes, havia antes:

¹⁶ Nesta passagem, uso a sigla LGBTQIA+ em busca de uma aproximação com a linguagem atual. É importante situar que, no período citado, ainda não se utilizava tal nomenclatura.

[...] um sistema aberto de combinações ainda parcialmente realizadas do masculino e do feminino [...] caracterizado por uma complexidade irrepetível. Em última instância, Hirschfeld transforma o ato de determinar o sexo de um indivíduo numa tarefa interminável que impede o encerramento final [em modelos binários] (BAUER, 2005, p. 14).

Para explicar o sexo biológico, Magnus resgatava a ideia de continuum, de espectro. Em sua concepção, todo ser humano apresentava uma variação entre os polos binários e não um corpo definitivamente encerrado nas categorias macho/fêmea. Contudo, explica Bauer (2005), na atualidade a teoria de Magnus muitas vezes é reduzida à defesa política da existência de um “terceiro sexo”, quando, na verdade, “[...] a principal conquista teórica de Hirschfeld é a desconstrução biologicamente fundamentada da ideologia ocidental do dimorfismo sexual” (BAUER, 2005, p. 11). Perseguido na Alemanha mesmo antes da ascensão nazista - por ser judeu e gay - Magnus quase foi assassinado em 1920, e, em 1933, teve que se exilar na França. Neste mesmo ano, o Instituto de Ciência da Sexualidade teve grande parte de seus arquivos incendiados pelo regime nazista e encerrou suas atividades (BAUER, 2005).

Em paralelo, a participação de corpos contranormativos, lidos como antinaturais, na categoria feminina olímpica se tornava cada vez mais preocupante para a gestão olímpica. O COI começava a trabalhar com duas perspectivas para a categoria feminina. A variação intersexual apareceria como um “erro biológico” corrigível, enquanto a transexualidade seria lida como uma trapaça, já que para os dirigentes esportivos era evidente que havia vantagem se a atleta tivesse sido designada menino no nascimento. As corporeidades *outras* passaram a ser interpretadas como falsas. Mais que isso, a “falsidade biológica” era associada à infração, tornando a expulsão das atletas das competições uma medida cabível e justa. Carreiras foram dissolvidas, premiações retiradas e nomes foram apagados do quadro de vitórias. Dora/Heinrich Ratjen, por exemplo, “[...] foi exonerada de todas as acusações, mas forçada a devolver suas medalhas.” (PIEPER, 2016, p. 29 tradução nossa).

No entanto, as duas edições olímpicas subsequentes aos Jogos de Berlim-1936, foram canceladas em virtude da Segunda Guerra Mundial. Pelo mesmo motivo, entre as décadas de 1940 e 1950 parece haver um intervalo nos estudos e práticas cirúrgicas em pessoas intersexuais e trans. Mas, ao mesmo tempo em que os anos da Segunda Guerra Mundial podem ter causado uma interrupção neste sentido, o próprio conflito ajudou a gerar novas técnicas plásticas reconstrutivas que mais tarde seriam utilizadas nas cirurgias de transição de gênero. No ano de 1946, um dos principais especialistas em cirurgia plástica de reconstrução facial em soldados, Sir Harold Delf Gillies (neozelandês radicado na Inglaterra), fez as

primeiras tentativas de faloplastia e hormonização à base de testosterona. (GRIFFITHS, 2018; PRECIADO, 2018). Na verdade,

A aplicação de vigilância e biotecnologias para governar a sociedade civil começou no final da década de 1930: a guerra era o melhor laboratório para moldar o corpo, o sexo e a sexualidade. As técnicas necropolíticas da guerra progressivamente se tornarão indústrias biopolíticas para produção e controle de subjetividades sexuais (PRECIADO, 2018, p. 27).

A década de 1950 afetou de maneira ainda mais significativa o desenrolar das intervenções cirúrgicas em casos de variação intersexual. Na Universidade de John Hopkins, o psicólogo, sexólogo e fundador do *Gender Identity Institute*¹⁷, John Money, desenvolveu a proposta teórica de que a base biológica sozinha não determinava o gênero de uma criança. Em sua visão, a forma como a criança era socialmente criada, tinha um peso relevante no desenvolvimento da identidade de gênero. Exemplificando, para Money se uma criança recebesse uma orientação (familiar, comunitária, etc.) voltada à feminilidade, seu desenvolvimento se daria nessa direção, ou seja, para ele, a identidade de gênero era construída nas relações sociais (KARKAZIS, 2008).

Money também acreditava que, uma série de outras variáveis, podiam ser determinantes para o desenvolvimento da identidade de gênero. Em sua lista estavam: os cromossomos, as gônadas, os “hormônios sexuais”, a morfologia genital, o sexo atribuído no nascimento, o sexo de criação (orientação dada em especial pela família), além da orientação psicosexual. Tal teoria foi bem avaliada por parte da comunidade científica, se tornando, inclusive, a principal referência para tratar casos de intersexualidade. Isto aconteceu, “[...] em parte porque [preenchi] um vácuo: antes de suas publicações, não existia nenhuma abordagem sistemática para a avaliação e tratamento de tais casos, e os profissionais discordavam amplamente sobre o que constituía boas decisões de tratamento.” (KARKAZIS, 2008, p. 63, tradução nossa). A teoria de Money parecia ser meticulosa, complexa e revolucionária, assim, “[...] a maioria das intervenções cirúrgicas passou a ser aceita porque parecia óbvio tanto para os médicos quanto para os pais que uma criança com genitais atípicos teria problemas pessoais e sociais.” (KARKAZIS, 2008, p. 64, tradução nossa).

De qualquer maneira, o sexólogo aceitava que existiam somente duas configurações sexuais “saudáveis” e, como desfecho, concluiu que a criança intersexual deveria ser “tratada” já no nascimento, por meio da reconstrução de uma genitália “adequada”. Nesta

¹⁷ Instituto de Identidade de Gênero, em tradução literal.

perspectiva, os órgãos genitais se tornam o centro regulador do gênero. “Money e os Hampsons insistiam que o esquema psicológico das crianças se desenvolvia de acordo com a sua imagem corporal, por isso a cirurgia genital precoce era imperativa. As partes do corpo tinham que corresponder ao sexo atribuído.” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 85, tradução nossa). Com o tempo, estas intervenções cirúrgicas se mostraram uma técnica forçada de inteligibilidade de gênero. Além das cirurgias se desvendarem problemáticas, descobriu-se que Money publicava dados positivos sobre suas práticas, mesmo quando estas vinham se mostrando falhas e prejudiciais.

Em 1966, o canadense David Reimer (com 8 meses de idade) teve o pênis mutilado acidentalmente durante uma cirurgia de circuncisão para tratamento de fimose. Os pais procuraram a ajuda de Money, após assistir uma entrevista dele sobre cirurgias para casos de intersexualidade e transexualidade. Money recomendou que se criasse Reimer como uma menina (lhe deram o nome de Brenda), já que o pênis havia sido quase decepado. Depois disso, os testículos de Reimer foram extirpados pela equipe médica, com o objetivo de evitar futuras “confusões” de gênero e garantir um ótimo desenvolvimento em termos de uma “identidade feminina”. Butler (2006, p. 93, tradução nossa) conta o caso de Reimer com mais detalhes:

[...] ofereceram-lhe estrogênio, mas ela se recusou a tomá-lo. Money tentou conversar com ela sobre conseguir uma vagina de verdade, mas Brenda recusou, na verdade, ela saiu correndo da sala gritando. Money mostrou-lhe fotografias sexualmente explícitas. Ele até lhe mostrou fotos de mulheres dando à luz e prometeu que ela poderia dar à luz se testasse uma vagina.

Certamente, nem todos os especialistas da época reproduziram este protocolo em sua totalidade, mas, depois de Money, as intervenções cirúrgicas e a terapia hormonal se tornaram os métodos mais adotados no Ocidente em nascimentos com variação intersexual. Em consequência: “[...] as tentativas do século XX de ‘consertar’ pessoas intersexuais e transexuais privilegiaram ainda mais certos tipos de corpos e minaram a possibilidade de um espectro de sexo/gênero.” (PIEPER, 2016, p. 65, tradução nossa).

Em conjunto às primeiras práticas cirúrgicas de redesignação sexual do século XIX citadas anteriormente, começavam as pesquisas sobre administração de extratos ovarianos e testiculares em humanos, as quais seriam importantes à construção da teoria hormonal na década de 1930. No final do século XIX ainda não se falava em hormônios, mas surgia a hipótese de que ovários e testículos poderiam acondicionar secreções internas.

Um dos primeiros experimentos neste sentido foi realizado pelo franco-americano Charles-Édouard Brown-Séquard. Para testar sua hipótese, em 1889 o fisiologista injetou no próprio antebraço uma mistura de sangue, sêmen e extrato de testículos de cachorro e porquinho-da-índia. Brown-Séquard não poupou detalhes ao descrever os efeitos do experimento, citando desde melhoras na força física e clareza mental, até uma melhora da expulsão fecal e aumento no jato de urina em 25% (JORDAN-YOUNG; KARKAZIS, 2019).

De maneira intuitiva, o fisiologista administrou extratos ovarianos em mulheres, e neste experimento também foram relatados benefícios físicos e mentais. Com base nos achados, Brown-Séquard criou um novo tratamento - denominado organoterapia – que consistia na aplicação de extratos de gônadas animais em humanos. A princípio, o fisiologista pensou ter encontrado a fonte do rejuvenescimento e estava menos preocupado em classificar os extratos gonodais como especificamente masculinos ou femininos (JORDAN-YOUNG; KARKAZIS, 2019). Seus tratamentos ficaram muito populares no final do século XIX, mas perderam notoriedade uma década mais tarde quando se constatou que os efeitos da administração eram de curto prazo. O “[...] experimento fracassado de Brown-Séquard servirá, no entanto, para elaborar a teoria inicial da transmissão de informação à distância em que as secreções são entendidas pela primeira vez como ‘mensagens químicas’” (PRECIADO, 2018, p. 169-170).

Eugen Steinach, renomado endocrinologista e diretor do departamento de fisiologia do Instituto Vienense de Biologia Experimental, ficou conhecido como um dos principais especialistas em hormônios no começo do século XX. Steinach (que também teve seus arquivos queimados pelo regime nazista e trabalhava de forma colaborativa com Magnus Hirschfeld) acreditava que a atividade hormonal era decisiva não só ao processo de diferenciação sexual, como também afetava diretamente o comportamento de uma pessoa.

Uma ideia importante de Steinach é que cada sexo abriga o potencial para se desenvolver como sexo oposto: ‘Entre um homem real e uma mulher real existem inúmeros outros, alguns dos quais são significativamente caracterizados como pertencentes ao ‘sexo intermediário’. Steinach observou que as gônadas de ambos os sexos produzem os hormônios do sexo oposto e sugeriu que as diferenças individuais nas características físicas e no comportamento, conforme exemplificado pela citação, eram o resultado de diferenças no equilíbrio endócrino. (SÖDERSTEN, et al., 2014, p. 689, tradução nossa).

Ao reconhecer um ‘sexo intermediário’, Steinach continuava reforçando a noção de polos binários, permitindo, com isso, que os comportamentos fossem classificados como de

maior ou menor tendência feminina ou masculina. Esta visão levou o endocrinologista a concluir que, pessoas fora da referência binária, estariam sendo afetadas por uma desordem hormonal. “Nas mãos de Steinach, os próprios hormônios assumiram características masculinas e femininas. O sexo tornou-se químico e a química do corpo tornou-se sexualizada. O drama da diferença sexual não emanava apenas das secreções internas, mas já se desenrolava nelas.” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 193, tradução nossa).

Isto permitiu, por exemplo, que ele afirmasse ter: “[...] encontrado células especiais nos testículos de homens homossexuais [que] produziam hormônios que feminizavam os invertidos tanto física quanto psicologicamente.” (FAUSTO-STERLING, 2006, p. 338, tradução nossa). Além disso, duas perspectivas começavam a disputar espaço nas primeiras décadas do século XX.

Do ponto de vista químico, os hormônios foram conceituados como catalisadores: substâncias químicas, sexualmente inespecíficas em origem e função, exercendo múltiplas atividades no organismo, em vez de serem principalmente agentes sexuais. Do ponto de vista biológico, os hormônios foram conceituados como agentes sexualmente específicos, controlando as características sexuais. (OUDSHOORN, 2005, p. 35, tradução nossa).

Em outras palavras, enquanto os biólogos bicategorizaram os hormônios em masculinos e femininos e, os encerravam dentro de funções estritamente sexuais, os bioquímicos insistiam que os hormônios eram substâncias químicas responsáveis por inúmeras funções orgânicas. Para os bioquímicos, o estrogênio, isolado em 1929, seguido da testosterona em 1935 e da progesterona em 1939, participavam do desenvolvimento sexual, mas não faziam apenas isso (OUDSHOORN, 1994). Isto indica que os bioquímicos já tentavam apontar que, os chamados “hormônios sexuais”, também eram responsáveis pelo desenvolvimento ósseo, pela função cardíaca e pelo metabolismo hepático, como se sabe na atualidade (KARKAZIS, 2019).

Ainda em 1921, o ginecologista vienense Otfried Fellner verificou, nos testículos de coelhos machos, a presença do hormônio que se pensava ser exclusivamente feminino. Em somatória, o químico alemão Ernst Laqueur revelou, em 1927 - a partir de testes com urina humana - que o chamado hormônio feminino também podia ser encontrado no corpo de homens. O fato foi tão inusitado para a época, que os especialistas tiveram de enfatizar em suas publicações que os testes foram realizados em homens saudáveis. Substantivos tais como: surpreendente, estranho, anômalo e paradoxal também foram usados para classificar os achados. Da mesma forma, foi confirmada a presença do “hormônio masculino” no corpo das

mulheres pela bioquímica da Escola de Amsterdã, Elisabeth Dingemans, em 1932. (OUDSHOORN, 1994).

Mesmo depois de experimentos que refutavam a concepção de que estrogênio e testosterona trabalhavam de maneira antagônica, a narrativa binária opositiva continuou atravessando fortemente a produção científica. Tais hormônios eram apresentados como exclusivos de um dos “sexos”, e como deletérios quando encontrados no corpo em que “não deveriam estar”. Por exemplo, à época acreditava-se que os “hormônios femininos” poderiam ser responsáveis pelo aparecimento de “doenças sexuais e psicológicas” (leia-se homossexualidade) nos homens (OUDSHOORN, 1994).

Todo este processo de generificação dos hormônios conseguiu manipular a própria produção científica, provando que: “[...] as pressuposições culturais sobre o *status* relativo de homens e mulheres e sobre a relação binária do gênero estruturam e orientam as pesquisas sobre a determinação sexual.” (BUTLER, 2017, p. 190). Dessa forma, os estudos dedicados à análise hormonal, passaram a apontar tratamentos específicos de acordo com o sexo biológico designado no nascimento.

Desde o final da década de 1920, quando o químico Laqueur em parceria com a Organon (laboratório farmacêutico responsável pela produção do estrogênio endógeno), tentou comercializar o “hormônio feminino” pela primeira vez, a indicação do estrogênio se resumia ao tratamento de “desordens femininas”: amenorreia, menopausa, esquizofrenia, melancolia, doenças dermatológicas e infertilidade. A recomendação do estrogênio como método de controle da gravidez, não estava nos planos de cientistas nem da comunidade médica da época, porque: “Embora existisse um mercado de massa, a atitude moral e política em relação à contracepção restringiu a introdução de contraceptivos hormonais.” (OUDSHOORN, 1994, p. 97, tradução nossa). Inclusive, os cientistas que realizavam pesquisas nessa linha eram mal remunerados e não conseguiam investimentos para suas pesquisas (OUDSHOORN, 1994).

Diferentemente do que se pode imaginar, a pílula anticoncepcional não surgiu para atender aos ideais feministas de emancipação (apesar de satisfazê-lo em partes). Ao contrário disso, esta narrativa revolucionária foi usada pelo Estado para: “[...] fazer passar a gestão química e contraceptiva do corpo feminino.” (PRECIADO, 2018, p. 245).

Nas décadas de 1920 e 1930, o corpo feminino tornou-se o principal objeto da terapia hormonal. Os hormônios sexuais femininos passaram a ser aplicados como medicamentos universais para uma ampla gama de doenças. Dessa forma, os endocrinologistas sexuais construíram a imagem da mulher

hormonal: foi o corpo feminino que passou a ser cada vez mais submetido ao tratamento hormonal (OUDSHOORN, 1994, p. 109, tradução nossa).

Todavia, antes de chegar às prateleiras da farmácia como contraceptivo e de se tornar o medicamento mais consumido da história da medicina, a pílula anticoncepcional passou por uma série de ensaios clínicos de tendência eugenista (PRECIADO, 2018). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o fantasma de um possível aumento populacional descontrolado tomava conta do imaginário norte-americano e de países europeus. Em consequência, as convicções eugenistas acentuadamente enraizadas nas produções científicas e no senso comum destes países, levaram até mesmo algumas líderes feministas norte-americanas a concordar que, a “salvação” da supremacia branca dependia do controle de natalidade das populações carentes e subalternizadas. Segundo Davis (2016, p. 213):

Cada vez mais, aceitava-se nos círculos do movimento [feminista hegemônico norte-americano] que as mulheres pobres, tanto negras quanto imigrantes, tinham um ‘dever moral de restringir o tamanho de sua família’. O que era reivindicado como um ‘direito’ para as mulheres privilegiadas veio a ser interpretado como um ‘dever’ para as mulheres pobres.

A produção da nova pílula só tomou um rumo promissor quando Margaret Sanger e Katherine Dexter McCormick, conhecidas pelo ativismo em prol das “mulheres”, decidiram apoiar e financiar, na década de 1950, os estudos do entusiasta da pílula, Gregory Pincus. Em 1950, Sanger descreveu o que estava por vir: “[...] o mundo e quase toda nossa civilização nos próximos 25 anos dependerão de um contraceptivo simples, barato e seguro para ser usado em favelas, selvas e entre as pessoas mais ignorantes.” (SANGER apud OUDSHOORN, 1994, p. 126, tradução nossa). Vale destacar que:

Como veremos, a maioria dos testes clínicos com hormônios sexuais são feitos em cenários coloniais, em instituições psiquiátricas (onde corpos homossexuais, intersexuais e transexuais, considerados física ou mentalmente doentes, são submetidos a procedimentos endocrinológicos e cirúrgicos) e em penitenciárias e instituições correccionais até os hormônios, produzidos e concebidos como bens de consumo acabarem sendo absorvidos todos os dias no espaço doméstico heterossexual norte-americano.” (PRECIADO, 2018, p. 187).

Não é de se estranhar que mulheres e homens com “tendências homossexuais”, internados no Hospital psiquiátrico Estadual de Worcester nos Estados Unidos, foram as primeiras cobaias do projeto hormonal. No caso da comercialização da pílula

anticoncepcional, houve uma desaprovação inicial da agência *Food and Drug Administration* (FDA), que entendia que a interrupção contínua da menstruação poderia comprometer a “feminilidade” das “verdadeiras mulheres” norte-americanas. Para que o anticoncepcional pudesse ser testado sem muitos obstáculos, de modo que garantisse a “estabilidade feminina” de algumas mulheres, foi preciso encontrar um local com regras menos rígidas. Foi aí que começaram os testes com as populações carentes da ilha de Porto Rico (território colonizado pelos Estados Unidos desde o final da Guerra Hispano-Americana em 1898). “A ilha era a fábrica invisível por trás da Mansão Playboy e da dona de casa norte-americana branca, livre e de classe média.” (PRECIADO, 2018, p. 191).

Objetivando diminuir a população pobre da ilha, Edris Rice-Wray - médico e diretor da Associação de Planejamento Familiar de Porto Rico - ofereceu, em 1955, o local para Gregory Pincus como um laboratório a céu aberto. Daí em diante, foram estabelecidos protocolos rígidos de vigilância para as porto-riquenhas participantes da pesquisa, desde visitas frequentes da assistência social, exames pélvicos, coletas de urina e de corrimento vaginal, biópsias do endométrio e do útero, etc. Com frequência, as participantes relatavam efeitos colaterais como: tontura, náusea e dores de cabeça. Além disso, a possibilidade de desenvolvimento de alguns tipos de câncer já era discutida; mesmo assim, os testes prosseguiram e também foram aplicados no Haiti. Com base nos ensaios clínicos realizados nos dois países, a venda do Enovid (nome comercial da primeira pílula anticoncepcional) foi aprovada pela FDA em 1960.

Os ensaios caribenhos funcionaram como um importante ingrediente para convencer a FDA, os profissionais médicos e os oficiais de saúde da característica ‘universal’ do novo contraceptivo: havia sido provado que poderia ser usado por mulheres de qualquer cor, classe e formação educacional (OUDSHOORN, 1994, p. 132 tradução nossa).

Enquanto se desenhavam as teorias acerca dos “hormônios sexuais”, o estrogênio ganhou “aspectos femininos” que o fixaram à função reprodutiva. No outro extremo, a testosterona era apontada como principal indicador de sensações e performances reconhecidas socialmente como masculinas, como o apetite e a potência sexual. Mas, o interesse pela investigação da constituição corporal “verdadeiramente masculina” demorou muito mais, tanto que “[...] só no final da década de 1960 a andrologia foi institucionalizada como especialidade médica.” (OUDSHOORN, 1994, p. 79-80, tradução nossa).

A identificação química bem sucedida da testosterona aconteceu em 1935. Problemas técnicos atrasaram em cinco anos a chegada da molécula ao mercado em comparação ao

estrogênio. Havia dúvidas sobre como separá-la de outras substâncias (em particular do hormônio feminino), além de dificuldades em coletar matéria-prima suficiente para as testagens. Contudo, a testosterona exógena não se tornou um sucesso de vendas na época, porque havia um tabu em torno de problemas considerados masculinos, como a impotência e a diminuição da libido. Na realidade, as primeiras administrações de testosterona ocorreram em homens (cisgêneros) na Holanda (país de Ernest Laqueur e da farmacêutica Organon, primeiros a realizar testes com a testosterona), e tiveram como meta tratar a hipertrofia da próstata, além de casos de depressão, melancolia e esquizofrenia. Diferentemente, na Inglaterra, a testosterona exógena já era usada para impotência sexual, enquanto na Alemanha foi recomendada para problemas de pele, crescimento da barba e anomalias no desenvolvimento dos órgãos genitais (OUDSHOORN, 1994).

Em suma, dentre as disputas que permearam as pesquisas sobre os “hormônios sexuais”, levou vantagem a teoria determinista, baseada em noções culturais de feminino e masculino, que associou o estrogênio e a testosterona à divisão sexual binária.

O conceito de hormônios sexuais mostrou assim a sua robustez sob grandes mudanças na teoria, permitindo que a fala sobre hormônios sexuais continuasse inabalável, embora novas propriedades estivessem sendo atribuídas aos hormônios. Desde a década de 1930 até recentemente, os nomes hormônios sexuais masculinos e femininos foram mantidos em uso corrente, tanto dentro como fora da comunidade científica. Neste aspecto, a perspectiva biológica prevaleceu sobre a perspectiva química (OUDSHOORN, 1994, p. 35, tradução nossa).

Do mesmo jeito que os pesquisadores explicaram a assimetria social entre homens e mulheres por meio de estruturas corporais distintas, como ovários e testículos, as narrativas sobre os “hormônios sexuais” tomaram a mesma direção. Isto é: “[...] os primeiros endocrinologistas acreditavam que poderiam identificar os corpos como femininos ou masculinos simplesmente pelos hormônios presentes neles: as mulheres tinham estrogênio e os homens testosterona.” (KARKAZIS, 2008, p. 41-42, tradução nossa). Seguindo esta lógica, quando os “hormônios sexuais” foram sintetizados, após inúmeros esforços e alianças entre cientistas, médicos e a indústria farmacêutica, as indicações terapêuticas já eram marcadas pelas distinções de gênero: testosterona para virilidade e estrogênio para funções reprodutivas.

De toda forma, o que a história social e clandestina dos “hormônios sexuais” parece querer desvendar, é o caráter cultural que ajuda a moldar as produções científicas. Nitidamente, este tipo de investigação, demonstra que os hormônios só podem ser entendidos como moléculas generificadas e ahistóricas, caso se oculte às relações de poder que

constituem sua própria historicidade. Neste trabalho, pelo contrário, considera-se que os hormônios anteriormente relatados são antes: “[...] bioartefatos feitos de cadeia de carbono, linguagem, imagens, capital e desejos coletivos.” (PRECIADO, 2018, p. 180).

Sem uma recuperação sócio-histórica de como os “hormônios sexuais” se cristalizaram como bioprodutos das ciências biológicas, torna-se impossível visualizar que um conhecimento local e específico foi dissipado como universal. De acordo com Oudshoorn (1994, p. 141, tradução nossa):

A estratégia de descontextualização sugere que as tecnologias podem funcionar em qualquer lugar, mas nem sempre é assim. Os artefatos científicos requerem um contexto específico no qual possam funcionar, semelhante ao contexto de onde surgem. Se este contexto não estiver disponível, os cientistas terão de criá-lo. Ou, para usar novamente a metáfora das ferrovias de Latour: os cientistas primeiro têm de construir ferrovias antes que as locomotivas possam mover-se na direção prevista. O problema é que, para tecnologias contraceptivas como a pílula, as ferrovias são construídas principalmente no mundo industrializado ocidental. A maioria das tecnologias contraceptivas são fabricadas em países industrializados e, portanto, trazem as impressões digitais dos produtores ocidentais, incluindo ideias locais e culturalmente específicas sobre como deveriam ser os contraceptivos ideais.

Outra coisa que fica sombreada é o aspecto naturalizante do fato científico acabado, que acaba fazendo com que as construções teóricas sejam: “[...] posteriormente reivindicadas como se desfrutassem de uma existência natural a priori.” (OUDSHOORN, 1994, p. 140, tradução nossa). No caso, o estrogênio e a testosterona, acabaram sendo apresentados como concretudes “femininas” e “masculinas” existentes desde sempre, que precisavam apenas de oportunidade e tempo para serem reveladas (OUDSHOORN, 1994).

Feito isso, a carga cultural e política que atravessa a pesquisa científica é apagada do processo. Primeiro, excluindo que “[...] os cientistas não começam a vida como cientistas, mas como seres sociais imersos numa família, num Estado, numa estrutura produtiva, e eles enxergam a natureza através de lentes que foram moldadas pelas suas experiências sociais.” (LEWONTIN, 2000, p. 7), e, finalmente, ocultando que,

A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações [...] de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional – a chamada epistemologia – refletem não um espaço heterogêneo de teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade *branca* (KILOMBA, 2019, p. 53-54).

Em paralelo, por mais que a ciência ocidental estivesse aumentando o número de aparatos biológicos para definir suas “mulheres legítimas”, uma aparência “feminilizada” e algumas estruturas corporais bastavam para autoridades olímpicas identificar suas “mulheres originais”. Até a década de 1960, a testosterona como otimizada da performance esportiva ou o cromossomo XX como elemento definidor da feminilidade, eram questões secundárias ou mesmo inexistentes para o movimento olímpico.

4.4 O Y da questão: os testes de verificação de gênero entre as décadas de 1960 e 1990.

Os 12 anos de interrupção nos eventos olímpicos - em decorrência da Segunda Guerra Mundial - não foram capazes de suprimir ou enfraquecer as intenções de investigar o gênero na categoria feminina. Com a retomada das competições esportivas já no final da década de 1940, as autoridades esportivas acabam substituindo a análise de casos particulares de pessoas trans ou com variação intersexual, pela investigação de gênero de todas as integrantes da categoria feminina. Neste momento, ocorria a tentativa de reconhecimento e legitimação de qual corpo seria “natural” para a categoria feminina, e, dessa maneira, a pergunta vital do movimento olímpico se tornou: quem são as “mulheres biologicamente legítimas”?

Como já discutido, nas primeiras décadas do século XX, os representantes do esporte olímpico estavam preocupados em verificar a presença, a ausência ou a ambiguidade de três estruturas corpóreas que a ciência moderna vinha definindo como “legitimamente femininas”; a saber: a vagina, o útero e os ovários. Todavia, as produções científicas e as práticas relacionadas à divisão sexual não paravam de proliferar. Cita Fausto-Sterling (2006, p. 180, tradução nossa) que: “Ao longo do século XX, os cientistas integraram os signos de gênero (desde os genitais à anatomia das gônadas e dos cérebros e até mesmo a própria química do corpo), mais exaustivamente que nunca em nossos corpos”.

Pela primeira vez, um certificado médico que comprovasse a “feminilidade” das atletas foi requerido pela IAAF/World Athletics em 1946, e pelo COI nos Jogos de Londres-1948. No período, “Os oficiais exigiram que as atletas olímpicas apresentassem uma declaração juramentada, assinada por um médico, certificando que elas eram mulheres.” (PIEPER, 2016, p. 31, tradução nossa). Como resultado desta inspeção, a atleta holandesa Foekje Dillema foi excluída das competições internacionais de atletismo em 1950. Um ano antes ela havia vencido a também holandesa Fanny Blankers-Koen - ganhadora de quatro ouros na edição olímpica de Londres-1948. Após sua morte em 2007, cientistas descobriram

que Dilemma apresentava variações intersexuais, mais precisamente o que é conhecido como mosaïcismo cromossômico 46,XX/ 46,XY, em que há presença do cromossomo Y e de gônadas masculinas e femininas de maneira concomitante (PIEPER, 2016).

Na edição olímpica de Roma em 1960, dois países europeus contestaram a feminilidade de uma atleta britânica (anônima). O chefe da equipe Sandy Duncan, tentou contornar a ocorrência dizendo que algo do tipo era impossível, já que todas as atletas britânicas tinham o certificado médico que comprovava que eram mulheres. Mais uma vez, os dirigentes olímpicos se colocavam inquietos: será que algumas atletas, agindo de má fé, estariam usando documentos falsos? (PIEPER, 2016). E, se nem mesmo um laudo médico poderia garantir a veracidade feminina de alguns corpos, o que fazer?

Na realidade, as decisões sobre a verificação de gênero na década de 1960, acabaram sendo sucessivamente regidas pelas tensões geopolíticas da época e, dessa maneira, mobilizadas pelo imaginário da Guerra Fria. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam demonstrar a superioridade de seus regimes políticos, sociais e econômicos, ao mesmo tempo em que atuavam pelo prejuízo bilateral. No caso das investigações de gênero, convinha reforçar as características “ameaçadoras” das atletas soviéticas.

Da perspectiva do Ocidente, o esporte na Europa Oriental continuava a encorajar as normas inapropriadas de gênero. Em particular, várias pessoas temiam que as mulheres soviéticas adotassem de bom grado as características masculinas, seja através do treino físico intenso ou do consumo de esteroides anabólicos (PIEPER, 2016, p. 118, tradução nossa).

Por consequência, difamar a imagem das atletas do outro país foi uma das estratégias usada, em especial pelos Estados Unidos, que no fim sugestionou a criação das políticas de verificação de gênero do COI. No ano de 1952, o COI passou a ser presidido pelo norte-americano Avery Brundage, que ocupou o cargo até 1972. Atualmente, Brundage é reconhecido como uma figura bastante controversa não só por propagar suas concepções racistas e sexistas no esporte olímpico, mas também por resistir ao boicote da equipe norte-americana aos Jogos de Berlim em 1936, em apoio à comunidade judaica (HOLOCAUST ENCICLOPEDIA [200?]).

Dessa forma, a categoria feminina acabou sendo orientada por noções culturais e valores do Ocidente capitalista, sendo que: “[...] a feminilidade hegemônica que eventualmente prevaleceu no Ocidente durante a Guerra Fria abrangeu a feminilidade e a heterossexualidade branca e de classe média.” (PIEPER, 2016, p. 40).

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos investiram mais dólares na pesquisa científica sobre sexo e sexualidade do qualquer outro país ao longo da história [...] Pensemos simplesmente que o período entre o começo da Segunda Guerra Mundial e os primeiros anos da Guerra Fria constitui um momento sem precedentes de visibilidade das mulheres no espaço público, assim como de emergência de formas visíveis e politizadas da homossexualidade em lugares tão inesperados como, por exemplo, o exército norte-americano. Ao lado desse desenvolvimento social o macarthismo dos anos 1950 adiciona à luta patriótica contra o comunismo a perseguição da homossexualidade como uma forma de antinacionalismo, ao mesmo tempo que exalta os valores familiares do trabalho masculino e da maternidade doméstica (PRECIADO, 2018, p. 28).

Em contraste, na União Soviética, como característica do regime socialista, muitas mulheres eram incentivadas ao trabalho fora do ambiente doméstico, podendo este ser similar ou igual ao que seria classificado no Ocidente como “trabalho masculino” (PIEPER, 2016). Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, as soviéticas ficaram conhecidas para além das enfermarias e trabalhos administrativos:

No Exército soviético lutaram aproximadamente 1 milhão de mulheres. Elas dominavam todas as especialidades militares, inclusive as mais ‘masculinas’. Surgiu até um problema linguístico: as palavras ‘tanquista’, ‘soldado de infantaria’, ‘atirador de fuzil’, até aquela época, não tinham gênero feminino, porque mulheres nunca tinham feito esse trabalho. O feminino dessas palavras nasceu lá, na Guerra (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 8).

Para as autoridades esportivas ocidentais, que historicamente vinham controlando o esporte olímpico, a constituição física das atletas do Leste Europeu - muitas vezes divergente dos padrões de feminilidade propagandeados pelo regime capitalista ocidental - era a evidência fatal da necessidade de aprimoramento nas investigações de gênero. Na época, tornaram-se alvo da desconfiança dos líderes esportivos as irmãs polonesas Tamara e Irina Press. Tamara havia conquistado o ouro no arremesso de peso e a prata no lançamento de disco nos Jogos de Roma, em 1960, além do ouro nas duas modalidades nos Jogos de Tokyo, em 1964. Já Irina foi ouro tanto nos 800m com barreiras, em 1960, quanto no pentatlo, em 1964.

O encerramento da carreira da dupla, justamente no ano (1968) em que ocorreriam as primeiras testagens de gênero em Jogos Olímpicos, intensificaram os boatos de que haviam homens “disfarçados” competindo na categoria feminina.

Figura 9 – Tamara (esq.) e Irina Press durante a edição olímpica de Roma em 1960.



Fonte: Wikimedia Commons (2015).

Ante tal estranhamento, a aplicação dos testes de verificação de gênero se tornava cada vez mais sensata para os líderes esportivos de países de regime capitalista: “De acordo com o presidente da IAAF, David Burghley [inglês, que mais tarde ocuparia a vice-presidência do COI na gestão de Avery Brundage], o teste sexual não só circunscrevia a feminilidade, mas também ‘obtinha sucesso em espantar as suspeitas para longe.’” (PIEPER, 2016, p. 54, tradução nossa).

Para tratar do “problema” de gênero na categoria feminina, o COI então criou uma comissão médica interna em 1964 com o intuito de pensar quais práticas poderiam ser adotadas na patrulha de gênero e, a partir daí, começou a trabalhar de maneira endógena. Em paralelo, as FI também faziam suas experiências, sendo a Federação de Atletismo a primeira a submeter as atletas aos testes de verificação de gênero durante o British Empire and Commonwealth Games de 1966. O exame médico basicamente era composto por palpação das mamas e dos genitais para verificar uma suposta presença de testículos internos. Conforme comenta a atleta Mary Peters (aprovada no teste), ouro no pentatlo em Munique-1972: “[...] foi a experiência mais cruel e degradante pela qual passei em toda minha vida.” (PIEPER, 2016, p. 52, tradução nossa).

Após as desastrosas tentativas iniciais, os testes ganharam uma nova versão para o Campeonato Europeu de Atletismo, realizado duas semanas à frente. Denominado teste de inspeção visual, neste, as atletas ficavam nuas diante de uma equipe médica para que fossem analisadas as estruturas corporais sexuadas em busca de características femininas, masculinas ou ambíguas; 243 atletas passaram por esta verificação antes do torneio. De qualquer maneira, o teste ainda foi considerado hostil e desconfortável, e alguns especialistas das entidades esportivas buscavam algo mais eficaz e seguro (PIEPER, 2016).

Em conjunto às apreensões sobre o gênero, outra coisa preocupava alguns membros do COI: o doping. O uso de substâncias consideradas otimizadoras do desempenho, se colocava como um desafio crescente para os líderes da comissão médica do COI. O estopim de tais preocupações aconteceu em decorrência da morte do ciclista dinamarquês Knud Enemark, durante a prova dos 100 km nos Jogos Olímpicos de Roma-1960.

[O] COI e a comissão médica viam a transgressão de gênero e o uso de drogas – especificamente o uso de esteroides – como ameaças duplas e sobrepostas. Através dos testes sexuais e controle do doping, muitos esperavam que só um tipo específico de mulher ganharia entrada nos Jogos Olímpicos (PIEPER, 2016, p. 73).

O príncipe Alexandre de Merode - que chegou à comissão médica da entidade em 1964 e se tornou presidente desta a partir de 1967 - foi o principal entusiasta das discussões e estratégias de combate ao doping, como também um dos maiores apoiadores da aplicação dos testes de verificação de gênero em todas as atletas. De Merode, em parceria com o vice-presidente da comissão médica, Eduardo Hay, foi um dos responsáveis por instaurar reformas decisivas nos regulamentos de elegibilidade da categoria feminina que perduraram por 8 edições olímpicas, ou seja, por 28 anos. Falo dos testes cromossômicos que a comissão médica do COI decidiu incluir na lista de obrigadoriedades desde os Jogos de Inverno de Grenoble em 1968. Realizado a partir de uma amostra de saliva ou cabelo, o teste já havia sido aplicado pela IAAF/World Athletics na Copa Europeia de Atletismo (*European Cup Track and Field*) de 1967 (PIEPER, 2016).

É importante enfatizar que antes de 1948, não era possível praticar uma análise cromossômica, pois ainda não existia tal noção, muito menos uma técnica para isso. Foi durante um experimento na Universidade do Oeste de Ontário no Canadá, que o anatomista Murray Barr e seu assistente Ewart Bertram detectaram - com aplicação de corante - uma mancha no interior das células nervosas de felinos. Os pesquisadores noticiaram que o corpúsculo que haviam acabado de encontrar só era visto nas células de fêmeas e,

correspondia a dois cromossomos X. Através do achado (também denominado cromatina sexual ou corpúsculo de Barr), os cientistas acabaram sugerindo que a configuração cromossômica XX era a marca da feminilidade. Mais tarde, em 1959, Susumu Ohno e Theodore Hauschka constataram que, na realidade, só havia um cromossomo X no corpúsculo.

Essas descobertas alteraram dramaticamente as percepções anteriores sobre a determinação do sexo. Por exemplo, antes de 1959, um indivíduo com XXY era considerado mulher; após a descoberta, a mesma pessoa era identificada como homem. Ou uma pessoa cromossomicamente XO anteriormente rotulada como homem era identificada como mulher depois de 1959. As mudanças na classificação causadas pelas descobertas de Ohno e Hauschka mostram a natureza imperfeita da determinação do sexo através da composição cromossômica (PIEPER, 2016, p. 66, tradução nossa).

Mesmo assim, o COI optou por implantar esta técnica na categoria feminina. Dentre as ações da política de verificação de gênero - propostas por de Merode e apresentadas ao Comitê Executivo do COI antes dos Jogos de Grenoble - estavam: primeiro, a realização do teste cromossômico de Barr em todas as atletas, seguido de uma avaliação mais intensa que incluía análises cromossômicas e hormonais mais detalhadas das atletas reprovadas. O protocolo se mostrou problemático, especialmente porque envolvia custos inesperados pelo Comitê Executivo, assim, o COI fez uma escolha aleatória e parcial das atletas que seriam avaliadas. Das 250 participantes daquela edição de Inverno, somente 50 foram submetidas ao teste de Barr (PIEPER, 2016).

Parecia unânime entre os Comitês médico e executivo do COI, que alguma iniciativa era necessária ao controle da categoria feminina, mas, naturalmente, havia discordâncias. Enquanto Brundage, que sempre se mostrou a favor das testagens, começava a se preocupar com as despesas e não estava certo sobre a legalidade dos procedimentos, de Merode se mostrava a favor da execução dos testes em todas as atletas. Dois meses antes do início dos Jogos de Verão do México, também realizados em 1968, Brundage informou às FI e aos CON que não havia intenção do COI em seguir com as testagens de gênero. Em resposta, de Merode afirmou: “[...] a ‘absoluta confusão’ causada pela desinformação de Brundage ‘é um duro golpe para o trabalho que estamos [comitê médico] tentando realizar.’” (PIEPER, 2016, p. 77, tradução nossa).

Por fim, Brundage aceitou as decisões médicas, mas, como ainda havia dúvidas sobre os percalços que o novo sistema avaliativo podia gerar, a tarefa de examinar as atletas foi distribuída às FI. O estudo do tema, contudo, ficou sob a responsabilidade do COI. “Como

resultado, na Sessão¹⁸ 68 do COI, em 1969, de Merode reiterou que cada federação era obrigada a realizar os próprios testes de álcool, drogas e de averiguação do sexo, com a assistência da comissão médica.” (PIEPER, 2016, p. 81, tradução nossa).

Poucos dias antes dos Jogos de Inverno de Sapporo-1972, na Sessão de número 72, a comissão médica do COI distribuiu um panfleto (denominado “Controle Sexual”) aos presentes, com quatro recomendações: (1) os testes deveriam ser realizados em todas as integrantes da categoria feminina e acompanhados por pelo menos um especialista da comissão médica (na época formada por 8 homens e uma mulher), (2) atletas com “certificado de controle sexual” emitido por uma federação ou pelo comitê médico, não precisariam refazer os testes, (3) as amostras de saliva ou cabelo deveriam avaliar a presença dos cromossomos X e Y, (4) as atletas desqualificadas nas provas de gênero precisariam ser retiradas das competições de maneira “silenciosa”, tendo a integridade preservada (PIEPER, 2016).

Na ocasião, especialistas externos ao COI das mais diversas áreas, alertaram que o teste de Barr não era comprovadamente efetivo à marcação do sexo biológico. Havia a possibilidade de resultados falso-positivos, e, por último, conforme tais especialistas alertavam, existiam organizações cromossômicas para além das versões XX e XY. Geneticistas, endocrinologistas e biólogos/as se mostraram contrários à execução desse tipo de testagem, mas foram menosprezados/as pelas comissões do COI. Até mesmo Murray Barr¹⁹ foi ignorado. Em 1987, Barr enviou uma carta a Roger Jackson²⁰ solicitando a retirada do protocolo das competições. Nos escritos, ele afirmava que a técnica da cromatina sexual era totalmente inapropriada para a avaliação da “feminilidade”, e que se sentia envergonhado com seu uso (PIEPER, 2016).

O teste cromossômico era bastante atrativo para o COI e para as FI, porque não era invasivo como as provas de gênero anteriores, ou seja, tinha potencial para se tornar trivial e sem muitos questionamentos. Porém, “De acordo com a jornalista Marion Lay do *Chicago Tribune*, as reações daquelas que foram testadas variaram da despreocupação até o estresse severo.” (PIEPER, 2016, p. 77, tradução nossa). Entre as edições olímpicas de 1972 e 1996, 11.373 atletas foram avaliadas pelo teste cromossômico, sendo 27 delas reprovadas pelas autoridades médicas (ELSAS, 2000). Na verdade, desde 1972, todas as atletas passaram obrigatoriamente pela avaliação, com exceção da princesa britânica Anne - filha de Elizabeth

¹⁸ Reunião geral com os principais membros do COI.

¹⁹ Responsável pela identificação dos corpúsculos intracelulares que deram origem ao teste de cromatina sexual.

²⁰ Presidente do Comitê Olímpico Canadense.

II - que se ausentou das testagens nos Jogos de Montreal-1976, sob o argumento de que o hipismo como modalidade mista, dispensava a aplicação do teste (AMATO, 2018).

A primeira atleta olímpica a ser desqualificada no teste cromossômico foi a polonesa Ewa Kłobukowska, em 1967. Um ano antes, durante o Campeonato Europeu de Atletismo, seu teste visual havia sido aprovado pela comissão médica sem qualquer oposição. Ewa perdeu as medalhas conquistadas no 4x100m (ouro) e no 100m (bronze) na edição olímpica de Tóquio em 1964.

Figura 10 - Ewa Kłobukowska na década de 1960.



Fonte: The Olympians (2016).

Outra história do período que terminou com a eliminação das competições é a do atleta austríaco Erik Schinegger. Após vencer o Campeonato Mundial Feminino de Esqui na categoria *downhill* em 1966, começaram a surgir rumores sobre seus resultados e aparência. Erik, que havia sido designado menina no nascimento e até a ocasião se autodenominava Erika, sentia pertencer à identidade de gênero feminina até então. Durante a testagem cromossômica, as autoridades médicas constataram a presença do cromossomo XY e, dessa forma, Erik foi automaticamente impedido de competir na categoria feminina. O resultado do

exame foi comentado por Peter Jenoure²¹: “[...] o esqui alpino provavelmente forneceu o exemplo mais notório de trapaça: em 1967, na preparação para os Jogos Olímpicos de Grenoble, E. Schinegger, vencedor de vários eventos importantes em 1966, campeão mundial em Portillo, foi desmascarado.” (WELLCOME COLLECTIONS, 1990). A situação emergencial colocada a Erik o fez optar pelo processo cirúrgico de redesignação sexual.

Já havia começado a circular rumores sobre minha estranha ambiguidade sexual. Assim para evitar que a bola de neve crescesse decidimos atuar o quanto antes. Minha operação de mudança de sexo, se fez com pressa e sem terapia psicológica. Passei seis meses hospitalizado sem nenhum tipo de apoio. E depois me marginalizaram (SPORT ON FIRE, 2015).

Em 1968, Erik retomou as atividades e venceu o Campeonato Europeu Masculino de Esqui. O que era para ser comemorado causou, de maneira oposta, sua expulsão da equipe:

[...] com 18 anos [em 1966] ganhei a medalha de ouro na prova de descida e me tornei campeã mundial. Com 19 anos deixei de ser mulher. Aos 20, comecei a competir como um homem. Queria demonstrar meu valor e ganhei a Copa Europeia de Esqui Alpino. Mas, me expulsaram da equipe masculina, porque estava gerando muita polêmica (SKIING’S INTERSEX CHAMPION ERIK SCHINEGGER, 2017).

Para o atleta, a prometida saída silenciosa do palco esportivo se deu da seguinte forma: “[...] pediram que eu assinasse uma declaração de que estava me retirando dos esportes por razões pessoais.” (SCHINEGGER apud PIEPER, 2016, p. 75). Havia chances reais de Erik se tornar não só o primeiro homem trans em toda história dos Jogos Olímpicos, mas o medalhista de ouro. Em entrevista, apontando para um documento pendurado na parede de sua casa, Schinegger completa:

[...] a Associação Austríaca de Esqui não me aceitava mais. Esses resultados são a prova. Em primeiro, Erik Schinegger, em quinto Franz Klammer! Ele era o campeão olímpico. Por isso, eles não podiam continuar me aceitando como homem, porque eles estavam cientes que eu ainda poderia ser notícia. E eles estavam preocupados com a própria reputação. Para eles, eu era uma notícia indesejada. Era muito mais fácil se eu estivesse fora do caminho (SKIING’S INTERSEX CHAMPION ERIK SCHINEGGER, 2017).

²¹ Membro do Comitê Médico da Federação Internacional de Esqui.

Figura 11 - Erik Schinegger na década de 1960.



Fonte: Blick (2023).

Nas décadas de 1970 e 1980, as tensões geopolíticas resultantes da Guerra Fria continuaram influenciando o cenário das investidas na verificação de gênero. Enquanto o *fair play* e a proteção às “mulheres autênticas” apareciam como as razões básicas para a continuação das testagens, as preocupações com o doping aumentavam substancialmente. Em decorrência, as ansiedades da gestão olímpica para com o gênero sofriam múltiplos deslocamentos, passando da noção de homens disfarçados ao entendimento de que as mulheres “incorretas” estavam ocupando os espaços. Doping e gênero acabaram se misturando cada vez mais nas condutas investigativas da gestão olímpica. Doping era fraude, assim como uma aparência “masculinizada” ou uma performance além da imaginada para a categoria feminina.

De fato, depois da queda do muro de Berlim em 1989, com o vazamento de documentos ultrassecretos governamentais das equipes médicas da República Democrática da

Alemanha (RDA) descobriu-se uma administração sucessiva de melhoradores de desempenho entre atletas das equipes olímpicas femininas e masculinas.

Na década de 1960, a RDA era um país relativamente obscuro com uma imagem de Guerra Fria e dominada pela ‘Cortina de Ferro’ em torno dele. Os políticos da RDA logo perceberam que o desempenho atlético seria um dos meios mais rápidos e baratos de obter prestígio internacional para um país com uma população de apenas 17 milhões (FRANKE; BERENDONK, 1997, p. 1264, tradução nossa).

Isto indica que os experimentos com esteroides anabolizantes da RDA, foram especialmente impulsionados por ideais estatais, diferentemente do sistema de doping de “[...] países ‘capitalistas’ [que] em geral é organizado [...] em torno de um treinador específico ou médico desportivo que também serve como um ‘guru’ fornecendo a justificativa filosófica.” (FRANKE; BERENDONK, 1997, p. 1276, tradução nossa).

Do que se sabe a partir dos documentos da RDA, o projeto foi sistematicamente coordenado e supervisionado pelo Estado e por equipes médicas e técnicas. A pílula azul (como ficou conhecido o anabolizante Turinabol) foi consumida de forma compulsória por centenas de atletas, sem que estas/es soubessem dos efeitos colaterais e de que se tratava de um programa secreto de dopagem (PIEPER, 2016). Os quadros e sintomas apresentados por atletas participantes dos experimentos foram inúmeros: amenorreia, alteração da libido, danos consideráveis à função hepática, infertilidade, câncer de mama e testículo, dores no corpo, depressão, etc (FRANKE; BERENDONK, 1997; PIEPER, 2016). Contudo, o uso de anabolizantes não era considerado perigoso até certo momento, nem era entendido como um mecanismo de trapaça.

[...] a proibição do doping só apareceu formalmente em meados da década de 1960 e os procedimentos de teste adequados só no final da década de 1980. Em outras palavras, poderia argumentar-se que os países comunistas não agiram de uma forma significativamente diferente dos outros países ou de uma forma sempre considerada antiética ou pouco saudável (DIMEO, 2007, p. 151).

Vale lembrar que: “Esta não [era] uma prática isolada; o uso de esteroides era difundido entre atletas de competições de força, incluindo aqueles do Oeste.” (PIEPER, 2016, p. 99, tradução nossa). Era sabido que desde a década de 1950, o médico Robert Zeigler já tinha começado a produzir, em terras norte-americanas, versões de esteroides anabolizantes (conhecido como Dianabol). A diferença é que enquanto Zeigler testava o composto

principalmente em homens cisgêneros fisiculturistas, a RDA resolveu estender o uso para a equipe feminina. Com a participação de atletas de aparência fora do padrão normativo de feminilidade nas competições olímpicas,

[...] a dimensão cultural da sexualidade, feminilidade e a ‘lesbofobia’ induziram os abusivos testes de gênero em larga escala. Isso se tornou ainda mais proeminente quando a RDA chegou ao cenário olímpico em 1972 com um círculo de atletas femininas que sofreram os efeitos ‘masculinizantes’ do esteroide oral Turinabol (DIMEO, 2007, p. 155).

Resumindo, no período, a repulsa quanto ao uso irregular de substâncias estimulantes eram todas depositadas nos países do Leste Europeu e/ou de sistema político socialista, dando a impressão de que só atletas destas nações praticavam o doping. Tais indagações permitiram que na edição olímpica de 1976, em Montreal, a nadadora da RDA Kornelia Ender (primeira a conquistar quatro medalhas de ouro em Jogos Olímpicos) fosse chamada pela mídia norte-americana de “*king-sized*”, e seu time de biônico. Entretanto, tal incômodo com a constituição corporal das atletas era pontual. Como grande parte das modalidades esportivas é historicamente etiquetada como masculina ou feminina por uma lente cultural, as praticantes de modalidades com uma estética considerada feminina, muitas vezes não tinham que passar por um crivo tão rigoroso. Este foi o caso da romena Nadia Comaneci e da bielorrussa Olga Korbut, ambas da ginástica olímpica, que se tornaram as sensações dos Jogos de Montreal-1976 e Munique-1972, respectivamente (PIEPER, 2016).

Entrando na década de 1980, as coisas começaram a mudar. Durante o Campeonato Mundial Universitário disputado no Japão em 1985, dois casos de atletas reprovadas provocaram uma forte discussão desfavorável à aplicação do já controverso protocolo cromossômico de Barr. Uma das reprovadas, a nadadora norte-americana Kirsten Wengler, conseguiu provar depois de retornar do evento que seu teste havia sido um falso-positivo. De acordo com Pieper (2016), Wengler só foi liberada para as competições universitárias daquele ano, porque a organização do evento acreditava que a equipe médica não estava preparada para realizar avaliações ginecológicas paralelas ao teste cromossômico. Na opinião da atleta, a permissão veio em decorrência de sua aparência feminilizada: “Visualmente, eu não tinha uma aparência masculina...Eu não tinha a aparência de um homem então eles me deixaram nadar.” (PIEPER, 2016, p. 133, tradução nossa).

Já a história de outra atleta no mesmo Mundial Universitário teve um desfecho diferente. A espanhola Maria Jose Martínez-Patiño, da corrida com barreiras, precisou repetir o teste cromossômico, pois havia esquecido seu certificado de “feminilidade” para a

competição. No novo teste, foi identificada a presença do cromossomo XY e, com isso, a atleta foi vetada da competição. Em suas palavras, o médico da equipe:

Pedi que eu fingisse uma lesão, assim ninguém suspeitaria de algo indesejável. Fiquei chocada, mas fiz o que me pediram. Sentei nas arquibancadas naquele dia, assistindo minhas companheiras de equipe, e me perguntando como meu corpo era diferente do delas. Passei o resto da semana no meu quarto, sentindo uma tristeza que não podia compartilhar (MARTÍNEZ-PATIÑO, 2005, p. 38, tradução nossa).

No entanto, Martínez-Patiño se inscreveu em outra competição realizada em 1986. Novamente, as autoridades esportivas pediram para que ela fingisse uma lesão e se retirasse silenciosamente das provas, mas a atleta se recusou. Ao atravessar a linha de chegada do Campeonato Nacional daquele ano, Patiño teve sua história exposta na mídia. Na sequência, foi expulsa da residência de atletas, perdeu a bolsa-atleta, o noivado foi encerrado e os amigos se distanciaram.

Figura 12 – A atleta Maria Jose Martínez-Patino



Fonte: Rethinking Athletics (2018).

Junto disso, todo seu histórico de vitórias foi apagado dos documentos esportivos. Somente em 1988, após batalhas judiciais contra a IAAF/World Athletics, ela conseguiu licença para voltar a competir. Tentando provar a “autenticidade feminina” requerida pelas gestões esportivas, Patiño perdeu 3 anos da carreira e, hipoteticamente, uma vaga nos Jogos de Barcelona-1992 - cidade de seu nascimento (MARTÍNEZ-PATIÑO, 2005).

Depois destes casos, a pressão pelo encerramento do teste de Barr aumentou significativamente, em especial por geneticistas externos ao COI. Apontado como um procedimento antiético, discriminatório e impreciso, o teste de Barr vinha sendo usado pelas autoridades olímpicas para descartar as atletas com configurações cromossômicas distintas daquela considerada “normal”. O teste era duramente criticado por alguns especialistas que acreditavam que um único dado biológico não daria conta de definir com precisão a “feminilidade” de alguém.

O geneticista finlandês Albert de la Chapelle (grande apoiador de Maria Jose Martínez-Patiño), afirmava que o teste aplicado pelo COI era um dos maiores abusos do método científico. Na década de 1980, ele enviou cartas de repúdio às testagens de Barr para Alexandre de Merode e Eduardo Hay (presidente e vice-presidente da comissão médica do COI) e também para o presidente do COI à época, o espanhol Juan Samaranch; todas foram desconsideradas, os representantes olímpicos insistiam que os testes eram fundamentais à proteção da categoria feminina e à manutenção do *fair play* (PIEPER, 2016).

Faltando um mês para a realização dos Jogos de Verão de Seul, em 1988, o COI decidiu criar um grupo de trabalho para rediscutir os regulamentos adotados até então. Entre os membros estavam Hay, de Merode, de la Chapelle e o sueco Arne Ljungqvist²², que mais tarde se tornaria vice-presidente da *World Anti doping Agency* (WADA). Na visão de Ljungqvist, que era contrário à aplicação do teste de Barr, a determinação sexual era complexa e envolvia a combinação de aspectos físicos, genéticos, psicológicos, etc. Mas, de modo controverso, enquanto Ljungqvist recomendava o fim de qualquer tipo de testagem, também argumentava que uma inspeção física de gênero era necessária na categoria feminina. Isto comprova que: “Vários da comunidade médica desaprovavam o teste de cromatina; contudo, eles defendiam diferentes medidas de verificação para delinear uma divisão de gênero e proibir vantagens biológicas no esporte.” (PIEPER, 2016, p. 138, tradução nossa).

Após as reuniões do grupo, a comissão médica do COI se disse persuadida pelos novos argumentos, mas afirmou estar muito em cima da hora para realizar alterações já nos

²² Presidente da Comissão Médica da IAAF/World Athletics e do Departamento de Patologia do Instituto Karolinska.

Jogos de Seul. Assim, 2.050 testes foram conduzidos naquela edição olímpica e mais 255 atletas apresentaram um certificado aprovado anteriormente (PIEPER, 2016).

Dois anos depois, Ljungqvist organizou um encontro em Mônaco denominado “Workshop de Feminilidade”, que contou com a presença de inúmeros especialistas do ramo biológico, inclusive de países de fora da rota euro norte-americana. Um dos propósitos do workshop era pressionar as autoridades olímpicas presentes (dentre elas, Eduardo Hay e Alexandre de Merode) a encerrar os testes de Barr. Um dos palestrantes do encontro foi o médico francês Bernard Digeon, responsável pela verificação de gênero nos Jogos de Inverno de Albertville, em 1988. Digeon sugeriu a implantação de uma nova técnica de investigação cromossômica, o PCR, que em sua visão seria capaz de avaliar: “[...] de forma muito adequada o sexo dos indivíduos em mais de 99% daqueles que gozam de saúde perfeita.” (WELLCOME COLLECTION, 1990, n.p). Em adição, Digeon afirmara que a técnica PCR poderia contribuir para amenizar as despesas da gestão olímpica: “[...] o PCR é perfeitamente adequado e economicamente compatível com as restrições dos Jogos Olímpicos.” (WELLCOME COLLECTION, 1990, n.p). A proposta foi criticada por vários especialistas (dentre eles Arne Ljungqvist e Malcolm Ferguson-Smith) que entendiam que o problema não residia na técnica investigativa, mas sim na conclusão final que considerava o cromossomo XX a medida exata da feminilidade.

Venceu a recomendação do grupo contrário às investigações cromossômicas. Como sugestão de la Chapelle, o teste de Barr foi substituído pelo *health check* (checagem da saúde) nas competições de atletismo, ainda em 1991. “Com essa nova política, o comitê médico exigiria uma ‘inspeção física simples’ para todos os atletas, ambos homens e mulheres.” (PIEPER, 2016, p. 150, tradução nossa). Na prática, a investigação se daria por visualização direta da região genital.

Como de costume, o “novo” método enfrentou uma série de críticas. Em 1991, antes do Campeonato Mundial de Atletismo no Japão, o *health check* recebeu desaprovações da comunidade interna e externa à IAAF/World Athletics. No ponto de vista de médicos norte-americanos, o *health check* era um retorno aos testes visuais da Guerra Fria, enquanto para alguns representantes de Federações australianas a inspeção visual das genitálias masculinas se mostrava totalmente sem cabimento. Junto disso, algumas atletas relatavam que o teste era ofensivo e indicava uma regressão nas políticas de verificação de gênero; mesmo assim, a inspeção visual foi aplicada em 422 atletas (da categoria feminina) antes do Campeonato Mundial de Atletismo daquele ano (PIEPER, 2016).

O *health check* foi abandonado pela IAAF/World Athletics em 1992, porém, a insistência pela “segurança” da categoria feminina levou os dirigentes a tentar uma nova manobra. A aplicação do teste cromossômico PCR, que havia sido descartada durante a realização do “Workshop de Feminilidade” em 1990, foi reconsiderada, mesmo sabendo-se que a técnica era sensível à contaminação e a resultados falso-positivos. Na realidade, “Tais preocupações inundaram os Jogos de Inverno e Verão de 1992. Embora a IAAF e o COI discordassem sobre os métodos - comparando os exames físicos aos testes PCR - ambas as organizações admitiram que a exigência de um sistema de controle continuava imperativa.” (PIEPER, 2016, p. 152, tradução nossa). Sob este argumento, 557 atletas da categoria feminina tiveram amostras de DNA avaliadas por meio do PCR, durante os Jogos de Inverno de Albertville-1992. Tanto Dineen quanto Patrick Schamasch²³, consideraram as testagens um sucesso, preconizando, inclusive, que as mesmas resolveriam outro “inconveniente” no horizonte: a participação de atletas trans na categoria feminina (PIEPER, 2016).

No fim, as críticas da comunidade externa relacionadas aos procedimentos de averiguação de gênero na categoria feminina foram ignoradas pelas gestões esportivas mais uma vez. Como aponta Pieper (2016, p. 152, tradução nossa): “Antes dos Jogos (de Inverno de Albertville em 1992), 22 cientistas franceses, dois dos quais detinham o prêmio Nobel, assinaram uma petição denunciando o uso do PCR por motivos médicos e éticos.”. O PCR continuou válido para as edições de Barcelona-1992 e Atlanta-1996, onde, precisamente, 2.406 amostras sanguíneas de atletas foram avaliadas, sendo 12 consideradas irregulares.

A característica mais marcante deste período, entre as décadas de 1960 e o final dos anos 1990, certamente foi a disputa pela permanência/eliminação dos testes cromossômicos, que se deu entre a comunidade científica externa ao COI e representantes internos. Como efeito, até mesmo a inspeção visual foi recuperada como método efetivo de verificação do gênero, estando fundida às ansiedades relacionadas ao doping. A compreensão de que homens “disfarçados” poderiam estar participando das competições femininas se dizimou. A preocupação central do COI era com as mulheres do Leste Europeu de aparência “masculinizada”, com o doping e com as “vantagens” que uma organização cromossômica distinta do padrão XX poderia proporcionar.

4.5 Atletas brasileiras: a norma de gênero frente à subjetividade

²³ Diretor médico do Comitê Organizador dos Jogos de Albertville.

Sem dúvida, esta foi uma das subseções mais delicadas de elaborar. Havia uma preocupação de não reduzir as narrativas biográficas das atletas brasileiras entrevistadas aos seus diagnósticos médicos. Mais que isso, havia um cuidado ético fundamentado na percepção de que pessoas do agrupamento LGBTQIA+ podem ter suas vidas costuradas por uma teia de censura, trauma e silenciamento (FRANCISCO; DA SILVA; RUBIO, 2022). Para elas, falar sobre questões mais profundas, talvez não seja tão simples, e nem faz parte do método das narrativas biográficas persuadir para que a entrevistada/o se pronuncie sobre questões que podem ser desconfortáveis.

Ao contrário das outras mulheres com variação intersexual apresentadas neste trabalho, tive a oportunidade de entrevistar Erika Coimbra e de trabalhar com a narrativa que Edinanci Fernandes da Silva concedeu ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros. Para compor esta subseção, também me baseie na rica entrevista que Edinanci consentiu à antropóloga brasileira Barbara Pires (2020).

Quando cheguei ao Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo (GEO-USP), as duas atletas já haviam sido entrevistadas. A princípio, desconsiderei um novo encontro, pois a partir de conversas com outras/os pesquisadoras/es do grupo e com base em experiências anteriores, pareceu-me ser desconfortável e repetitivo retornar à atleta com a mesma pergunta: “conte-me sua história de vida”. Dessa maneira, decidi recuperar impressões do material audiovisual e das transcrições previamente recolhidas. Como descrito anteriormente, no processo de construção das narrativas biográficas não há um roteiro com perguntas pré-determinadas, a entrevista tem início apenas com uma questão disparadora de memórias sobre a trajetória de vida.

As narrativas de Edinanci e Erika se mostraram profundamente relacionadas às suas trajetórias esportivas, desde as primeiras aproximações com o esporte até as vitórias, as derrotas, as lesões e os deslocamentos geográficos em busca de melhores oportunidades. Elas também fizeram questão de destacar seus locais de origem, as atividades as quais estavam ligadas no momento da entrevista e suas metas para o futuro. Para começar, deixo aqui, um pouco destas memórias que pareceram tão importantes às duas atletas.

Edinanci Silva revela que nasceu em Campina Grande, na Paraíba, no ano de 1976, e começou a praticar judô com 15 anos por recomendação médica. De família humilde, aos 17 anos recebeu uma proposta para treinar na cidade de Guarulhos em São Paulo e, mesmo sem apoio familiar e de amigos, decidiu se mudar. Tinha como sonho, melhorar sua condição econômica e de sua família. Edinanci contou como foi difícil a recuperação de uma lesão no joelho, que culminou com seu afastamento temporário da seleção brasileira. Ela relatou a

importância e o apoio das colegas e de equipes técnicas durante sua carreira, estando num esporte onde a discriminação e a falta de investimentos na categoria feminina eram frequentes. O quadro de desvalorização que os dirigentes impunham ao judô feminino na época é citado por ela como um dos motivos para o próprio subdesenvolvimento da modalidade. Apesar de toda dificuldade e obstáculos, Edinanci conseguiu competir em quatro edições olímpicas: Atlanta-1996, Sydney-2000, Atenas-2004 e Pequim-2008, e foi medalhista em Jogos Pan-americanos e Campeonatos Mundiais.

Erika Coimbra, também vinda de classes desprivilegiadas, nasceu em uma região rural de Belo Horizonte, no ano de 1980. Começou sua carreira profissional no voleibol em 1994, no Mackenzie de Minas Gerais. O suporte familiar e técnico desde o início da carreira aparece por várias vezes em sua fala. Ela descreve como aos 17 anos já havia chegado à seleção brasileira adulta de voleibol, fala da dificuldade em se adaptar, mas destaca como, aos 19 anos, já era capitã do time. Este fato de grande responsabilidade desencadeou um desgaste excessivo em Erika, que acabou pedindo dispensa da seleção em 2005. A atleta também relatou como foi mágico e assustador participar de uma edição olímpica, e descreveu como o assédio da torcida nas competições internacionais foi aumentando de acordo com seu sucesso na seleção brasileira. Além disso, Erika trouxe um pouco sobre sua passagem por times internacionais, desde a solidão enfrentada longe de casa até sua adaptação à cultura local. Erika participou de duas edições olímpicas, Sydney-2000, onde conquistou a medalha de bronze, e Grécia-2004. Também foi medalhista em Jogos Pan-Americanos e Grand Prix, além de jogar nos principais clubes brasileiros e constituir uma trajetória internacional em times da Itália, Turquia, Polônia, etc.

Durante a entrevista, as duas atletas falaram superficialmente sobre seus diagnósticos médicos de variação intersexual e sobre o que aconteceu quando estes foram expostos pela grande mídia. Edinanci tocou no assunto apenas quando foi questionada se havia saído satisfeita da edição olímpica de Atlanta-1996: “Sai, pelo fato de estar superando várias barreiras, a distancia de casa, o problema que eu tive com toda a imprensa, aquele auê, aquele circo que armaram ao meu redor em minha situação hormonal”²⁴.

Erika desenvolveu um pouco mais, falou sobre hipereposição midiática, tratamentos recomendados e das especulações que teve que enfrentar: “[...] foi tipo polêmica, de falarem, de imaginarem, de inventarem, foi uma coisa grande, que eu era muito menina, que eu entrava no Minas, as pessoas falavam: ‘ah, não sei se é homem, se é mulher, não sei o que’. Eu falava:

²⁴ Trecho retirado da narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

‘Caracas, o que é isso’, que doido”²⁵. Nas duas entrevistas, as atletas se autorreferem como mulheres. Elas foram inseridas desde o nascimento em contextos socioculturais específicos desta categoria e, esta é a maneira como se identificam. Em nenhuma passagem, elas se autodenominam intersexuais ou se reconhecem como parte da população LGBTQIA+; isto também vai acontecer com outras atletas presentes neste trabalho e, poderá ser conferido no capítulo que trata da atleta Caster Semenya.

Para minha surpresa, um dos colaboradores do GEO-USP marcou um segundo encontro (virtual) com Erika, no qual pude estar presente. Na época, a atleta tinha acabado de ser entrevistada pelo programa Globo Esporte. Por muito tempo, Erika se recusou a falar com a imprensa sobre seu diagnóstico médico, mas tomou a decisão de tocar no assunto quando soube que uma atleta, também com variação intersexual, estava sendo ameaçada de morte em seu país de origem; mais à frente, trarei detalhes deste caso que se refere à ugandense Annet Negesa.

Nesta segunda entrevista para o projeto, Erika mostrou-se bastante detalhista e parecia focada em contar o que aconteceu no período em que foi submetida aos testes de verificação de gênero. Em 1997, a atleta do voleibol foi barrada no Campeonato Mundial Juvenil realizado na Polônia. Em suas palavras, a testagem ocorreu da seguinte maneira:

E aí nesse mundial teve um teste de gênero, né? Que eu não sabia que existia; a gente nem sabia, aí a gente foi fazer, mas, todas as meninas né, todas brincando. Eu tenho umas memórias assim, porque né, quando acontece com a gente é diferente. Eu e a Elisângela [Almeida de Oliveira], uma jogadora de vôlei da seleção, sabe? Que hoje tem o time lá de Camboriú, Itajaí, né? A gente brincando, somos melhores amigas até hoje, brincando na fila e sacaneando uma a outra, falando ‘ah, vai dar que você é homem’, porque, meu, todo mundo nasceu mulher, *cê* tem certidão, não tem nenhuma dúvida. E aí fizemos o teste ali. O teste era na saliva e fomos pro jogo [...] E aí depois não me deixaram jogar [...] Só me barraram e falaram: ‘fala que *cê* tá passando mal, que você não pode jogar’²⁶.

Por meio da afirmação: “o teste era na saliva”, é provável que Erika tenha passado pelo teste cromossômico de Barr. Conforme referido pela atleta, após análise da coleta e de uma bateria de novos exames, o diagnóstico médico conclusivo foi de Síndrome de Morris.

²⁵ Trecho retirado da narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

²⁶ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

[...] fui até lá (Lyon) fazer esse teste [...], ficamos lá quatro ou cinco dias, eu fui numa universidade, fiz alguns testes, fizeram alguns exames pra provar que era mulher mesmo, que o que eu tinha era uma doença, que era uma síndrome, né, enfim...que era rara e aí tinham as coisas que poderiam acontecer dentro dessa síndrome²⁷.

De acordo com Melo et.al. (2005), na Síndrome de Morris – mais divulgada na literatura médica como Síndrome Completa de Insensibilidade aos Andrógenos (CAIS) – ocorre o desenvolvimento de um fenótipo feminino, sob a presença do cromossomo XY. Na descrição de Fausto-Sterling (2006, p. 72, tradução nossa), isto acontece porque: “O corpo fica ‘cego’ à presença da testosterona, uma vez que as células não conseguem capturá-la e utilizá-la para direcionar o desenvolvimento pela via masculina.”

Assim, mesmo que uma pessoa detenha o arranjo cromossômico XY que, a priori, estaria “essencialmente programado” para estimular o desenvolvimento de estruturas sexuais masculinas, existe a possibilidade de um desdobramento corporal feminilizado. Portanto, na CAIS ocorre uma mutação nos receptores de andrógenos que provoca a completa anulação dos efeitos de andrógenos como, por exemplo, a testosterona (MELO et.al, 2005).

Figura 13 – Erika Coimbra durante a Copa Polonesa de Voleibol.



Fonte: Wikimedia Commons (2013).

²⁷ Trecho retirado da narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

A judoca Edinanci também foi reprovada nas avaliações de gênero na década de 1990, mas, ao que tudo indica, o parecer médico foi distinto do de Erika. Conforme enfatiza Pires (2020, p. 163), a atleta:

[...] não teve uma informação detalhada sobre qual seria a classificação médica do seu diagnóstico dentro de uma codificação clínica padronizada, como a proposta pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, no artigo *Gender Verification in the Olympics* (2000), nove profissionais de saúde que em algum momento da vida atuaram com regulações esportivas na categoria feminina – por exemplo, Arne Ljungqvist, que nesta época era vice-presidente da IAAF – indicaram que das oito atletas em triagem pelo teste de verificação de gênero feito em Atlanta 1996, sete tinham *Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos* e uma “provavelmente” tinha *Deficiência de 5 α -redutase*, mas havia feito uma gonadectomia.

Figura 14 – A judoca Edinanci Silva durante disputa.



Fonte: Budô (2020).

O artigo apontado pela autora (*Gender Verification in the Olympics*) apresenta alguns dados clínicos das atletas avaliadas, como peso e altura, mas mantem o nome de cada uma

delas em sigilo. Contudo, em uma das colunas da tabela, as medidas se mostram praticamente idênticas as de Edinanci na época - 1.74 cm e 75kg - dessa forma, é possível sugerir que o diagnóstico clínico dado à atleta pela conjuntura médica do COI foi o de Síndrome Parcial de Insensibilidade aos Andrógenos (PAIS) (SIMPSON, et al, 2000). Resumidamente, nestes casos é detectado o cromossomo XY, e a insensibilidade aos andrógenos se mostra parcial.

Sob a ótica da divisão sexual binária, os casos de Erika e Edinanci têm manejos cirúrgicos e tratamentos clínicos distintos. Durante a entrevista, Erika revelou que teve que fazer,

[...] uma cirurgia pesada, né (não é uma cirurgia tipo simples, assim) fica de cama, tem o tempo de recuperação, anestesia geral, enfim...Foi é um processo doloroso. Demorou mais de 1 mês pra me recuperar pra eu poder ter uma vida mais normal²⁸.

Como discutido por Pires (2020), a urgência e o risco são dois elementos recorrentes no acompanhamento médico de pessoas com variações intersexuais. Frente a um caso de variação intersexual, as equipes médicas trabalham com a perspectiva da urgência diagnóstica e do risco à vida e à saúde. Em todo caso, as cirurgias corretivas começaram a sofrer duras críticas ainda na década de 1990, em especial por serem realizadas de maneira deliberada e sem prévia autorização do paciente - no caso de bebês intersexuais.

No início da década de 1990, a primeira geração de pessoas tratadas de acordo com o protocolo [de John Money] estava na idade adulta. Elas começaram a procurar informações sobre a sua condição, a examinar o que lhes tinha acontecido e, em alguns casos, a encontrar outras pessoas que partilhassem experiências semelhantes. Enquanto alguns indivíduos procuravam simplesmente conectar-se com outros, outros estavam irritados com o que consideravam práticas de tratamento que não só simplesmente falharam em melhorar sua qualidade de vida, mas também causaram danos físicos e emocionais irrevogáveis (KARKAZIS, 2008, p. 236, tradução nossa).

Em consequência, no ano de 1996, ocorreu o primeiro protesto contrário às práticas cirúrgicas “normalizantes”, realizado pelos ativistas norte-americanos Morgan Holmes e Max Beck durante a Conferência da Associação Americana de Pediatria em Boston. Desde então, defende-se que procedimentos como a vaginoplastia ou mesmo a gonadectomia não devem ser realizados especialmente em crianças, a não ser quando houver comprometimento de

²⁸ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

alguma função fisiológica. Na atualidade, esta visão tem sido compartilhada por agências governamentais (da Alemanha, Austrália, Chile, Argentina, etc.), por grupos que lutam pelos direitos humanos, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e, por parte da comunidade científica (ELDERS; SATCHER; CARMONA, 2017; VIEIRA et al., 2018). De acordo com Vieira et al (2018),

É importante destacar que a maior parte das condições relacionadas à intersexualidade não representa risco de vida às pessoas (vale aqui uma ressalva à Hiperplasia Adrenal Congênita, na forma perdedora de sal, que demanda tratamento clínico imediato para evitar que o quadro clínico da criança recém-nascida se agrave com risco de morte). Ainda assim, os protocolos e tratamentos vigentes no Brasil seguem sendo fortemente pautados por uma perspectiva patologizante (dada pela resolução do Conselho Federal de Medicina de Nº 1.664/2003), que considera errados os corpos de muitas crianças que não encaixam em um certo padrão. O efeito disso é que, em vez de se investir em uma luta contra o estigma e o preconceito que violentam as pessoas intersexuais, elas seguem sendo submetidas a práticas de intervenção ditas ‘corretoras’ ou ‘normalizantes’ em grande parte não emergenciais, cosméticas e mutiladoras, com destaque às cirurgias genitais não consentidas feitas durante a infância.

Quando retornou ao Brasil após o fim do Mundial Juvenil, Erika com seus familiares foram convocados para uma conversa sobre os resultados de seus exames. Ela descreve o momento:

[...] fiquei assustada, mas eu não sabia o que tava acontecendo até esse momento, o meu pai também tava ali meio... aquela coisa ‘e agora o que é que vamos fazer?’ E falava que a gente tinha que fazer uma cirurgia... Enfim... Não explicaram bem, a gente achava que podia ser qualquer doença né, que pudesse morrer...enfim!²⁹

Para Edinanci, a possibilidade de desenvolver um tumor maligno foi o fator levantado para a recomendação cirúrgica. Em seu caso a equipe médica anunciou o: “[...] risco de uma má formação, um não funcionamento, um possível câncer.” (PIRES, 2020, p. 153). Algumas literaturas médicas indicam, por exemplo, que pacientes pós-púberes com CAIS (caso de Erika), “[...] permanecem propensos ao desenvolvimento de tumores se os testículos permanecerem no abdômen – estimativas históricas colocam o risco de malignidade em 3,6% aos 25 anos e 33% aos 50 anos.” (KATHRINS; KOLON, 2016, p. 796). Talvez, este dado tenha sido usado por uma das equipes médicas de Edinanci:

²⁹ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

Em nossa conversa, Edinanci lembra de como se sentiu presa a uma situação grave, com risco de saúde, quando descobriu que tinha que provar sua ‘estrutura feminina’ para continuar competindo. Assim que chegou à Guarulhos percebeu o tal do desconforto compartilhado. Tinha uma necessidade dos gestores de determinar seu ‘sexo biológico’. Ou era homem ou era mulher, não tinha meio termo. Os médicos diziam que ela era um caso muito especial, que não tinha parâmetro para análise no país, então precisava tratar a condição de forma urgente para aumentar sua ‘expectativa de vida’. No Hospital São Paulo, vinculado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), indicaram que ela viveria somente até os ‘20-25 anos’ se não procurasse algum tratamento. Foi a partir daí que começou a ficar com medo de seu próprio corpo. Tinha um medo profundo de morrer [...] Os médicos fizeram um prognóstico com remoção cirúrgica de duas glândulas endócrinas – um pedaço de ovário pouco desenvolvido e um testículo não descido que ainda secretava hormônios – além de receitarem medicamentos hormonais para evitar qualquer perda de funcionalidade no organismo. Também sugeriram uma clitoroplastia (PIRES, 2020, p. 153).

Em decorrência do vazamento de seus diagnósticos médicos, tanto Erika quanto Edinanci relatam prejuízos similares, a especulação e espetacularização midiáticas parecem ter sido os mais intensos. Nas palavras de Edinanci, a hiperexposição midiática beira o caráter teatral, foi “[...] aquele auê, aquele circo que armaram ao meu redor em minha situação hormonal.”³⁰. Erika também revela como sua história foi evidenciada pela mídia, logo após a realização do teste cromossômico no Mundial Juvenil:

Ninguém falou nada, ficou aquele mistério, né, num tinham me falado, aí eu lembro também que eu encontrei com a Gamova (que é uma jogadora russa) numa lojinha de conveniência e nessa lojinha (ela não fala, ela é aquela expressão dela, ela não dá muita abertura)...mas a gente ali, tinha 17 anos pra 18. Aí ela me cutucou e me mostrou um jornal (só que o jornal tava em Polonês) e minha foto e eu falei: ‘Beleza, legal né, tô famosa’, fiquei imaginando qualquer coisa do jogo [...] lá na Polônia tinha saído lá na imprensa, eu não sei como - porque eu era muito jovem também e eles nunca contaram a verdade - não sei como saiu lá, que foi essa história que a Gamova me mostrou.

No acervo do jornal A Folha de São Paulo é possível encontrar inúmeras informações de tom especulativo e dramatizado referentes à Edinanci. Nas edições do dia 27, 28 e 30 de maio de 1996, quase um mês e meio antes da edição olímpica de Atlanta, o principal assunto do caderno esportivo era o processo cirúrgico ao qual a atleta foi submetida. As notícias

³⁰ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

revelavam desde o custo da internação, até detalhes sobre a cirurgia genital da atleta (LUTADORA, 1996; RESERVA, 1996; EDINANCI, 1996).

Com a proximidade da abertura dos Jogos de Atlanta-1996, os textos focam na expectativa de aceitação de Edinanci no evento, já que ela teria que passar por avaliação na Vila Olímpica. No dia 17 de julho de 1996, o título da matéria jornalística era: “Comitê decide sexo de Edinanci até sexta” (GONÇALVES, 1996), indicando que mesmo com a vaga olímpica garantida e já em Atlanta, Edinanci não tinha certeza de sua participação nas competições. No mais, quando a pauta era o rendimento da atleta, os comentários eram maximizados. O técnico da equipe, Geraldo Bernardes, chegou a dizer que havia poupado Edinanci de uma simulação de competição às vésperas de sua estreia: “porque ela é muito mais forte que as outras meninas que estão aqui.” (FONTENELLE, 1996). Já Edilene Andrade – reserva de Edinanci que se mostrava a favor e na torcida pela participação da atleta – falou: “Ela é mais forte que qualquer uma aqui no Brasil, e também das que eu enfrentei no exterior. É uma força diferente que eu não sei como explicar.” (RESERVA, 1996).

Curiosamente, quando realizei uma pesquisa no mesmo jornal sobre Erika (restrita aos anos de 1997 e 2000) as matérias falavam especialmente sobre sua atuação em campeonatos brasileiros e de como ela se destacava como a atleta revelação de sua geração. Diferentemente, Erika apontou que “[...] todos os canais de televisão de Curitiba possíveis iam ao Ginásio e faziam matéria, faziam drama, o Google colocou a história que ele quis lá.”³¹. Sem negar, nem desmerecer os transtornos e constrangimentos que Erika enfrentou como resultado de sua hiperexposição midiática, gostaria de propor que a história de Edinanci acabou gerando uma publicização mais acentuada (pelo menos na fonte consultada).

A aparência feminilizada de Erika, mais condizente com o padrão normativo de feminilidade ocidental, parece ter contribuído para uma menor dúvida em relação ao seu gênero. Melhor dizendo, como algumas mulheres com diagnóstico de CAIS desenvolvem um fenótipo socialmente feminino, elas podem ser vistas como mais “verdadeiras” em relação àquelas com PAIS (caso de Edinanci), que, por vezes, podem desenvolver características secundárias socialmente identificadas como masculinas. Erika relata uma contradição no modo como era tratada, ao mesmo tempo em que enfrentava julgamentos discriminatórios e

³¹ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

ofensivos - que em sua percepção tinham o objetivo de masculinizá-la – ela era estereotipada como: “bonitinha, engraçadinha, lorinha [e] musa”³².

Outra possível justificativa para uma exposição intensa de Edinanci, é que as diferentes narrativas construídas sobre as duas atletas foram mediadas pela percepção de gênero que recobria cada modalidade. Erika fazia parte de um esporte que não só entrou para o programa olímpico em 1964 já com as categorias feminina e masculina, mas que também se constituiu reiteradamente de acordo com a noção de feminilidade, em especial na cultura brasileira (FETTER, 2023).

De maneira distinta, Edinanci competia nas artes marciais, onde a lógica dominante reconhece a força como atributo masculino. Por este motivo, uma série de reações pode ser produzida em resposta à presença de mulheres nesta modalidade, desde a tentativa de rotulá-las “masculinas”, até uma exigência de hipersexualização com o intuito de torná-las mais atraentes dentro da perspectiva heternormativa (TELLES, 2018). Questões regionais de gênero, também atravessaram a carreira de Edinanci. Ela contou a Pires (2020) como a mudança para o município paulistano de Guarulhos, no ano de 1994, causou uma espécie de desmanche de sua identidade percebida:

[...] existia um ‘conflito de informações’ que a fazia se preocupar com sua saúde, sua capacidade física e sua verdade pessoal. Tinha crescido achando que tinha um ‘dom’, seus amigos também afirmavam isso, acreditava em um ‘tipo de lenda’ sobre si mesma que foi desmontada com a chegada à Guarulhos (PIRES, 2020, p.158).

Ao chegar à metrópole paulistana, noções de masculinidade eram o tempo todo projetadas na judoca: “[...] muitas vezes a acusavam [as adversárias] de ser ‘homem’ entre competições, como forma de a desqualificar e a constranger por ter ganhado.” (PIRES, 2016, p. 160). Ela também:

[...] conta como foi necessário aprender a se expor, isto é, ela precisou demonstrar corporalmente que pertencia à categoria de mulheres. Começou a tirar a roupa na frente das atletas, fazer a pesagem nua, tomar banho sem tanta timidez, abrir um pouco da sua intimidade e do seu corpo para que as *suspeitas* e os *incômodos* diminuíssem (PIRES, 2020, p. 160).

É primordial frisar aqui, que a categoria feminina no judô já nasceu do ponto de vista do estranhamento, sendo anexada ao programa olímpico somente na edição de Barcelona-

³² Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

1992 (a categoria masculina se tornou olímpica em 1964). Como efeito, Edinanci relatou que a equipe feminina brasileira era menos valorizada e constantemente comparada com a masculina:

O judô feminino foi muito cobrado durante esse tempo por um resultado olímpico. Só que muita gente que cobrava esse resultado, não via que o judô feminino estava engatinhando ainda. A historia do judô feminino nacional é muito recente, diferente do judô masculino, que começou em Tóquio [1964] com a medalha do Shiaki Ishi.³³

Também é provável que as distinções culturais, políticas e econômicas entre as modalidades, tenham culminado num maior apoio e “proteção” à Erika, permitindo, de certa forma, um “abafamento” mais rápido e efetivo das polêmicas em torno de seu diagnóstico médico. Nas palavras da voleibolista:

[...] passando todo esse tumulto do momento ali deles falarem [sobre a variação intersexual], é...eu tive a sorte que eu tava indo pro Rexona jogar com Bernardinho. Então também foi outro, né - graças a Deus a vida foi me dando esses anjos na vida. Cheguei lá, e aí ele ficou sabendo de tudo, ele queria muito...ele foi atrás de mim antes de eu assinar pra ir em Belo Horizonte, pra me convidar pessoalmente, meus pais, falar que eu ia morar na casa dele...enfim, né, então. Ele me deu uma proteção ali. Aí o clube falou: “Não, a gente vai arcar com tudo.”³⁴

4.6 De 2000 até a atualidade: pilhas de documentos na era da testosterona.

É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles mesmos que dominam. Em si mesmas, as regras são vazias, violentas, não finalizadas; são feitas para servir a isto ou àquilo, elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros (FOUCAULT, 2005, p. 270).

É comum encontrar nos estudos dedicados à participação trans no esporte olímpico, a informação de que o COI lançou seu primeiro documento regulatório sobre o tema no ano de 2003. Contudo, a hesitação referente à entrada de mulheres trans nas competições já aparecia em fontes oficiais desde a década de 1990. No resumo final do “Workshop de Feminilidade” já se preconizava que, as mulheres trans submetidas à cirurgia de transição de gênero depois

³³ Trecho retirado de narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

³⁴ Ibid.

da puberdade, teriam de passar pelo crivo de equipes médicas antes de competir (WELLCOME COLLECTION, 1990). De qualquer maneira, o relatório final do workshop é modesto no sentido de apontar ações voltadas à regulamentação de atletas trans. Há pouquíssima referência ao assunto, que é colocado mais como um sinal de alerta do que pode vir a se desenrolar num futuro. Também é possível perceber em artigo publicado por Arne Ljungqvist (na época, presidente da Comissão Médica do COI), que no referido workshop houve consenso entre as/os especialistas de que o processo de elegibilidade de mulheres trans deveria ser interpretado caso-a-caso (LJUNGQVIST, 2005). Contudo, novas condutas foram estabelecidas a partir de 2003 com o lançamento do Consenso de Estocolmo. Com regras estritas, este sim, pretendia controlar a participação de atletas trans.

4.6.1 O Consenso de Estocolmo de 2003 e os regulamentos da IAAF/World Athletics de 2011.

O Consenso de Estocolmo é um documento do COI que ficou conhecido como o primeiro a propor ações concretas para eleger/excluir atletas trans do programa olímpico. Este foi produzido e assinado por autoridades como Ljungqvist e Schamasch³⁵. Pelo regulamento, para garantir a elegibilidade, as atletas deveriam cumprir pelo menos três critérios: (1) ter o reconhecimento legal da identidade de gênero, (2) ter passado por cirurgia de redesignação sexual (com mudança da anatomia genital externa completa e gonadectomia) e por terapia hormonal por um período suficiente para reduzir possíveis vantagens atléticas. Estando em conformidade com estes primeiros requisitos, ainda assim, as atletas deveriam aguardar um período de dois anos para participar das competições (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2003). Não fica claro se homens trans também precisariam seguir os regulamentos. Na realidade: “A política não especificou se esses requisitos se aplicavam igualmente a homens trans e mulheres trans, mas a natureza desses requisitos sugere que a política foi escrita tendo em mente apenas as mulheres trans.” (CUNNINGHAM, BUZUVIS E MOSIER, 2018, p. 367, tradução nossa).

Em síntese, estariam aptas a competir somente mulheres trans submetidas à remoção dos testículos, à vaginoplastia e em uso contínuo de hormônios “feminilizantes”. Mesmo a vaginoplastia e a certidão de nascimento não tendo nenhum tipo de vínculo com o desempenho atlético, e não havendo provas concretas sobre como o tratamento cirúrgico e

³⁵ Diretor do Comitê Organizador dos Jogos de Albertville.

hormonal poderiam influenciar o desempenho das atletas, todas estas etapas eram colocadas como essenciais à liberação competitiva. Ljungqvist (2005, p. S42, tradução nossa) chega a expor tal contradição: “Embora existam muitos trabalhos publicados e recomendações sobre o tratamento clínico de indivíduos transexuais, tanto de homem para mulher como de mulher para homem, há poucos dados relevantes sobre os efeitos no desempenho atlético”.

Ljungqvist (2005) explicou que as considerações do regulamento de elegibilidade foram feitas com base no protocolo da Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin (AIDGHB) e que este era bastante aceito na condução de tratamentos de pessoas trans. Benjamin, endocrinologista e sexólogo norte-americano, ficou conhecido na década de 1950 por defender a especificidade de “perfis” trans. Em seu ponto de vista, era crucial identificar qual a diferença entre homossexuais e trans. No processo, Benjamin acabou tomando a aversão às genitálias³⁶, como o ponto de ruptura entre os dois sujeitos, e como prova da singularidade trans (BENTO; PELÚCIO, 2012). Na realidade, a partir dessa descrição clínica, o endocrinologista homogeneizou e universalizou a pessoa trans como aquela que repudia a anatomia genital. Em outras palavras,

O endocrinologista afirmava que a transexualidade para ser considerada real necessitava apresentar alguns critérios diagnósticos, dentre os quais se destacavam a ojeriza ao genital e intensa inconformidade com as características primárias e secundárias do próprio sexo. Para o autor, o paciente que apresentasse tais critérios poderia ser considerado um transexual “verdadeiro”, em contrapartida àqueles que não viviam tamanho conflito e seriam, portanto, considerados transexuais ‘falsos’ (FAVERO, 2019, p. 174).

Como resultado, Benjamin passou a defender não só “[...] a transgenitalização como a única alternativa terapêutica” (BENTO; PELÚCIO, p. 570), mas “Entre o começo dos anos 1950 e 1960, [...] ele sistematizou o uso clínico de moléculas hormonais no tratamento de ‘mudança de sexo’ e definiu ‘transexualismo’ – termo introduzido pela primeira vez em 1954 – como condição curável.” (PRECIADO, 2018, p. 30).

Preservando a posição de Benjamin, as/os responsáveis pela produção técnica de elegibilidade trans do COI também nivelaram as/os atletas dentro da categoria “trans”, engessando-as/os numa imagem cirúrgica e medicalizada. De modo geral, as discussões que deram origem ao Consenso de Estocolmo, não foram bem percebidas mesmo internamente. Para o médico belga Jacques Rogge, presidente do COI de 2001 a 2013, o encontro gerou

³⁶ Conforme é discutido na atualidade, a aversão à genitália é percebida em alguns casos trans, mas não é uma experiência coletiva.

muitas dúvidas e pareceu se dar entre pessoas que entendiam o que estavam falando (médicos), e pessoas que não entendiam o que estavam ouvindo (Comitê Executivo do COI) (CAVANAGH; SYKES, 2006). Apesar disso, os regulamentos continuaram válidos por 12 anos.

A instauração de protocolos direcionados ao controle da participação trans no primeiro decênio de 2000 demonstraram que o total abandono da verificação de gênero na categoria feminina, prometido na década de 1990, estava longe de se concretizar. Em verdade, as autoridades esportivas suspenderam a aplicação dos testes cromossômicos de maneira superficial. Digo isso, porque enquanto algumas atletas foram afastadas do esquema de testagem outras nunca deixaram de ser apontadas por sua aparência “suspeita”.

No século XXI, uma das primeiras atletas com variação intersexual a enfrentar tal escrutínio foi a indiana Pratima Gaonkar. Medalha de prata no revezamento 4x400 no Campeonato Asiático Júnior de Atletismo em 2001, Pratima cometeu suicídio após receber a notícia do resultado de seus exames (KOSHIE, 2018). Poucos anos depois foi a vez da também indiana Shanthi Soundarajan, que ao terminar a prova dos 800m em segundo lugar nos Jogos Asiáticos de 2006, teve sua aparência colocada em cheque. Obrigada a realizar um teste de verificação de gênero no dia seguinte à prova, ela “[...] não foi informada nem do propósito nem do resultado do exame de trinta minutos. Foram dias depois, de volta à Índia, que Soundarajan soube pelo noticiário noturno que ela havia ‘reprovado’ no teste.” (PIEPER, 2016, p. 181, tradução nossa). Em entrevista ao *Telegraph India*, a atleta relatou como foi recepcionada no vilarejo onde mora: “[...] todos me desprezavam [...] todos me olhavam dessa nova maneira: é um homem? É uma travesti? É muito doloroso. Arruinou minha vida e da minha família.” (SOUNDARAJAN apud MUKHERJEE, 2014, p. 132, tradução nossa).

Três anos mais tarde, a imagem da sul-africana Caster Semenya começou a ser realçada pela mídia internacional, logo após sua vitória na prova dos 800m, no Campeonato Mundial de Atletismo. A atleta espanhola Mayte Martínez, sétima colocada na competição, chegou a dizer que: “Se colocarem Semenya e mais dez homens, eu não saberia dizer quem é a mulher.” (EL PERIODICO DE ARAGON, 2009).

Em resposta à aparência “masculinizada” de Pratima, Santhi e Caster, a IAAF/World Athletics considerou realizar estudos direcionados à produção de diretrizes para atletas com variação intersexual. Assim, em 2011, a entidade anunciou em sua página oficial, que estava lançando, após 18 meses de pesquisa, um guia de recomendação para atletas com variação intersexual. Na íntegra, a postagem informava: “A IAAF tornou-se hoje a primeira federação desportiva internacional a aprovar a adoção de novas regras e regulamentos que regem a

elegibilidade de mulheres com hiperandrogenismo para competir em campeonatos femininos.” (WORLD ATHLETICS, 2011).

O documento é aberto pela narrativa da diferenciação binária, frisada como motivo essencial à segregação esportiva: “Desde 1928, as competições de Atletismo têm sido estritamente divididas em classificações masculinas e femininas e, as mulheres têm competido numa categoria separada concebida para reconhecer sua aptidão física e desempenho específicos.” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a, p. 1, tradução nossa). No parágrafo seguinte, a causa que deixaria as mulheres (cisgêneras) em desvantagem é revelada: “Sabe-se que a diferença no desempenho atlético entre homens e mulheres se deve predominantemente aos níveis mais elevados de hormônios androgênicos nos homens, resultando em aumento de força e desenvolvimento muscular” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a, p. 1, tradução nossa). Somente no terceiro parágrafo, logo depois de informar que a performance esportiva feminina é reduzida em comparação à masculina e que as moléculas andrógenas são os agentes definidores deste quadro, a publicação começa a discorrer sobre as atletas com variação intersexual. Para as autorias do documento (que em momento nenhum são reveladas), é de comum acordo que tais atletas: “[...] apresentam frequentemente traços masculinos e têm uma capacidade atlética incomum em relação às suas companheiras competidoras.” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a, p. 1, tradução nossa).

Esta descrição inicial parece se movimentar em duas linhas: na primeira, se acentua a necessidade de proteção das “mulheres legitimamente biológicas” devido às suas aptidões físicas secundárias em comparação aos homens, para, na sequência, se construir uma imagem aumentada da performance de mulheres com variação intersexual. Na realidade, ao engessar a testosterona como único marcador biológico importante ao desempenho atlético, autoridades da IAAF/World Athletics, contribuíram para o entendimento de que graus variáveis de testosterona na corrente sanguínea seriam responsáveis por graus variados de performance; ou seja, a descrição indica que quanto mais alto o nível de testosterona, melhor o desempenho nas competições. Nesta lógica, os homens cisgêneros sempre estariam à frente, seguidos das mulheres trans e daquelas com insensibilidade parcial aos andrógenos que deteriam uma capacidade atlética intermediária. Por fim, apareceriam as “mulheres reais” em condição diminuta e subalternizada em relação a todos os grupos anteriores. Em tal esquema, a formação de uma terceira categoria é almejada, pois construiria um lugar “adequado” para a livre circulação das mulheres trans e intersexo, e justo para as “mulheres verdadeiras”.

No documento, as mulheres com variação intersexual ficam à mercê de intensas avaliações e técnicas cirúrgicas corretivas, porque as/os responsáveis pelo regimento acreditam que: “[...] se a condição [variação intersexual] permanecer não diagnosticada ou negligenciada, pode representar um risco para a saúde.” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a, p. 1). Na verdade, esses riscos: “[...] necessitam de adaptações prévias a fim de evitar um colapso do corpo sociopolítico [já que] tradicionalmente, o risco pode ser percebido como algo que contamina ou desordena a coerência do ‘sistema’ moral e social.” (PIRES, 2020, p. 154).

O risco à saúde concede certa liberdade à IAAF/World Athletics na busca da certeza diagnóstica de variação intersexual e na indicação posterior de tratamento. Conforme visto no documento, a entidade passou a trabalhar com níveis investigativos que envolvem um histórico das atletas desde a gestação. Com mais detalhes, o documento indica três etapas de avaliação das atletas: 1) exame clínico e anamnese 2) avaliações endócrinas da urina e sangue e 3) encaminhamento das atletas para um centro de referência em cuidados com pessoas com variações intersexuais (nos quais as atletas poderiam passar por diversos outros exames) (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a).

Isto prova que os testes de verificação de gênero não terminaram no começo do século XXI, como haviam prometido as autoridades olímpicas. Em verdade, eles continuaram sendo aprimorados, inclusive, reiterando práticas que haviam sido consideradas antiéticas e discriminatórias. O protocolo de investigação clínica para atletas com variação intersexual se dá da seguinte forma: verifica-se a constituição corporal desde a quantidade de pelos distribuídos pelo corpo até o tamanho das mamas. Também há exames de palpação que investigam o comprimento e a largura do clitóris, a morfologia dos lábios vaginais e a presença de testículos internos (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a). Em conjunto, a anamnese coleta informações sobre o histórico familiar e o desenvolvimento da puberdade. Outras perguntas levantadas referem-se à origem étnica, à virilização da mãe durante a gravidez, ao engrossamento da voz e ao desenvolvimento da menstruação. Por fim, são listados exames adicionais para avaliar especialmente os níveis de hormônios andrógenos. (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a).

Passadas as avaliações primárias, a publicação da IAAF/World Athletics aponta que as atletas com características intersexuais poderiam ser encaminhadas ao centro de referência especializado: “[...] que estiver localizado geograficamente mais próximo do local de residência habitual da atleta, a menos que a atleta opte por ser examinada em outro centro de

referência (caso em que ela será responsável por quaisquer custos adicionais).” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011, p. 10). Seis centros parceiros da entidade são listados numa tabela, estando eles na Suécia, França, Estados Unidos, Austrália, Japão e Brasil; não há nenhum no continente africano, nem na América Central (PIEPER, 2016).

A regulamentação da IAAF/World Athletics deixa evidente que no centro especializado, as atletas podem ser submetidas a novos testes físicos, laboratoriais, exames de imagem e avaliação psicológica, além de receber orientações sobre algum tipo de tratamento (não revelado no regimento). Após esta extensa bateria de exames e análises clínicas esmiuçadas, que contaria com a conclusão de especialistas em tratamento da intersexualidade ao redor do mundo, as atletas em questão ainda teriam de passar pela aprovação do grupo médico especializado da IAAF/World Athletics. O aval só viria em duas situações: (1) quando a testosterona sérica das atletas estivesse abaixo de 10nmol/L e, (2) quando as taxas androgênicas fossem consideradas acima da média, mas houvesse resistência à ação de tais substâncias. (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011a). Na prática, muito provavelmente, atletas com CAIS (caso de Erika Coimbra) se tornariam elegíveis, enquanto atletas com PAIS (caso de Edinanci) ficariam proibidas de participar das competições.

Claramente, o começo do século XXI foi caracterizado pela troca da perspectiva cromossômica para a narrativa da testosterona como único marcador biológico responsável por um rendimento atlético extraordinário. De acordo com Karkazis e Jordan-Young (2018), esta transformação que resultou na inauguração de novas políticas de gênero possui vínculo com a história da atleta Martínez-Patiño. Para as autoras, a partir deste episódio, as atletas com insensibilidade completa à testosterona (CAIS) foram associadas à ideia de nivelamento do desempenho com as “mulheres legítimas”. Por isso, se faz útil destacar que,

A vitória de Martínez-Patiño precisa ser relida não pela forma como aniquilou os ‘testes sexuais’, mas pela forma como foi conduzida com foco [na testosterona]. Ela e seus defensores, incluindo Ljungqvist, argumentaram com sucesso que sua insensibilidade [à testosterona] deveria ser o fator decisivo no caso. Em 1992 e 2000, tanto a IAAF como o COI, respectivamente, citaram o desafio da atleta como uma razão fundamental na escolha de ‘abandonar’ os testes sexuais (KARKAZIS e JORDAN-YOUNG, 2018, p. 16, tradução nossa).

De toda forma, as novas regras de elegibilidade entraram em vigor no dia 1 de maio de 2011, afetando a carreira de várias atletas. Já no Campeonato Mundial de Atletismo do

mesmo ano, a atleta de Uganda, Annet Negesa - que havia se qualificado para a prova dos 800m dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 - teve seu teste reprovado. Seguindo a lógica sequencial do documento, Annet foi encaminhada para um dos centros de referência da lista de sugestões da IAAF/World Athletics. A atleta se dirigiu ao centro de referência localizado na França, sob responsabilidade do endocrinologista Patrick Fénelichel (KAMPF UMS GESCHLECHT, 2019). O atendimento de Annet pode ser conferido com detalhes em artigo posteriormente publicado, no qual se destaca que todas as atletas acompanhadas eram jovens “[...] de regiões rurais ou montanhosas de países em desenvolvimento.” (FÉNELICHEL et. al, 2013, p. E1056, tradução nossa).

Na passagem pelo centro de referência, a atleta foi submetida a diversos exames, incluindo: coleta sanguínea, ressonância magnética e medidas corporais dos ombros, do peito, etc. (NYAYIEKA; MACFARLANE; SHELLEY, 202[?]). No próprio artigo, é possível verificar que houve inspeção de órgãos genitais e reprodutivos, bem como análise da distribuição de pelos pelo corpo (FÉNELICHEL et. al, 2013). Além disso, as atletas foram entrevistadas “[...] quanto à identidade de gênero, comportamento e sexualidade.” (KARKAZIS e JORDAN-YOUNG, 2018, p. 4, tradução nossa). Mesmo destacando que os testículos internos encontrados nos exames não trariam qualquer prejuízo à saúde das atletas, a equipe de Fénelichel sugeriu uma terapêutica: “Propomos assim uma clitoridectomia parcial com gonadectomia bilateral, seguida de vaginoplastia feminizante diferida e terapia de reposição de estrogênio, com a qual as 4 atletas concordaram após consentimento informado sobre procedimentos cirúrgicos e médicos.” (FÉNELICHEL et. al, 2013, p. E1057, tradução nossa).

Em entrevista, Annet conta que a equipe médica disse a ela que para continuar competindo o processo cirúrgico era primordial (NYAYIEKA; MACFARLANE; SHELLEY, 202[?]); o que corrobora com as observações do artigo: “As autoridades esportivas permitiram então que continuassem competindo na categoria feminina 1 ano após a gonadectomia” (FÉNELICHEL et. al, 2013, p. E1057). Dessa maneira, quando retornou à Uganda após o Campeonato Mundial de Atletismo, a atleta procurou um hospital regional (*Women's Hospital International & Fertility Center*) para conduzir seu tratamento descrito a seguir:

Acho que era uma segunda-feira. Nunca vou esquecer. Fui bem cedo à clínica [para a cirurgia de gonadectomia]. Eles disseram: ‘não coma nada’. Me colocaram numa sala de cirurgia, removi minhas roupas, me deram um roupão e me sentei na cama. Começaram a trabalhar em mim, mas não sabia como isso ia terminar...eles diziam: ‘há uma certa injeção, apenas para retirar a testosterona’. Mas não foi isso que eles fizeram! Eles não fizeram isso!

Acordei de manhã e tinha cortes, tinha cortes no meu abdômen (KAMPF UMS GESCHLECHT, 2019).

Para finalizar, todas as autorias do artigo concordam que muito provavelmente houve atraso no diagnóstico das atletas porque elas “[...] nasceram em regiões rurais de países com cuidados precários.” (FÉNICHEL et. al, 2013, p. E1058, tradução nossa). Esta observação sinaliza algo importante, que a ciência originada no Norte global tem assumido os corpos com variação intersexual como “anormalidades tratáveis”, mesmo quando não há prejuízo funcional. Como discutido por Karkazis e Jordan-Young (2018, p. 20-21, tradução nossa),

Especificamente, o protocolo padrão no Norte global tem sido, durante mais de cinco décadas, caracterizado por uma urgência em identificar e ‘normalizar’ pessoas com variações intersexuais na fase mais precoce possível da vida, o que inclui a modificação de órgãos genitais atípicos e o controle dos níveis hormonais através de cirurgia ou intervenção farmacológica [...] Por uma variedade de razões que podem incluir diferenças culturais, infra-estruturas gerais, recursos médicos e outras, a intervenção médica precoce nunca foi rotinizada fora do Norte Global.

No ano seguinte ao lançamento dos regulamentos da IAAF/World Athletics, as mesmas medidas regulatórias para atletas com variação sexual começam a ser introjetadas e replicadas nos documentos do COI. Porém, isto ocorreu somente depois da Convenção Internacional sobre Ciência, Educação e Medicina no Esporte (ICSEMIS) de 2012³⁷. Realizada sempre em ano de edição olímpica, a conferência reúne profissionais de diversas áreas (Educação Física, Medicina Esportiva, Gestão Esportiva, etc.), e objetiva discutir questões basilares e atuais para o movimento olímpico. Em 2012, o tema da elegibilidade e da inclusão apareciam no cronograma de apresentações, tendo como palestrantes duas figuras do alto escalão do movimento olímpico: Ljungqvist e Stéphane Bermon³⁸.

Bermon é conhecido como um dos principais responsáveis pela criação e implementação de regulamentos que colocam a molécula de testosterona como fator central de excelência no desempenho atlético. Tendo como meta demonstrar as “enormes” distinções existentes entre os protótipos binários, Bermon abre sua apresentação no ICSEMIS com duas imagens sob o título: Homens e Mulheres: fenótipos diferentes. De um lado, representando o “fenótipo feminino”, é exibida a obra de arte *La Maja Desnuda* do artista Francisco Goya

³⁷ Evento organizado pelo COI em conjunto com o Conselho Internacional de Ciência do Esporte e Educação Física (ICSSPE), o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e a Federação Internacional de Medicina Esportiva (FIMS).

³⁸ Membro da Comissão Médica e Antidoping e atual Diretor do Departamento de Saúde e Ciência da IAAF/World Athletics.

(produzida no século XVIII). Em contraste, para simbolizar o “fenótipo masculino”, Bermon escolheu a foto do fisiculturista Flex Wheeler.

Sem manter qualquer coerência na análise comparativa que tenta realizar, Bermon naturalmente, encontrou disparidades entre a pintura do século XVIII - de uma mulher branca da alta classe sem nenhuma relação com a prática esportiva - e a foto de um fisiculturista negro do século XX (KARKAZIS e JORDAN-YOUNG, 2018). Bermon reconheceu que estava usando exemplos exagerados, mas, ainda assim, ao se reportar à plateia durante a conferência, disse que: “Esta diferença no fenótipo, claro, explica a diferença na performance, porque como vocês sabem, os homens são muito mais esguios, altos e fortes [sic] do que as mulheres, e é muito fácil se convencer disso.” (BERMON apud KARKAZIS e JORDAN-YOUNG, 2018, p. 13).

Figura 15 – *La Maja Desnuda*, pintura do espanhol Francisco Goya



Fonte: Wikimedia Commons (2012).

Sob este ângulo, Bermon resgata as noções mais rudimentares da ciência moderna de que as “mulheres absolutamente verdadeiras” com suas “biologias reais” são brancas, sedentárias, frágeis e economicamente privilegiadas, fato que é consumado na pintura de Goya. Para explicar a profunda diferença e inferioridade destas em relação ao grupo majoritário formado pelos “homens”, Bermon faz uso da imagem de um homem negro que, na atualidade, é frequentemente estereotipado pela hipermasculinização. Conforme discorre Ferreira Junior (2021), o atleta negro acaba sendo retratado como alguém que tem a “subintelectualidade” compensada pela força e violência “características” de sua origem e cultura e que, por isso, encontra um lugar de destaque no esporte.

Dando continuidade à apresentação, Bermon comparou alguns recordes mundiais no atletismo entre as categorias femininas e masculinas com o intuito de demonstrar que não existem sobreposições nos resultados, e relacionou o fato aos níveis andrógenos comumente mais altos em homens cisgêneros. Karkazis e Jordan-Young (2018, p. 13) acreditam que:

A referência à testosterona foi suficiente para transformar uma conversa sobre imagens culturais estereotipadas numa apresentação supostamente científica. Numa série de movimentos tão familiares que podem ser difíceis de ver, Bermon construiu um argumento sobre o dimorfismo sexual – a ideia de que os sexos representam duas formas distintas e não sobrepostas – e a possibilidade de ler não apenas o atletismo, mas [a testosterona] a partir da aparência superficial do corpo. Se [a testosterona] alta é o que faz com que os músculos de Flex Wheeler fiquem inchados e tensos, [a testosterona] baixa deve ser responsável pela falta de definição muscular de La Maja, sua suavidade erotizada, sua postura que aprecia sua própria ociosidade.

Bermon também apresenta a foto de uma mulher fisiculturista, que logo é associada à ideia de “feminilidade” antinatural e ao doping, criando assim ligações entre níveis altos de testosterona e trapaça. Em adição, ele chamou o doping de hiperandrogenismo, sendo que este termo é usado pelas especialidades médicas para estudar casos clínicos que não tem qualquer relação com a dopagem. (KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018).

Após a palestra de Bermon, Ljungqvist expôs suas considerações sobre os regulamentos de elegibilidade. Começando pela afirmação de que os testes de gênero foram encerrados durante sua passagem pela IAAF/World Athletics, Ljungqvist se mostrou contraditório ao longo de sua explanação. Ao passo que afirmava o fim dos testes, também dizia que: “[...] o órgão desportivo relevante terá autoridade para tomar as medidas adequadas para a determinação do sexo do competidor (ênfase adicionada)” (LJUNGQVIST apud KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018, p. 17, tradução nossa).

O mais relevante nas apresentações de Ljungqvist e Bermon, parece ter sido a transformação da molécula de testosterona em inimiga - caso esta fosse encontrada em níveis além da média instituída para mulheres cisgêneras. Isto indica que tal substância química continua sendo compreendida da mesma forma que nas primeiras pesquisas iniciadas no começo do século XX; ou seja, como uma molécula exclusivamente masculina. Uma vez seguida esta lógica, as terapêuticas hormonais não são mais entendidas como processos históricos de ajuste do corpo (provenientes da ideologia da divisão sexual binária), mas se confundem em meio à ideia de “salvação”, que muitas vezes só encontra sentido na cultura ocidental. Em outras palavras, é fabricada uma:

[...] narrativa de progresso que liga o Ocidente à ciência, à modernidade, a uma visão privilegiada da ‘verdade’ biológica e, à obrigação de ‘aperfeiçoar’ os corpos que não se encaixam em termos estéticos e normas culturais. Esta narrativa exige a intervenção a partir de uma posição supostamente benéfica, apagando diferenças de poder e ecoando as lógicas coloniais para colocar sob controle as pessoas menos ‘desenvolvidas’ (KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018, p. 19, tradução nossa).

Reconhecendo como originalmente “feminino” apenas um padrão específico de corpo, que deve, antes de qualquer coisa, ter uma organização biológica particular e uma aparência que contenha traços específicos como, por exemplo, a pele branca - as autoridades esportivas automaticamente colocam atletas de outra origem e “raça” sob o guarda-chuva do ceticismo e, com isso, validam a inspeção corporal. Coincidentemente, todas as atletas que tiveram sua identidade de gênero questionada e continuaram a ser submetidas a protocolos investigativos cada vez mais detalhados, são negras ou pardas e pertencem a países do Sul Global.

Na realidade, com o “fim” dos testes de verificação de gênero, as autoridades esportivas substituíram a investigação que buscava “mulheres biologicamente legítimas” por uma empreitada sexista, classista e racista que pretende encontrar um tipo de “falsidade biológica” proibida para a categoria feminina. Como pode ser conferido na lista de nomes a seguir, as investigações de gênero se concentraram num grupo bastante específico de atletas negras e pardas, de classes sociais desfavorecidas e oriundas de países de “terceiro mundo”: Caster Semenya (África do Sul), Francine Niyonsaba (Burundi), Margaret Wambui (Quênia), Dutee Chand (Índia), Pratima Gaonkar (Índia), Shanthi Soundarajan (Índia), Annet Negesa (Uganda), Christine Mboma (Namíbia), Beatrice Masilingi (Namíbia), Maximilia Imali (Quênia), Evangeline Makena (Quênia). Também se faz necessário destacar que todas as atletas listadas são praticantes de atletismo.

Além disso, ao propor que somente países desenvolvidos possuem a excelência e as ferramentas necessárias para o manejo da intersexualidade, especialistas ligados ao COI e às FI sinalizam que as atletas com variação intersexual originárias de países em desenvolvimento, na realidade, não foram diagnosticadas e “tratadas corretamente” ao longo da vida por consequência da crise econômica de seus países ou por falta de capacitação de especialistas no tema. Assim, as terapêuticas recomendadas a estas atletas recuperam uma espécie de aura curativa, onde a violência da inspeção e do encaixe forçoso do corpo nos parâmetros binários é retratada como regime de cuidado do corpo insalubre (KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018).

4.6.2 A audiência de Dutee Chand na Corte Arbitral do Esporte.

Passei quase metade da vida trabalhando duro para me destacar no atletismo e deixar meu país orgulhoso. Espero poder continuar a fazê-lo sem me sentir coagida a ter que me submeter a intervenção médica para participar como mulher (CHAND apud COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 9)

Em 2014, Dutee Chand, atleta olímpica indiana das provas de 100m e 200m e vencedora de inúmeras medalhas em Campeonatos Asiáticos, entrou com recurso na Corte Arbitral do Esporte (CAS) contra a implementação dos regulamentos da IAAF/World Athletics de 2011, por considerá-los discriminatórios e por acreditar que não havia provas suficientes sobre o papel da testosterona no desempenho esportivo. Como consta na ação movida:

Em particular, a Atleta desafia os Regulamentos sobre Hiperandrogenismo com base no fato de que: (a) eles discriminam ilegalmente atletas do sexo feminino e atletas que possuem uma característica física natural específica; (b) baseiam-se em suposições factuais falhas sobre a relação entre testosterona e desempenho atlético; (c) eles são desproporcionais a qualquer objetivo legítimo; e (d) constituem uma forma não autorizada de controle de dopagem. A IAAF rejeita cada um desses argumentos (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 2).

No documento resultante da sentença provisória, é descrito que Chand entrou no escopo das autoridades esportivas quando várias atletas, do Campeonato Nacional Inter-Estadual de Atletismo de 2014, questionaram sua aparência “masculinizada”.

Depois do evento, Chand recebeu uma convocação do Diretor da Federação de Atletismo da Índia (FAI), M.L. Dogra, e, neste encontro, foi informada sobre a necessidade de passar por uma avaliação antidoping de rotina. Chand foi encaminhada à clínica do presidente do Conselho Médico da FAI, Arun Mendiratta. Na consulta, o médico: “[...] disse a ela que a FAI estava criando um ‘perfil de alto desempenho’ para ela e, portanto, precisavam realizar um exame médico de rotina para verificar se ela tinha alguma doença.” (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 4, tradução nossa). Também no local, Chand foi informada de que deveria se submeter a uma ultrassonografia por falta de enfermeiras para realização de coleta sanguínea, manobra que a deixou bastante confusa conforme ela mesma alega no documento.

Em defesa, Mendiratta indicou que os exames foram requeridos porque a atleta afirmou sentir dores abdominais crônicas inexplicáveis. Em todo caso, este sintoma às vezes é relatado por pessoas com variação intersexual, porém:

Durante o depoimento oral, a Atleta repetiu que nunca havia reclamado de dores abdominais antes do exame ultrassonográfico. Ela disse que perguntou ao Dr. Mendiratta por que ela teve que fazer um exame de ultrassom e não um exame de sangue. Dr Mendiratta respondeu que era necessário um ultrassom para traçar um ‘perfil de alto desempenho’ da Atleta (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 109, tradução nossa).

Após a avaliação na clínica de Mendiratta, Chand foi direcionada a um centro de treinamento de responsabilidade da Autoridade Esportiva da Índia (AEI) em Bangalore, onde foi submetida a uma bateria de exames, incluindo: análises sanguíneas, testes clínicos ginecológicos, exames cromossômicos, além de ressonância magnética e ultrassonografia.

Figura 16 - Dutee Chand recebendo a medalha de bronze nos Jogos Asiáticos em 2017



Fonte: Wikimedia Commons (2018).

Menos de um mês após seu contato com o diretor da FAI, a atleta já havia passado por todos estes deslocamentos espaciais e procedimentos clínicos, os quais findaram em sua

exclusão do Campeonato Mundial Junior e a deixaram de fora da seleção indiana nos Jogos da Commonwealth. Em carta anexa à sentença, redigida pelo Secretário da FAI, C.K Valson, e direcionada à AEI, é possível constatar o que motivou as entidades esportivas indianas a acelerar o diagnóstico da atleta:

Como sabemos [...], no passado [...] tais casos de hiperandrogenismo feminino [sic] trouxeram constrangimento ao bom nome do esporte na Índia [...] Tendo em vista o que precede, [a AEI] poderá realizar um teste de verificação de gênero na Sra. Dutee Chand de acordo com o protocolo estabelecido, de modo a evitar qualquer constrangimento para a Índia na arena internacional numa fase posterior (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 4-5, tradução nossa).

Este mesmo funcionário da FAI foi quem enviou a carta abaixo à Chand comunicando sobre sua suspensão das competições:

Senhora, baseado em seus relatórios médicos recebidos da Autoridade Esportiva da Índia e numa cópia dos mesmos já entregues pessoalmente a você pela FAI, você está provisoriamente impedida de participar de qualquer Competição de atletismo com efeito imediato. Para se tornar elegível, você é aconselhada a seguir as diretrizes da IAAF em anexo (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 8, tradução nossa).

De imediato, percebe-se a falta de explicações sobre as razões que motivaram a suspensão da atleta; fato que também foi reportado por Chand durante a sentença. Todavia, outra coisa talvez cause maior espanto. De acordo com a atleta, o documento anexo tinha o seguinte título: *IAAF Regulations Governing Eligibility of Athletes Who Have Undergone Sex Reassignment to Compete in Women's Competition*³⁹, ou seja, as orientações enviadas à Chand, que é uma atleta com variação intersexual, eram voltadas a atletas trans.

Durante a audiência, testemunharam à favor da IAAF/World Athletics, figuras importantes do movimento olímpico; todas elas defenderam que a molécula de testosterona tem papel determinante no desempenho atlético. Ljungqvist, opinou que, como a testosterona é a principal reguladora do desempenho, atletas com CAIS (como é o caso de Erika Coimbra e Maria Jose Martinez-Patiño) poderiam ser aceitas na categoria feminina, enquanto aquelas com PAIS (caso de Edinanci Silva, Dutee Chand, Caster Semanya, etc.) teriam vantagem competitiva e, por isso, deveriam ser “acompanhadas” e “tratadas” de acordo com as recomendações vigentes.

³⁹ Regulamentos da IAAF que regem a elegibilidade de atletas que passaram por redesignação sexual para competir em competições femininas – em tradução literal.

No final do seu depoimento, perguntou-se ao Professor Ljungqvist se os Regulamentos sobre Hiperandrogenismo eram cientificamente sólidos. O professor Ljungqvist respondeu afirmativamente, mas reconheceu que houve ‘uma história de ignorância’ em relação aos seus antecessores. Apesar dessa história, o professor Ljungqvist estava confiante de que a testosterona é o ‘melhor parâmetro que temos’ para explicar as diferenças entre o desempenho atlético masculino e feminino (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 65-66, tradução nossa).

Bermon também foi convocado à audiência, onde afirmou que os regulamentos são justificáveis porque garantem proteção à categoria feminina. Em suas palavras, na ausência de regulamentações, os eventos - em especial os de média distância - poderiam ser completamente dominados por “[...] atletas femininas com hiperandrogenismo e atletas que se dopam.” (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 89, tradução nossa). Ao mesmo tempo em que insiste em aproximar atletas com variação intersexual de atletas que usam substâncias melhoradoras do desempenho, Bermon também parece assumir que as conquistas das mulheres com variação intersexual não derivam de seus esforços, mas do efeito da testosterona acima da média que tem o poder mágico de transportar a atleta ao lugar mais alto do pódio. “A este respeito, o Dr. Bermon considerou que a justiça exige que ‘o único determinante do sucesso seja o talento e a determinação individuais.’” (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 89, tradução nossa). Para terminar, ele sinaliza que, no futuro, o esporte de alto rendimento poderá ser organizado em categorias que considerem as vantagens genéticas das atletas.

Outras duas figuras extremamente relevantes e visíveis nas discussões mais atuais sobre elegibilidade trans e intersexo no esporte olímpico, também estiveram presentes na sentença apoiando à IAAF/World Athletics. Martínez-Patiño⁴⁰ defendeu, a partir de sua própria experiência de humilhação pública decorrente das regulamentações de elegibilidade, que os requisitos de confidencialidade e privacidade são falhos e precisam ser melhorados pelas instituições esportivas. Porém, como fica claro no documento, Martinez-Patino concorda com a continuação da investigação médica em alguns casos, mesmo após ter enfrentado o escrutínio das autoridades esportivas. Em seu ponto de vista, os níveis de testosterona garantem a equidade entre as categorias feminina e masculina e, “[...] o processo de investigação e testes médicos não causam impacto psicológico adverso na atleta. Em vez

⁴⁰ Atleta citada anteriormente neste trabalho, que hoje é especialista independente da Comissão Médica do COI e professora da Faculdade de Ciências da Educação e do Desporto da Universidade de Vigo.

disso, é o questionamento do estatuto de mulher que causa danos.” (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 95-96).

A médica, pesquisadora e corredora de longas distâncias Joanna Harper, conhecida por apoiar as políticas de inclusão de mulheres trans nos esportes de alto rendimento, também participou da audiência em prol da IAAF/World Athletics. Harper que, antes de seu processo de transição de gênero, atuou em provas de atletismo na categoria masculina por mais de 30 anos, defende em seus estudos que a terapia de supressão da testosterona provoca, dentre outras coisas, redução da hemoglobina a níveis similares aos encontrados em mulheres cisgêneras, além de diminuir a massa magra e a força muscular. Em sua concepção, este quadro teria efeito direto no desempenho atlético de mulheres trans, em particular em esportes de resistência (HARPER, et. al, 2021).

Harper usa sua própria experiência atlética para confirmar estes dados, dizendo que ficou mais lenta com apenas um mês de terapia hormonal, e reforça que a mudança foi mantida após a gonadectomia (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014). Apesar de acreditar que a testosterona não é o único fator que contribui para o desempenho esportivo, Harper argumenta que: “[...] a testosterona é ‘sem dúvida, o fator de diferenciação mais importante entre o desempenho atlético masculino e feminino’. Assim, o nível funcional de testosterona é o melhor critério para determinar a elegibilidade para competir no desporto feminino” (HARPER apud COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 97, tradução nossa). Justamente por isso, a médica considera que “[...] a melhor maneira de alcançar condições equitativas para as atletas é ‘exigir que todas as atletas femininas sejam hormonalmente semelhantes.’” (HARPER apud COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 97, tradução nossa).

Em carta enviada ao Secretário da FAI, Chand demonstra que uma de suas principais preocupações está relacionada a possíveis danos em sua qualidade de vida decorrentes do processo cirúrgico e/ou dos efeitos colaterais da medicação supressora de testosterona recomendada pela IAAF/World Athletics:

Se eu seguir as diretrizes da IAAF que você anexou, terei que passar por intervenção médica para reduzir meu nível de andrógenos produzidos naturalmente. Os especialistas dizem-me que a base desta política não é científica e que estas intervenções são invasivas, muitas vezes irreversíveis e prejudicarão a minha saúde agora e no futuro [...] Também compreendo que estas intervenções provavelmente diminuirão o meu nível de desempenho devido aos graves efeitos secundários e porque interferirão na forma como o meu corpo funcionou durante toda a minha vida (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 8, tradução nossa).

Annet Negesa, por exemplo, revelou que após o procedimento cirúrgico (gonadectomia) a equipe médica lhe garantiu retorno às competições em poucas semanas, porém, isto levou 7 anos para acontecer. Conforme apontado por artigo que defende o fim das intervenções cirúrgicas em crianças intersexuais, os processos realizados sem justificativa, primeiro, são irreversíveis e, segundo, podem causar infertilidade, perda da sensibilidade clitoriana, incontinência urinária, além de criar demanda por terapia hormonal pelo resto da vida (ELDERS; SATCHER; CARMONA, 2017). Na audiência, a IAAF/World Athletics usou o seguinte argumento para refutar os questionamentos de Chand:

[...] a Atleta está errada ao sugerir que a supressão cirúrgica ou farmacológica dos níveis de testosterona pode produzir efeitos colaterais médicos graves. Em muitos casos, o tratamento envolve uma simples pílula anticoncepcional, semelhante às tomadas por muitas mulheres em todo o mundo. A IAAF salienta que as condições de hiperandrogenismo criam riscos para a saúde potencialmente graves, o que torna o diagnóstico e o tratamento precoces muito importantes (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 73, tradução nossa).

Pesquisadoras/es conhecidas/os por discordar dos protocolos da IAAF/World Athletics e com trabalhos reconhecidos na área de gênero e esporte, se apresentaram na audiência em apoio à atleta. A norte-americana Katrina Karkazis, pesquisadora sênior em bioética na Universidade de Stanford, com doutorado em antropologia médica e cultural, foi uma delas. Karkazis se opõe aos regulamentos de hiperandrogenia, pois os reconhece como falhos, discriminatórios e geradores de profundos danos ao bem-estar geral das atletas. Resumidamente, a antropóloga acredita que os protocolos produzem estigma, tratam a testosterona endógena de forma diferente de outras variações fisiológicas, focam preconceituosamente em atletas do Sul Global e coagem as atletas a práticas cirúrgicas mesmo quando estas estão saudáveis. Quanto ao papel da testosterona no desempenho esportivo, ela relata em uma de suas produções que não há provas suficientes desta relação, concluindo que:

Pode parecer lógico inferir [...] que uma pessoa com mais testosterona terá maior vantagem atlética do que outra com menos testosterona, mas isto não é necessariamente assim. Os indivíduos têm respostas dramaticamente diferentes às mesmas quantidades de testosterona, e a testosterona é apenas um elemento em um complexo sistema de feedback neuroendócrino, que tem a mesma probabilidade de ser afetado e de afetar o desempenho atlético (KARKAZIS et.al, 2012, p. 9, tradução nossa).

Ainda em prol de Chand, a pesquisadora e ativista indiana Payoshni Mitra referiu-se aos regulamentos de elegibilidade como antiéticos, injustos, falhos e prejudiciais à saúde e à imagem das atletas. No documento, Mitra revela que na Índia, país de origem de Chand, as relações sociais são muitas vezes permeadas por intensa misoginia e violência contra as mulheres, enquanto a pureza sexual e a fertilidade são vangloriadas. Assim, a hiperexposição pública sofrida por Chand não só culminou na perda de sua privacidade como também poderia comprometer a própria segurança da atleta no país. (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014). A saber, existem casos de atletas que tiveram que abandonar seu país de origem após terem seus diagnósticos médicos revelados nas principais mídias, este foi o caso de Annet Negesa que deixou Uganda, estando radicada hoje em Berlim. Em Uganda, há leis extremamente restritivas à comunidade LGBTQIA+. Em março de 2023, foi aprovada pelo presidente Yoweri Museveni e pelo Parlamento, a pena de morte para soropositivos que forem flagrados em ato sexual com parceiros do mesmo sexo e até 20 anos de prisão para pessoas que decidirem “promover” a homossexualidade (REUTERS E AFP, 2023).

Outro apoiador de Chand foi Bruce Kidd, que é vice-presidente da Universidade de Toronto e ex-campeão de atletismo da Commonwealth. Kidd não esteve na audiência, mas enviou carta ao Diretor Geral da AEI expressando sua objeção aos protocolos de elegibilidade. Na carta, ele afirma que há pouco embasamento científico para validar o teste de hiperandrogenia e que estes, categoricamente, têm sido aplicados somente em atletas de países em desenvolvimento. Por fim, Kidd também revelou apreensão com os tratamentos propostos pela entidade (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014).

A decisão final dos representantes da CAS foi temporariamente favorável à Chand. Os regulamentos da IAAF/World Athletics foram congelados por dois anos e a atleta ficou liberada para competir em eventos nacionais e internacionais sem ter que se submeter a testes ou tratamentos. Na outra ponta, a FI ficou com a tarefa de encontrar provas mais concretas sobre o papel da testosterona na performance atlética (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014).

4.6.3 Chris Mosier e a produção de mais um documento em 2015.

Não foram apenas as atletas com variação intersexual que começaram a se sentir prejudicadas com as regulamentações impostas pelas autoridades esportivas. O Consenso de Estocolmo de 2003 que tratava da elegibilidade de atletas trans também se tornou alvo de

contestações, assim como o primeiro documento da IAAF/World Athletics voltado à mesma questão. Em 2011, a IAAF/World Athletics decidiu publicar um documento de elegibilidade exclusivo para atletas trans. Este se mostrou muito mais detalhado que o documento do COI.

Em resumo, as diretrizes da IAAF/World Athletics informavam que, primeiro, as atletas trans deveriam notificar sua identidade de gênero (comprovando-a juridicamente à IAAF/World Athletics) com pelo menos três meses de antecedência do início das competições. Em seguida, era obrigatório apresentar evidências da realização de procedimentos de redesignação sexual (se foram realizados antes ou após a puberdade) e de tratamentos hormonais (indicando o tipo, a duração e a dosagem). A entidade comunicava que todo o histórico médico levantado seria avaliado caso a caso, a princípio, pelo gerente médico interno e, depois, por especialistas externos e independentes. No mais, não foram estabelecidas medidas “ótimas” de testosterona sanguínea que pudessem qualificar as mulheres trans para a categoria feminina e, mais uma vez, não foram estipuladas regras para a participação de homens trans - a não ser o reconhecimento legal da identidade de gênero (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011b).

Chris Mosier, atleta de duatlo e primeira pessoa trans a entrar para a seleção dos Estados Unidos em 2015, se tornou um dos responsáveis por questionar as políticas do COI com relação à obrigatoriedade da cirurgia de redesignação sexual: “[...] eu sou um verdadeiro atleta que não está capacitado a competir? Por que vocês estão pedindo que eu modifique meu corpo de um jeito que eu não quero?” (OLYMPICS, 2018). A preocupação do atleta se baseava na possibilidade de ficar de fora dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro-2016 (caso conseguisse uma vaga), simplesmente por não ter se submetido aos processos cirúrgicos considerados indispensáveis no regulamento do COI. Em podcast, com o título de “O homem transgênero que mudou as Olimpíadas”, Mosier conta como teve que direcionar sua atenção e energia para recorrer em favor da retirada das cirurgias de transição de gênero dos protocolos olímpicos. O atleta precisou de auxílio de profissionais jurídicos para a elaboração de apelações à Federação Internacional de Triatlo e à União Nacional Americana de Triatlo, conseguindo alguma reverberação já em novembro de 2015 (BBC SPORT SOUND, 2016).

Reiterando o mesmo gesto histórico de quando tem um de seus regulamentos refutado, o COI produziu e lançou uma nova diretriz ainda em 2015 (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2015). Dessa vez, as questões ligadas a intersexualidade e a transexualidade foram combinadas em um único documento intitulado *IOC Consensus Meeting on Sex*

*Reassignment and Hyperandrogenism*⁴¹. Entre as autorias que formularam a diretriz aparecem nomes que estiveram na audiência de Chand, como Ljungqvist, Martínez-Patiño e Harper. A gama de especialistas que assessoraram essa produção aumentou de 7 para 20 em comparação ao Consenso de Estocolmo de 2003 e o campo de atuação em destaque foi, mais uma vez, o das ciências biológicas; a maioria dos profissionais atuava na área médica e era de países desenvolvidos. Nenhum dos especialistas que atuaram em prol de Chand na audiência da CAS foi convocado para dar parecer no Consenso. Conforme é discutido em Carta Aberta elaborada por Karkazis, Mitra e Kidd e dirigida a Thomas Bach⁴² e aos membros do COI:

Estiveram presentes 6 das 9 testemunhas que depuseram a favor dos regulamentos de hiperandrogenia da IAFF (Federação de Atletismo), bem como seus dois advogados externos, mas nenhum dos 10 membros da equipe de defesa de Dutee Chand que convenceram a CAS (Corte Arbitral do Esporte) a suspender aqueles regulamentos (KIDD, KARKAZIS, MITRA, 2016, p. 2, tradução nossa).

O conceito de identidade de gênero antes desconsiderado é apresentado no novo documento e a cirurgia de redesignação sexual para atletas trans é retirada da lista de obrigadoriedades. Concretamente, os valores sanguíneos de testosterona se transformaram no parâmetro isolado de controle da inclusão/exclusão de atletas trans, onde somente mulheres trans com nível sérico total de testosterona abaixo de 10 nmol/L (estáveis nos últimos 12 meses) se tornariam elegíveis às competições. Contudo, tal preconização só foi estabelecida para a categoria feminina. Homens trans, por exemplo, foram liberados para competir na categoria masculina sem restrições (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2015).

Este delineamento pode ser resultado de algumas percepções sobre a participação de homens trans nos esportes de alto rendimento. Se por um lado as mulheres trans têm sido reconhecidas, pelas autoridades olímpicas, como tendo uma aptidão física superior em relação às mulheres cisgêneras, as mesmas autoridades entendem que os homens trans são despossuídos de capacidade atlética extraordinária, porque não experimentaram os efeitos da testosterona desde a gestação. Outra aposta é de que a categoria masculina não é acometida pela mesma apreensão que a feminina. Ou seja, a categoria masculina não lida com o imaginário de uma invasão indesejada, porque para a ciência tradicional binária, todos os homens (cisgêneros e heterossexuais) já seriam athleticamente competentes e superiores no comparativo com qualquer outro ser humano pela “ordem natural”. Dessa forma, fica

⁴¹ Reunião de Consenso do COI sobre Redesignação Sexual e Hiperandrogenia - em tradução literal.

⁴² Atual presidente do COI.

subentendido que não existiria a possibilidade real de alguém que não foi designado menino no nascimento produzir uma performance atlética excepcional. Tal afirmativa pode ser visualizada no discurso de Bermon durante a audiência de Chand:

Quando questionado por que os homens não são testados para níveis elevados de testosterona, o Dr. Bermon deu duas razões. Primeiro, existem duas categorias, uma para homens e uma para mulheres, e não três: masculino, feminino e ‘supermasculino’ (ou seja, uma categoria separada para homens com desempenho atlético anormalmente elevado) (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2014, p. 61, tradução nossa).

No que diz respeito às regras de elegibilidade para atletas com hiperandrogenia, a diretriz destacou que os regulamentos estavam suspensos seguindo o acordo feito na ação judicial movida por Chand e frisou que o COI, em parceria com as FI e os CON, iria recorrer a CAS para o restabelecimento das regras. O documento termina com o seguinte parágrafo: “Para evitar discriminação, se não for elegível para competições femininas, a atleta deverá ser elegível para competir em competições masculinas.” (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2015, p. 3). Karkazis, Mitra e Kidd (2016, p. 3, tradução nossa) concordam que tal posicionamento é: “[...] um insensível e prejudicial ataque às mulheres com hiperandrogenia, muitas das quais já são estigmatizadas e têm o seu gênero questionado publicamente”.

De qualquer forma, sob o regimento de 2015, a atleta neozelandesa do levantamento de peso Laurel Hubbard, conseguiu se tornar a primeira pessoa trans a participar dos Jogos Olímpicos, competindo na categoria 87kg na edição olímpica de Tóquio-2020. Ela ficou com a oitava colocação.

4.6.4 Caster Semenya e os Direitos Humanos.

O congelamento das regulamentações de elegibilidade conquistado através do recurso de Chand abriu espaço para que atletas com variação intersexual pudessem participar das competições “sem” a vigília das entidades esportivas. Posiciono o *sem* entre parênteses porque, ao mesmo tempo em que as autoridades esportivas não coagiram as atletas aos testes de verificação de gênero neste período, algumas figuras estratégicas do esporte de alto rendimento continuaram publicamente a colocar em dúvida os resultados das atletas. Este foi o caso do inglês Sebastian Coe, atual presidente da IAAF/World Athletics, que poucos dias antes da edição olímpica do Rio de Janeiro em 2016, fez o seguinte comentário: “Ficamos

surpresos com a decisão da CAS, e acho que o COI também [...] Estamos analisando esta questão novamente e conversaremos com a CAS em algum momento durante o próximo ano.” (GUARDIAN SPORT, 2016). Em conjunto a isso,

Como se estivesse determinado a manter um véu de suspeita sobre essas atletas, Coe posteriormente fez pronunciamentos semelhantes durante o Campeonato Asiático de Atletismo de 2017, realizado na cidade natal de Chand, Bhubaneswar, na Índia, e o Campeonato Mundial de Atletismo de 2017, realizado em Londres (KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018, p. 3, tradução nossa).

Neste intervalo, Chand correu os 100m nos Jogos Olímpicos de 2016, sendo desqualificada ainda nas eliminatórias. Outras três atletas com variação intersexual conseguiram participar da mesma edição olímpica na prova dos 800m. Foram elas, a sul-africana Caster Semenya que conquistou o ouro, Francine Niyonsaba de Burundi ficou com a segunda colocação, enquanto a queniana Margaret Wambui obteve a medalha de bronze. A presença destas atletas no pódio novamente causou furor e incômodo nos representantes do movimento olímpico e em algumas atletas que participaram da prova. A polonesa Joanna Jozwik, quinta colocada, disse: “Estou feliz por ser a primeira europeia, a segunda branca.” (JOZWIK apud KARKAZIS E JORDAN-YOUNG, 2018, p. 4, tradução nossa).

Consoante ao que havia sido combinado na audiência de Chand, em 2018, a IAAF/World Athletics apresentou novas diretrizes em resposta à ação da atleta. Já na abertura do documento, o órgão esportivo internacional parece deduzir que determinadas atletas com variação sexual seriam imediatamente beneficiadas por suas características. É destacado que: “[...] o sucesso seja determinado pelo talento, dedicação, trabalho árduo e outros valores e características que o esporte encarna e celebra.” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2018, p. 1, tradução nossa). Dessa maneira, a noção de competição justa e equitativa é enfatizada como o fator resultante da necessidade de elaboração e aplicação do regimento. Também é perceptível a maneira como a organização altera sua narrativa para uma versão mais próxima da que vem sendo sustentada por acadêmicas/os feministas e queers, militantes, profissionais especializados/as em Direitos Humanos, etc: “[...] sistemas legais nacionais agora reconhecem outros sexos além de simplesmente homens e mulheres (por exemplo, ‘intersexo’, ‘x’, ou ‘outros’) [...] A IAAF respeita a dignidade de todos os indivíduos” (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2018, p. 1, tradução nossa).

Novamente, a justificativa usada para validar o escrutínio e a exclusão das atletas do cenário esportivo internacional é o nível sanguíneo de testosterona; na época, a medida de corte estipulada foi de 5nmol/L. Para explicar como chegou a tal valor, a entidade destaca que seguiu parâmetros amplamente aceitos pela comunidade médica e científica. Nas últimas páginas do documento, são apresentadas dezenas de referências teóricas nas quais a IAAF/World Athletics afirma ter baseado sua compreensão de que a testosterona causa melhora da performance. Pelo menos quatro destes artigos têm a autoria de Stephane Bermon - já apresentado aqui como Diretor do Departamento de Ciência e Saúde da IAAF e membro da Comissão Médica e Antidoping da mesma entidade.

Todavia, a principal alteração técnica consumada na diretriz é a especificidade diagnóstica das atletas e a restrição dos eventos dos quais elas poderiam participar. Resumindo, o quadro de especialistas entendeu que apenas algumas atletas possuem vantagem atlética (em especial as que apresentam alguma sensibilidade à ação dos andrógenos) e somente em determinadas provas - a saber, nos 400m, 400m com barreiras, 800m, 1500m e nas provas de uma milha.

Figura 17 - Final da prova dos 800m na edição olímpica Rio-2016



Fonte: TransGriot (2016).

A entidade ainda oferece algumas condições caso as atletas tenham interesse em permanecer nas disputas internacionais. A primeira delas é o reconhecimento legal como mulher, como intersexo ou equivalente (a entidade não dá pistas do que entende como “equivalente”). O segundo critério é a redução dos níveis sanguíneos de testosterona - através da administração de anticoncepcionais - para menos de 5nmol/L, valor que deverá ser mantido por pelo menos 6 meses e por todo o tempo em que a atleta desejar se manter elegível na categoria feminina. O regulamento também salienta que cirurgias que promovam alterações anatômicas não serão solicitadas em hipótese alguma e que as atletas que se recusarem a passar pela terapia hormonal sugerida, serão automaticamente excluídas das competições. Para finalizar, é indicado que, de toda forma, as atletas podem participar de provas que não estão no intervalo entre os 400m e uma milha, bem como dos eventos combinados (heptatlo) e em todas as provas da categoria masculina sem restrições (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2018).

Sob estes critérios, atletas como Semenya, Wambui e Niyonsaba não conseguiriam participar das competições tanto por seus diagnósticos clínicos quanto pelas provas que atuam, enquanto Chand continuava elegível por estar fora do hiato 400m - 1 milha. Insatisfeita com os regulamentos, Semenya, em parceria com a *Athletics South Africa* (ASA), abriu uma ação na CAS em junho de 2018, ou seja, antes das novas regras entrarem em vigor em novembro do mesmo ano. No parecer da audiência, os requerentes afirmaram, dentre outras coisas, que as diretrizes da IAAF/World Athletics são discriminatórias e desproporcionais, porque se baseiam em fenótipos pontuais e são aplicáveis somente à categoria feminina. Ainda foi destacado que os regulamentos são arbitrários, pois carecem de embasamento científico sólido.

Semenya e a ASA abordaram uma questão que transpassa constantemente as principais políticas contemporâneas em prol das pessoas com variação intersexual. Para as/os envolvidas/os, há discriminação quando a entidade esportiva usa os termos “intersexo” ou “sexo desportivo masculino” para classificar as atletas (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018). Isto indica que o grupo vem construindo seus argumentos com base na perspectiva identitária que sustenta o modelo binário e reconhece a categoria “mulheres” como um dado universal. No caso, Semenya e seus apoiadores, não adotam uma política identitária mais ligada ao “orgulho LGBTQIA+”, nem uma teoria de dessidentificação que coloca em crise a ideia do dimorfismo sexual. Exemplificando, Caster foi inserida nas relações sociais da aldeia de Limpopo (local onde nasceu e cresceu) na categoria “mulheres”

e, sendo assim, se identifica dentro dos signos que lhe foram oferecidos, como deixa claro em entrevista ao *The Guardian* de 2023:

‘Esses [intersexo e DSD] são os próprios termos [da mídia]. Sou africana, sou mulher, sou uma mulher diferente. Esse é o único termo que posso usar’. Outros rótulos parecem, para ela, uma ideia europeia para categorizar facilmente as pessoas. ‘Este é intersexo, este é isto, este é aquilo. Essa é a crença deles – não é a minha crença. Se eu tenho um ‘distúrbio’, não dou a mínima para isso. O transtorno não me define como mulher. Os distúrbios não fazem de você menos mulher – você é apenas diferente’ (MOKOENA, 2023).

Com esta declaração, Caster acaba escancarando que as noções de ambiguidade sexual e os tratamentos de adequação ao modelo binário são produções estritamente ocidentais que pretendem ser distribuídas globalmente como universais, corretas e necessárias. O conceito de “mulher” pode variar significativamente conforme a localização geográfica. Lembrando que, a organização social que distingue e separa a população em grupos de “mulheres” e “homens” a partir da genitália é uma construção do Ocidente; que, contudo, pode ser experimentada em outras partes do mundo enquanto herança dos processos de colonização (OYĚWÙMÍ, 2021).

Semenya reiterou algumas vezes durante a audiência, como o tratamento supressor de testosterona oferecido pela IAAF/World Athletics (seguido por ela de 2009 a 2015) afetou sua saúde de modo geral. Dentre os efeitos da medicação, a atleta destaca: náuseas, ganho de peso, redução do foco, bem como calor e suor noturno. A atleta também declarou que, em momento algum, foi informada sobre como os anticoncepcionais poderiam atuar em seu organismo, nem dos riscos adversos, como: trombose venosa, diminuição da densidade mineral óssea, ganho de peso significativo, hipotensão, disfunção renal, doenças cardiovasculares, esterilidade, etc. Semenya também afirma que considerou os exames aos quais foi submetida, coercitivos, objetificantes e humilhantes, citando como exemplo as investigações ginecológicas genitais. (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018). Por tudo isso: “Ela sentiu que a IAAF a usou como ‘rato de laboratório’ ou ‘cobaia’ ao ‘experimentar’ como a medicação afetaria seus níveis de testosterona” (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018, p. 21, tradução nossa). Ainda em suas palavras, durante o tratamento medicamentoso:

‘Houve dias em que vivi no escuro. Dias em que não queria acordar [...] Essas são as coisas que as pessoas não entendem quando a World Athletics diz: ‘Tome este medicamento.’ Fodam-se eles. Esses filhos da puta devem tomar a medicação eles mesmos e depois nos contar como se sentem. Ela

nomeia o presidente da IAAF/World Athletics, Sebastian Coe, a quem ela chama de ‘esse idiota’, e o diretor do departamento de saúde e ciência da organização, Dr. Stéphane Bermon. ‘Eles vão dizer: ‘Ah, esses medicamentos foram bem supervisionados’. Foda-se – eles não sabem nada sobre isso’ (MOKOENA, 2023).

Algumas medidas da IAAF/World Athletics foram classificadas pelos requerentes da ação como violação dos direitos humanos. Na Declaração de Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas desde 1948, é possível perceber como certas garantias listadas ali estão longe de serem contempladas pelas atletas, no caso é possível destacar: o direito à dignidade, à segurança pessoal, à escolha do livre emprego, à privacidade, como também o direito ao não ataque da honra e da reputação (UNICEF, [20--]). De acordo com Caster, após a exposição pública de seus exames, por intermédio de diversos oficiais da IAAF/World Athletics, seu corpo se tornou alvo não só de frequente especulação nos meios de comunicação, mas também das adversárias e do público geral.

Numa dos trechos do documento, a honestidade da atleta é colocada em xeque pelos representantes da FI, primeiro, quando suspeitaram que Caster havia parado de tomar a medicação no transcurso do tratamento e, depois, quando foi sugerido (por Bermon) que ela fazia “firula” e nem sempre corria buscando atingir sua capacidade máxima. Em defesa, Caster:

[...] explicou que a corrida de 800m é uma prova tática e que foi treinada para moderar o ritmo durante a primeira volta da corrida para avaliar o ritmo das demais atletas e determinar o melhor ponto para aumentar o ritmo e se separar do grupo. Ela também explicou por que evitou correr na pista interna, citando a necessidade de evitar ficar encurralada, o que pode inibir frenagens e ultrapassagens (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018, p. 21, tradução nossa).

Mesmo diante de todas estas declarações, a CAS deu vitória à IAAF/World Athletics e concluiu que os regulamentos de elegibilidade de 2018:

[...] são discriminatórios, mas que, segundo as provas atualmente apresentadas ao Painel [relatando as vantagens atléticas proporcionadas pela testosterona], tal discriminação é um meio necessário, razoável e proporcional de alcançar o objetivo do que é descrito como a integridade das mulheres no atletismo e, uma maneira de defender a ‘classe protegida’ de atletas femininas em determinadas provas (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018, p. 172, tradução nossa).

As três medalhistas da prova dos 800m na edição olímpica Rio-2016 - Caster, Niyonsaba e Wambui - se recusaram a seguir o protocolo de tratamento hormonal. Determinadas a disputar os Jogos Olímpicos de Tóquio-2020, Caster e Niyonsaba decidiram se inscrever em modalidades fora do circuito 400m-1milha. Caster tentou uma vaga sem sucesso na prova dos 5.000m. Niyonsaba participou daquela edição olímpica nos 5.000m (sendo desqualificada antes das finais por uma infração de pista) e nos 10.000m (ficando com a quinta colocação). Já Christine Mboma da Namíbia, que havia sido excluída da prova dos 400m (sua especialidade) por apresentar níveis de testosterona acima da média, ficou com a medalha de prata nos 200m, em Tóquio-2020.

4.6.5 As diretrizes de 2019 da IAAF/World Athletics e o último regimento do COI em 2021.

As justificativas para a implementação de regulamentos que controlam, em particular, a entrada de mulheres trans na categoria feminina, são bastante próximas das encontradas nas diretrizes para mulheres com variação intersexual. Os documentos sempre começam apresentando os modelos cisgêneros binários como a realidade “natural”, enquanto tentam deixar claro que a segregação esportiva é necessária à manutenção da concorrência justa, bem como óbvia em decorrência dos altos níveis de testosterona sanguíneos experimentados pelos homens (cisgêneros) durante a puberdade (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2011; INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2018; WORLD ATHLETICS, 2019). Contudo, uma demanda por segurança só começa a ser citada de forma constante no documento específico para atletas trans de 2019; fato que parece, de certa forma, contribuir com a noção de que existe periculosidade em disputas que envolvam atletas trans versus cisgêneras (WORLD ATHLETICS, 2019).

Outras mudanças relevantes podem ser vistas no documento de 2019: 1) a comprovação da identidade de gênero antes feita de forma jurídica é trocada por uma declaração escrita e assinada pela/o própria atleta, 2) é estabelecida uma medida de corte para a testosterona de mulheres trans de 5nmol/L, que deve ser mantida por um período de 12 meses antes da primeira competição e 3) contraditoriamente, enquanto a entidade esportiva sublinha que nenhum/a atleta será coagido/a, a passar por avaliações ou tratamentos médicos, também alega que as atletas precisam apresentar limites fixos de testosterona para conquistar a elegibilidade. Ou seja, aparentemente os responsáveis pela elaboração do documento

entendem que as coletas sanguíneas e/ou urinárias para avaliar os níveis andrógenos não se configuram como testes de gênero. Karkazis e Jordan-Young (2018) discordam totalmente desta visão, pois acreditam que um regulamento que investiga as quantidades de testosterona sanguínea ainda é um teste de gênero, que tem por intuito continuar policiando as linhas binárias do esporte. A IAAF/World Athletics, pelo contrário, parece considerar que a conferência dos níveis de testosterona, já é um procedimento intrínseco e natural na vida de pessoas trans:

Para indivíduos transexuais que procuram intervenção médica, a estratégia de tratamento mais eficaz é geralmente mudar a aparência do indivíduo para alinhá-la com a identidade de gênero. A base do tratamento médico é a terapia hormonal. Muitos indivíduos transexuais também procurarão intervenções cirúrgicas que afirmem o gênero, com escolhas influenciadas (entre outras coisas) pelo acesso aos cuidados, aspectos técnicos das cirurgias específicas e elementos pessoais que devem ser personalizados para o paciente específico (WORLD ATHLETICS, 2019, p. 12, tradução nossa).

Por fim, em 2021, o COI lançou mais um documento para tratar das questões trans e intersexo no esporte olímpico. Tendo em vista o histórico de ações abusivas anteriores da organização, este último regimento lembra mais uma lista de recomendações sobre coisas que não devem ser feitas. Pela primeira vez, não são oferecidas diretrizes rígidas com marcadores biológicos a serem investigados. O texto parece mais alinhado à linguagem contemporânea de agentes e órgãos em prol da comunidade LGBTQIA+. Neste sentido, a proposta do documento gira em torno do direito à privacidade (lembrando que atletas como Chand e Caster sustentaram em suas ações jurídicas que a perda da privacidade foi um dos principais abusos cometidos pelas autoridades esportivas) e da promoção de ações (apesar de não citar quais) que previnam a discriminação e o assédio. Diferentemente dos documentos anteriores, este não mais revela os nomes das fontes consultadas, mas apenas cita que houve a assessoria de atletas, federações e especialistas em direitos humanos, jurídicos e médicos (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2021).

Entretanto, o COI continua apostando na “evidência” de que toda mulher trans tem uma garantia de melhor performance no comparativo com suas adversárias cisgêneras. Assim, enquanto é desenvolvido um tópico para discutir como a presunção de vantagem é um julgamento discriminatório que deve ser rechaçado, paradoxalmente, é recuperada a noção de que a competição precisa ser equilibrada para que não ocorra nenhuma injustiça; isto conserva a impressão de que mulheres trans e aquelas com variação intersexual possuem vantagem desde o início. Em determinado momento, é defendido que a credibilidade das competições

depende: “[...] de condições equitativas, onde nenhuma atleta tenha uma vantagem injusta e desproporcional sobre as demais.” (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2021, p. 1, tradução nossa). Como efeito, não tarda a aparecer a possibilidade de investigação da performance e da capacidade física das atletas, mas não se especifica como isto irá proceder.

Em meio às recomendações, o COI impõe às FI e outras organizações esportivas, a responsabilidade de criar e implementar diretrizes únicas, construídas com base nas especificidades de cada modalidade. Desde então, ficou a cargo destas entidades a tarefa de produzir protocolos e condutas voltadas à elegibilidade de atletas trans e com variação intersexual que poderão ser desenhadas a partir das capacidades e habilidades físicas mais exigidas em cada modalidade (INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2021). Desta forma, por exemplo, se nas artes marciais entende-se que a força é uma das capacidades físicas mais requisitadas, as entidades esportivas provavelmente vão construir seus regulamentos usando esta informação.

Desde o lançamento deste documento, os oficiais esportivos estreitassem e tornassem ainda mais complexa a entrada de atletas trans e intersexo nos circuitos competitivos. A distribuição de tal tarefa também abriu caminhos para que as FI de maior poder aquisitivo tomassem a frente das decisões e servissem de exemplo às Federações menores.

Uma das primeiras FI a apertar o cerco e apresentar novas medidas de controle para mulheres trans, em 2022, foi a União Ciclística Internacional (UCI), que restringiu os níveis de testosterona para um patamar menor que 2.5nmol/L nos 24 meses que antecedem a primeira competição. Esta foi seguida pela FINA, que no mesmo ano decidiu aceitar apenas mulheres trans que tivessem se submetido ao bloqueio da testosterona antes dos 12 anos.

Nesta partilha de trabalho, também ficou visível que a IAAF/World Athletics seria uma das FI com mais chances de determinar o rumo das discussões e das produções sobre o tema. Assim, em 2023, foram oficialmente apresentados pela entidade dois novos regulamentos relacionados à elegibilidade de atletas com variação intersexual e trans. Vários argumentos e conclusões presentes nos documentos anteriores foram mantidos, porém, a mudança mais significativa para as mulheres com variação intersexual foi a exigência da redução das concentrações de testosterona sanguínea pela metade: de 5 para 2.5nmol/L estáveis por 24 meses (a diretriz anterior preconizava 12 meses). De forma ainda mais drástica, a entidade declarou que as mulheres trans que não passaram por tratamento bloqueador da testosterona durante a puberdade ficariam proibidas de competir, enquanto aquelas que conseguiram manter continuamente seus níveis de testosterona sérica em 2.5nmol/L desde a puberdade, estariam aptas a competir na categoria feminina.

Para completar, em 2023, a Federação Internacional de Xadrez, proibiu a participação de mulheres trans nas categorias femininas pelos próximos dois anos ou até nova ordem. Dessa forma, a FI conseguiu ressuscitar um argumento muito usado em séculos anteriores, mas que pareceria ultrapassado e altamente refutado para nossos tempos: que as mulheres, de modo geral, são intelectualmente inferiores em relação aos homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ATLETAS SOB A NORMA DE UMA TEORIA EM VERTIGEM.

Fazendo uma analogia, a categoria feminina olímpica lembra um grande estômago profundamente ácido e regurgitante ou, parafraseando Stuart Hall, fazer parte de tal categoria é como habitar a “barriga da besta”. Quero dizer com isso, que para muitas atletas este se tornará um espaço de grande desconforto e humilhação, não só pela expectativa de produção de um espetáculo de altíssima qualidade, que cobra de toda/o atleta um tipo de eficiência “máxima” nos moldes capitalistas, mas também pelas circunstâncias criadas pelas normas de gênero que exigem das atletas a reprodução de comportamentos específicos associados à determinada aparência e organização biológica.

Olhando para o processo histórico de construção e estabilização do esporte moderno, fica claro que tal atividade foi desenhada para um grupo bastante particular. Vale repetir que nos primórdios, a proposta olímpica: “contemplava apenas e tão somente [os homens] descendentes da aristocracia europeia e norte-americana, com patrimônio suficiente para que não necessitasse se envolver com atividades produtivas” (RUBIO, 2010, p. 58). De fato, os Jogos Olímpicos da Era Moderna nascem operando num formato de exclusão dissimulada, em que, efetivamente, só um grupo detém o conjunto de características apropriadas, e, justamente por isso, só estes conseguem ser reconhecidos como “originais”, “autênticos”, “verdadeiros” e, portanto, naturalmente “pertencentes” ao ambiente esportivo.

Entretanto, este corpo inteligível para o esporte olímpico não depende somente da marcação masculina no nascimento, mas deve vir acompanhado do fenótipo ocidental e pertencer a uma classe social privilegiada que mantém a heterossexualidade como modelo organizador de seu desejo. Em outras palavras, o comumente referido “homem branco, rico, europeu, cisgênero e heterossexual” é quem consegue garantir ocupação e pertencimento nas mais variadas modalidades esportivas (em especial, se elas forem rotuladas como masculinas), sem qualquer estranhamento ou retaliação.

Dessa maneira, entendo que diferentes grupos de atletas foram e continuam sendo prejudicados na trajetória da história olímpica. Por isso, considero problemático afirmar que somente a categoria feminina enfrenta percalços consequentes de uma dominação masculina. Isto significa que tentei não perder de vista ao longo desta pesquisa, a perspectiva que trabalha com alguns entrelaçamentos interseccionais, como: gênero, “raça” e classe, e que, ao final, entendo que o grupo dominante também opera retirando melhores condições dos integrantes “indesejados” da própria categoria masculina - a saber: homens trans, gays,

negros, pobres, etc. Apesar de não ser o foco de minha pesquisa, acredito ser importante destacar que a categoria masculina não está protegida de determinadas discriminações, violências e abusos de poder. Conforme discutido por Ferreira Junior e Rubio (2019), no que concerne a “raça”, por exemplo, muitos atletas (independente da identidade de gênero) podem experimentar processos de exclusão deliberada, integração subordinada, humilhação pública, além de discriminações repaginadas.

De toda forma, é fato que a categoria feminina funciona até hoje como uma subclasse quando comparada à masculina e que ela só conseguiu se estruturar por meio de disputas acirradas. Porém, ao ser concebida e controlada majoritariamente por lideranças ocidentais, a categoria feminina foi ganhando traços específicos ligados à noção cultural de “mulher” que tais agentes experimentavam nas relações sociais de seus países. Por décadas a fio, oficiais do COI e das FI que ocupam as cadeiras da comissão médica e executiva, são quase sempre oriundos de países economicamente privilegiados do Norte Global. Isto indica que as políticas de verificação de gênero aplicadas somente à categoria feminina, foram e continuam sendo assistidas por um grupo seletivo de especialistas estrategicamente localizados (também composto na atualidade, de forma minoritária, por mulheres cisgêneras, representantes da comunidade LGBTQIA+ e de outros países).

Não quero dizer com isso que as teorias e práticas construídas nos chamados países desenvolvidos são todas problemáticas, mas que se trata de uma produção específica que está longe de ser neutra e, mais importante, que se quer universalizar mesmo quando não faz qualquer sentido em outro ponto geográfico. Entendo que, “Sem atenção ao domínio material global do Ocidente, não pode haver uma compreensão ajustada para sua hegemonia contínua nas ideias e nas produções de conhecimento.” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 18). Portanto, deixar tais fabricações como neutras ajudaria a mascarar os interesses e valores particulares que as acompanham.

A maioria das abordagens utilizadas pelas autoridades olímpicas têm traços da ciência do dimorfismo sexual que começou a tomar corpo no século XVIII e se alastrou pelos séculos seguintes. Como abordei ao longo deste trabalho, tal ciência muitas vezes utilizou métodos e ferramentas de caráter colonial e eugenista, com o objetivo de sustentar hierarquias e controlar as populações subalternas e “abomináveis”.

Conforme retomado por Laqueur (2001) e Rohden (2001), no caso das mulheres cisgêneras, este projeto se desenvolveu quando as posições sociais de gênero passaram a ser questionadas durante a revolução burguesa na Europa. Para dar conta da crise, o conhecimento científico eurocentrado da época se voltou para o corpo com o intuito de

demonstrar como as diferenças encontradas em determinadas estruturas explicavam a desigualdade nas relações sociais. Ou seja, a ciência da época tentou explicar que tais mulheres ocupavam posições subordinadas, porque eram naturalmente menos capazes (fisicamente e intelectualmente) que os homens em decorrência de estruturas corpóreas menos desenvolvidas. Em suma, a partir do século XVIII não bastou mais se tornar uma “mulher socialmente original”, mas o corpo precisou ser analisado pelas ciências biológicas para provar que ali estava uma “mulher verdadeiramente biológica”. Daí em diante, esta perspectiva de apontar no corpo toda a causa da desigualdade, determinou o rumo de muitos trabalhos e garantiu que as sociedades europeias continuassem se organizando de forma binária e fundamentalmente hierárquica através de uma bio-lógica.

Entretanto, a bio-lógica enquanto modelo organizador que distribui funções sociais com base nas características corporais - com destaque para as genitálias - é uma produção eurocentrada que não era encontrada em determinados locais do mundo antes da invasão colonial. Isto indica que a redução de uma determinada população em categorias com sujeitos binários que têm vidas sociais diferentes em razão de genitálias, cromossomos, órgãos reprodutivos e hormônios diferenciados é uma produção da mentalidade ocidental. Dessa forma, homens e mulheres “verdadeiros” só são encontrados sob a lente da ciência moderna que exigiu uma conformidade biológica (desde o nascimento), em comunhão com um significado local, específico e datado.

Contudo, tal teorização não se estacionou em sua origem, mas, pelo contrário, se alastrou como uma verdade última por grande parte do globo a partir das invasões territoriais, causando uma: “[...] repressão sistemática [...] de crenças, ideias, imagens, símbolos [...] modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas” (QUIJANO, 1992, p. 12) que não interessavam à dominação global.

Quero dizer com isto que as noções de feminilidade e de “biologia verdadeira” são versões importadas geradas no desenrolar da ciência moderna que foram distribuídas mundialmente na esteira da colonização. Para implantar as técnicas “supremas” e “corretas” da sociedade ocidental, foi preciso desvalorizar e descartar violentamente as produções artísticas, culturais, científicas, etc, das sociedades *outras*, mas, vale ressaltar que a introjeção dos novos modelos também se deu por meio de uma persuasão lustrosa, onde “[...] a cultura europeia também se tornou uma sedução: ela deu acesso ao poder. Afinal, além da repressão, o principal instrumento de todo poder é a sua sedução.” (QUIJANO, 1992, p.12-13, tradução nossa). No final, aconteceu que: “Não só a alteridade radical [foi] expulsa para sempre do âmbito de possibilidades, mas todas as culturas e sociedades do mundo [foram] reduzidas a

ser a manifestação da história e da cultura europeia.” (ESCOBAR, 2003, p. 57, tradução nossa).

No campo da biologia determinista, o nivelamento dos corpos em dois grupos distintos resultou na aniquilação da variabilidade biológica. De modo simples, apesar dos corpos serem únicos e terem morfologias e respostas fisiológicas únicas, a ciência do dimorfismo sexual os cimentou num quadro estático representado por estereótipos. Mas não só isso, conforme busquei discutir em alguns capítulos, a ciência da divisão sexual também permitiu que os corpos “inadequados” à proposta binária fossem corrigidos pelas técnicas médicas e pela farmacologia. A morte da variabilidade biológica pode ser assistida nas mesas de cirurgia e nas caixas de comprimido.

Para alimentar as ficções binárias, os agentes da ciência do dimorfismo sexual criaram técnicas para que o corpo de pessoas trans ou daquelas com variação intersexual, pudesse ser recortado como um quebra-cabeça, de modo que as peças fossem reposicionadas para reafirmar o status de normalidade. Como descreve Preciado (2014, p. 129):

Enquanto lugares de renegociação, as operações de mudança de sexo parecem resolver os ‘problemas’(as ‘discordâncias’ entre sexo, gênero e orientação sexual...) Mas, de fato, transformam-se nos cenários visíveis do trabalho da tecnologia heterossexual; evidenciam a construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos.

As ciências do esporte enquanto um ramo das ciências biológicas parecem ter aderido a este regime sexual binário, que é nutrido pela ideologia do determinismo biológico. Já as entidades esportivas olímpicas, seguem, controversamente, reiterando que são descentralizadas, apartidárias, aculturais e seguidoras apenas de seus valores internos (como se estes já não partissem de um lugar marcado). É este tipo de discurso que dá poderes reais a qualquer instituição que pretenda se colocar como neutra, porque oferece um rótulo místico e supra-humano que apaga as forças políticas, econômicas e sociais tão presentes em cenários onde há tensão e disputa.

Isto causa a impressão de que o COI e as FI têm o poder de se autogerir sem a presença de pessoas ou, melhor dizendo, que são geridos por divindades. Em decorrência disso, as/os agentes das entidades esportivas ficam liberados a atuar num campo “divino”, de tal maneira que suas ações são entendidas sempre como acertadas, melhores e de aplicação geral. Esta manobra pode ser conferida em um dos documentos da IAAF/World Athletics sobre elegibilidade para mulheres com variação intersexual:

Este Regulamento opera globalmente, regulamentando as condições de participação em Eventos Restritos em Competições Internacionais. Como tal, os Regulamentos devem ser interpretados e aplicados não por referência às leis nacionais ou locais, mas sim como um texto independente e autônomo (INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS, 2018, p. 2).

Em várias passagens deste trabalho - em especial nos capítulos que tratam dos regimentos de elegibilidade - fica visível que as/os especialistas internos às organizações esportivas (ou mesmos os consultores externos que apoiam as ideias da instituição), continuam assumindo integralmente seus pontos de vista, mesmo quando atletas e inúmeros profissionais colocam tais teorias à prova ou as classificam como discriminatórias, humilhantes e desnecessárias. Vale lembrar que assim o foi com os testes cromossômicos por mais de 20 anos.

Karkazis e Jordan-Young (2018, p. 8) acreditam que as organizações esportivas seguem a linha do cientificismo quando impõe regulamentos e os tomam como inquestionáveis. Elas explicam que:

Como [a testosterona] é codificada como natural e no domínio da biologia, [a narrativa sobre ela] serve fundamentalmente ao cientificismo, que eleva os valores científicos, as evidências e a autoridade acima de todo o resto, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, evita a necessidade de evidências. O cientificismo equipara o conhecimento científico ao próprio conhecimento, valorizando especialmente as ciências naturais.

O domínio das ciências biológicas para lidar com as questões de gênero no esporte olímpico é bastante evidente, principalmente, quando se confere a área de atuação dos especialistas responsáveis pelas diretrizes de elegibilidade. Basicamente, são pessoas das mais diversas especialidades médicas (com destaque para a endocrinologia) e das ciências do esporte. Apesar do gênero ser um assunto de interesse das ciências humanas há um bom tempo, as autoridades esportivas recusam qualquer opinião que venha deste campo. Karkazis e Jordan-Young (2018, p. 8) relatam que quando criticaram os regulamentos da IAAF/World Athletics por motivos antiéticos e científicos, a CAS considerou que a análise: “[...] não só estava completamente fora das evidências relevantes para julgar a regulamentação, mas também estava fora do alcance do próprio ‘conhecimento’, chamando-a de ‘opinião sociológica, que não equivale a conhecimento e evidência científica e clínica’”.

A esta reação pode ser dado o nome de epistemicídio, que segundo Carneiro (2005), é a negação e a desqualificação de certos tipos de conhecimento que passam a ser apresentados

pela classe dominante como subjetivos, emocionais, experimentais, não-eruditos, etc. Com mais detalhes: “[...] é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Na maioria das vezes, as produções acadêmicas usadas para a construção dos documentos de elegibilidade para atletas trans e com variação intersexual, além de serem exclusivas das ciências biológicas, são bastante endógenas. Pelo menos quatro artigos que serviram para definir as regras de elegibilidade da IAAF/World Athletics para atletas com variação sexual em 2018, têm o chefe do Departamento de Ciência e Saúde da mesma instituição, Stéphane Bermon, como colaborador.

Três destas produções, as quais apontavam que havia correlação entre as concentrações de andrógenos e o desempenho atlético, sofreram diversas críticas metodológicas e éticas que levaram Bermon a publicar uma errata em 2021. Nesta, é reportado que, na verdade, os estudos foram apenas exploratórios e não traziam provas sobre qualquer correlação entre andrógenos e performance e, portanto, deveriam ser corretamente interpretados como descobertas: “[...] exploratórias, nada mais, isto é, não confirmam a existência de uma relação causal.” (BERMON e GARNIER, 2017, p.1). Por conta desses estudos, Caster Semenya e Margaret Wambui ficaram de fora dos Jogos de Tóquio-2020. As questões que apontei neste parágrafo, inclusive, são referidas na ação movida por Caster Semenya:

[...] a Sra. Semenya alega que os estudos nos quais a IAAF se baseia para apoiar os Regulamentos DSD são falhos e não confiáveis. A este respeito: Os estudos da IAAF foram produzidos por indivíduos com conflitos de interesse e preconceitos (conscientes ou subconscientes) contra mulheres que não se conformam com uma visão sociocultural particular de feminilidade. (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018, p. 12).

Acredito que várias das manobras citadas aqui permitem que os órgãos esportivos escondam a ideologia por trás de suas ações. Entendo que, no momento, a principal ideologia usada pelas instituições esportivas é a do determinismo biológico, a qual está presente na ciência do dimorfismo sexual de ponta a ponta. Como aponta Oyëwùmí (2021, p.17), “A presença das construções de gênero não pode ser separada da ideologia do determinismo biológico”.

Chamo esta perspectiva de ideologia, porque uma das características fundamentais da ideologia é justamente proporcionar o ocultamento da realidade sócio-histórica (CHAUI,

1991). Antes de qualquer coisa, o determinismo biológico atua de três maneiras para tentar naturalizar processos hierárquicos que, na verdade, podem ter sido construídos e alimentados nas relações sociais: 1) criando a ideia de que as pessoas se distinguem nas habilidades devido às diferenças inatas, 2) afirmando que estas diferenças são herdadas biologicamente e 3) reforçando que a hierarquia é um dado completamente natural e universal da experiência humana (LEWONTIN, 2000).

Na narrativa de atletas olímpicas brasileiras, por exemplo, pode ser percebido algo que o determinismo biológico consegue invisibilizar à primeira vista: que o incentivo às práticas esportivas geralmente não é uma constante na construção da carreira das atletas. Deixo a seguir duas narrativas, a primeira é da atleta do salto em altura Aída dos Santos, participante de duas edições olímpicas (1964 e 1968) e, a segunda é de Cristiane Rozeira de Souza Silva, medalhista olímpica no futebol, em 2004 e 2008:

Então eu falei para minha mãe: eu tenho que ir, é a última eliminatória para ir lá e competir. Ela falou: mas antes de você ir, você vai ter que carregar água, lavar roupa, encerrar a casa, fazer comida...e pegar tua irmã. Então eu fiz tudo isso e depois vim para o Maracanã. Cheguei aqui e falei para meu técnico: olha, eu estou aqui, mas eu não quero competir não. Não quero mais Olimpíada, competir, porque eu estou cansada. ‘Ué, mas você não se concentrou, não?’. Eu falei: ‘me concentrei: lavei roupa, passei roupa, carreguei água.’⁴³

[...] sempre futebol, não tive vontade de fazer outro esporte, né. Tive oportunidade de fazer até um teste pra ginástica olímpica, passei no teste porque eu fazia capoeira, passei nos testes, mas pela distância, eu tinha aula e meus pais não tinham tanta condição de me levar e trazer e eu acabei ficando. E minha mãe tentou um balé, porque ela não queria que eu ficasse no futebol, e eu sempre no futebol, insistindo no futebol, né. E aí os 12 anos um vizinho meu, me vendo jogar, sempre pedia pra minha mãe pra me botar numa escolinha. Minha mãe sempre não, não, não, não deixava. Porque não queria, achava que era coisa de menino, essas coisas toda, até que ela mudou de ideia quando eu cheguei chorando muito triste, né. Jogando bola com os garotos e as vizinhas me ofenderam, né. Falou que não era coisa de menina e me ofenderam, e ela: “não, agora você vai jogar.”⁴⁴

No determinismo biológico, as situações impeditivas que aparecem nas narrativas acima não tem qualquer valor, pois para este tipo de ideologia os seres humanos são controlados por marcadores biológicos; neste caso, o grupo “mulheres” estaria destinado a

⁴³ Trecho retirado da narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

⁴⁴ Trecho retirado da narrativa biográfica disponível no acervo do projeto Memórias Olímpicas por Atletas Brasileiros.

desenvolver performances esportivas menores (e, portanto, menos interessantes), independentemente de qualquer experiência social.

Dito de outra maneira, na visão determinista, as integrantes da categoria feminina teriam uma pré-disposição ao desempenho atlético secundário, “[...] como consequência inevitável de suas próprias deficiências inatas e [...] portanto, nada pode ser feito a respeito.” (LEWONTIN, 2000, p. 26-27). Mas, enquanto a biologia é colocada como um obstáculo para certos grupos, no caso dos homens privilegiados é ao contrário: os marcadores biológicos são apontados como uma condição que pode ser superada, o que deixa a categoria masculina esportiva livre dos julgamentos que acontecem na feminina.

Outra coisa que a ideologia do determinismo biológico consegue esconder na prática esportiva é que a máxima que dita que os homens (cisgêneros) são mais qualificados que as mulheres (cisgêneras) em todos os esportes, nem sempre funciona. Trago aqui algumas histórias esportivas que desafiaram esta convicção. Nos Jogos Olímpicos de Barcelona-1992, a atleta chinesa Zhang Shan sagrou-se campeã no tiro (modalidade *skeet*). O evento era realizado de forma mista desde 1972, mas, com a vitória da atleta, a União Europeia de Tiro decidiu proibir as mulheres de competir com os homens. Como efeito, na próxima edição olímpica, realizada em Atlanta-1996, a prova de *skeet* só contou com a participação de homens e, em Sydney-2000, os organizadores olímpicos decidiram separar o *skeet* em categorias feminina e masculina - cenário que é mantido até os dias atuais.

Isto revela que as categorias devem ser separadas para manter a soberania masculina e para evitar que os homens cisgêneros sofram algum tipo de “humilhação pública”, uma vez que pela lógica do determinismo biológico, há uma garantia de vitória de homens sobre mulheres em qualquer situação. Por este motivo, os homens trans vêm sofrendo boicotes ao longo da história do esporte de alto rendimento, como aconteceu com Erik Schinegger e também, mais recentemente, com o boxeador norte-americano Patricio Manuel.

Já em 2020, durante a maratona aquática Capri-Nápoles na Itália, a italiana Arianna Bridi (1ª colocada) e a brasileira Ana Marcela Cunha (2ª colocada) além de conseguiram marcas melhores que as da prova masculina, também bateram o recorde de todos os tempos da competição (que completava sua 55ª edição).

De modo invertido, a pior colocação que se teve numa prova de 100m na natação não é de uma mulher cisgênera. A última colocação – de toda a história olímpica - é ocupada pelo atleta da Guiné Equatorial Eric Moussambani, e se deu durante os Jogos de Sydney-2000. Isso aconteceu quando o Comitê Olímpico Internacional, numa política de inclusão, disponibilizou vagas para atletas de países com pouco prestígio na modalidade. Morando num país sem

piscina olímpica e sem dominar muito bem os movimentos técnicos da natação, Eric atingiu o tempo de 1min52s72; Annie Speirs, última colocada em Estocolmo-1912 conseguiu a marca de 1min27s40.

Levanto este ponto, porque acredito que a experiência esportiva não é resultado do efeito de um único marcador biológico, como advertem as entidades olímpicas. Imputar toda a responsabilidade do desempenho em um único fator é uma característica profunda da ciência moderna, a qual mecanizou o corpo e o reduziu em partes. Como aponta Oyëwùmí (2021, p. 38): “[...] o reducionismo, ainda está no centro dos discursos de gênero, assim como está no centro de todas as outras discussões sobre a sociedade no Ocidente”.

Em meu ponto de vista, há um conjunto de fatores sociais que podem contribuir para o bom desempenho atlético, que compreende desde infraestruturas esportivas e equipes de apoio excelentes, até coisas como privilégios econômicos e incentivo cultural. Associado a isso, existem as inúmeras combinações físico-químicas que cada corpo apresenta, ou seja, não trabalho negando a fisiologia orgânica, mas mantenho o ponto de vista de que alguns centímetros a mais ou uma medida de testosterona fora do padrão estipulado pelas ciências médicas, não proporcionam uma subida milagrosa ao pódio. Se assim o fosse, seria simples saber desde a base esportiva quais crianças se tornariam campeãs olímpicas e as apostas esportivas girariam em torno das/os atletas mais altas/os e aparentemente mais fortes. Também existem aqueles casos em que a vitória se torna praticamente inexplicável, como quando vencem atletas que com menos horas de treinamento ou pouco apoio material ainda conseguem subir ao pódio.

Todo este quadro põe em xeque a ideia de presunção de vantagem bastante viva nas discussões sobre a inclusão de mulheres trans, pois de certa forma não há certeza absoluta sobre como alguém se torna vitorioso. Como relatei em vários momentos deste trabalho, a vigília dos marcadores biológicos só é feita na categoria feminina, nunca as entidades esportivas se importaram em avaliar a testosterona (endógena), nem o par de cromossomos, nem a quantidade de pelos distribuídos pelo corpo, muito menos o tamanho do pênis dos integrantes da categoria masculina. Na verdade, as “vantagens” dos homens cisgêneros são lidas como dádivas naturais, porque desde sempre o corpo masculino foi entendido como possuidor das mais altas capacidades físicas. Um exemplo disso é o nadador Michael Phelps, maior medalhista de toda a história olímpica. Phelps apresenta uma condição denominada síndrome de Marfan - doença genética que atinge o tecido conjuntivo - que lhe confere uma estrutura corpórea com extremidades alongadas; popularmente dizendo, este atleta apresenta

um “corpo de peixe”. Contudo, isto nunca foi uma questão para as autoridades esportivas, nem para os adversários, nem para a imprensa, muito menos para a torcida.

De qualquer forma, mesmo se quiséssemos insistir que só a molécula de testosterona importa, é fato que a narrativa sobre esta substância química foi construída reforçando crenças culturais baseadas nas diferenças de gênero. Conforme discuti no capítulo 4, enquanto os primeiros pesquisadores procuravam descrever os principais efeitos da testosterona sobre os tecidos, ficou decidido que tal molécula era sexual e masculina, mesmo sabendo-se que ela mantinha outras funções e que também podia ser encontrada em todos os corpos. Nas palavras de Jordan-Young e Karkazis (2019, p. 11, tradução nossa), “A molécula de testosterona é uma substância fascinante, mas a história [oficial] sobre ela tem mais poder”.

Em livro publicado pelas autoras, é contado como a testosterona foi relacionada a atributos socialmente compreendidos como masculinos, tais como: agressão, violência e impulsividade. Elas também revelam coisas que parecem importantes ao esporte, mas que ficam obscurecidas pela história oficial que se conta sobre a molécula. Por exemplo: que as concentrações de testosterona variam entre os períodos de descanso, treino e competição, que os valores flutuam durante a menstruação, que a testosterona é responsiva à cafeína, ao álcool, à nicotina e à privação do sono, que suas ações dependem da interação com outros hormônios e enzimas, que a sensibilidade dos receptores varia bastante de modo que algumas pessoas conseguem melhores respostas com a mesma quantidade do hormônio circulante, que algumas mulheres saudáveis podem ter um nível alto de testosterona justamente porque seus corpos não são muito eficientes em usar a molécula, e por aí vai (JORDAN-YOUNG E KARKAZIS, 2019).

Somado a isso, conforme procurei retratar nos dois primeiros capítulos, a noção de feminilidade reproduzida pelas entidades esportivas, que utiliza o determinismo biológico como bússola, é aquela que sustenta o fantasma pálido do século XVIII. Coincidência ou não, o gestor da IAAF/World Athletics, Stéphane Bermon, usou uma pintura deste século em uma de suas apresentações para descrever o que entende por “mulher”. Assim, está nítido que o corpo “verdadeiro” para a categoria feminina ainda é aquele que sustenta uma determinada aparência associada a uma organização biológica específica (que requer no mínimo: útero, ovários, cromossomos XX e os andrógenos em concentrações “adequadas”). É quase como que, para tal ficção ser reconhecida como “original” e humana, ela deve ser entrelaçada à “raça”, ao gênero, ao desejo sexual, e ao recorte geográfico “corretos”.

Com isso, não quero dizer que só as atletas brancas cisgêneras e heterossexuais do Norte Global são aceitas nas competições, mas sim que elas têm assegurado nos últimos

tempos, o direito a não-discriminação, ao não-escrutínio e a proteção da reputação. Por outro lado, quando os alicerces que sustentam a “originalidade feminina” não são respeitados, as atletas podem experimentar: suspeitas relacionadas à sua aparência e performance, humilhação pública que pode desencadear uma diminuição da segurança pessoal em determinados países, além do encaminhamento à investigação e tratamento médico que ao longo da trajetória olímpica e da ciência moderna se mostraram altamente prejudiciais.

Em minha opinião, os regulamentos de elegibilidade para atletas com variação sexual, além de desumanos, discriminatórios e seletivos, ajudam a manter uma “reserva de mercado” para a “classe protegida” (termo que a própria IAAF/World Athletics usa em seus documentos e que, claramente, se refere às atletas cisgêneras). (COURT OF ARBITRATION FOR SPORT, 2018). No caso das mulheres trans, é visto um esforço das autoridades olímpicas para adequá-las a mesma noção essencialista que se criou para as mulheres cisgêneras ao longo do desenvolvimento da ciência moderna. Pelos documentos de elegibilidade fica claro que estas atletas são compreendidas como parte de um grupo homogêneo, medicalizado e cirúrgico, quando isto não remete à realidade.

Com isso, entendo que lutar pelo “feminino” no esporte é o mesmo que lutar para manter de pé a ficção política que recorre o tempo todo a um estereótipo representado pela fragilidade e delicadeza. Falo aqui de um tipo de fragilidade relacionada a uma suposta mediocridade física – vista desde a infância - que interferiria diretamente na habilidade esportiva das “mulheres”.

Neste sentido, estou de acordo com as considerações de Preciado (2019, p. 309) de que: “A nossa maior urgência não é defender o que somos (homens ou mulheres), mas rejeitá-lo, desidentificar-se da coerção política que nos obriga a desejar a norma e a repeti-la.”. No contemporâneo, está claro que a própria norma binária pode ser revista, entendida como uma produção histórica, colocada em vertigem. É justamente pelo regime binário, que o esporte se torna um dos dispositivos mais poderosos de produção do gênero. Do modo como está colocado, é durante a prática esportiva que muitos homens provam sua força e virilidade, e é também no esporte que muitas mulheres reconhecem sua “fragilidade” e sua subalternidade em relação aos homens.

Perspectivas eugenistas, sexistas e racistas, estão desde sempre enraizadas no esporte moderno e perpetuam no contemporâneo, gerando LGBTQIA+fobia, misoginia e racismo. Porém, o que mais preocupa é que neste campo elas aparecem em plena luz do dia, como se tivessem uma espécie de aval para isso, como se o esporte pudesse ser um espaço de despejo das frustrações e neuroses alheias. Diante destas constatações, encerro esta tese com a

impressão de que é fundamental permanecer analisando quais forças capitalistas, coloniais, neoliberais e etc., continuam moldando as “mulheres legítimas” de nossos tempos, e como elas também ajudam a construir os documentos de elegibilidade das entidades esportivas, no que concerne as questões de gênero e “raça”. Assim, a pergunta que fica é: quais resistências desestruturariam este poder difuso que prejudica a categoria feminina como um todo?

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. Fighting for acceptance: Sigfrid Edström and Avery Brundage – their efforts to shape and control women’s participation in the Olympic Games. **The Global Nexus Engaged**. Sixth Internacional Symposium for Olympic Research, 2002.

ALEKSIÉVITCH, S. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras; 2016.

AMATO, J. F. **Kairós**: o momento da partida na história de vida de mulheres olímpicas brasileiras. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de São Paulo, 2018.

ANDRONICOS, M. et al. **Os jogos olímpicos na Grécia antiga**: Olímpia antiga e os jogos olímpicos. São Paulo: Odysseus, 2004.

ARAUJO, S. E. C de. As mulheres e o esporte olímpico brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960: as políticas públicas do esporte e da educação física. In: RUBIO, K (org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BAUER, J. E. On the nameless love and infinite sexualities john henry mackay, magnus hirschfeld and the origins of the sexual emancipation movement. **Journal of Homosexuality**, v. 50, n.1, 2005.

BAUMFREE, I. **Sojourner Truth**. Geledés. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/#>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BBC SPORT SOUND. The Transgender Man Who Changed the Olympics. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/p041mff2>. Acesso em: 20 dez 2023.

BENTO, B; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2. 2012.

BERMON S, GARNIER P-Y. Serum androgen levels and their relation to performance in track and field: mass spectrometry results from 2127 observations in male and female elite athletes. **Br J Sports Med**. v. 51, p.1309–14, 2017.

BIOGRAFRICA. **Louise Stokes and Tidye Pickett**: The African Athletes Omitted from History. 2022. Disponível em: <https://www.biografica.com/2022/01/04/louise-stokes-and-tidye-pickett-the-african-athletes-omitted-from-history/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BLACKBURN, K. Fanny Durack: Trailblazing Olympian. Friends of the National Library of Australia newsletter. 2020. Disponível em: https://www.nla.gov.au/sites/default/files/2022-05/K0255_FriendsNewsletter_Winter2020_v6.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

BLICK. Wie aus Abfahrtsweltmeisterin Erika Schinegger Erik wurde. 2023. Disponível em: https://www.blick.ch/sport/mehr_sport/ski-legende-wird-75-wie-ausabfahrtsweltmeisterin-erika-schinegger-erik-wurde-id18668394.html. Acesso em: 10 jan. 2024.

BUDO. **A medalhista mundial Edinanci Silva realiza hoje live**. 2020. Disponível em: <https://revistabudo.com.br/a-medalhista-mundial-edinanci-silva-realiza-hoje-live-na-7a-drj-sudoeste/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABARÉ ELDORADO: o alvo dos nazistas. Direção: Benjamin Cantu, 2023. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81331646>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, S. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: Buarque de Hollanda, H (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CAVANAGH, S. L; SYKES, H. Transsexual bodies at the olympics: the international olympic committee's policy on transsexual athletes at the 2004 athens summer Games. **Body & Society**. vol. 12, n. 03, p. 75-102, 2006.

CAYLEFF, S. E. **Babe: the life and the legend of Babe Didrikson Zaharias**. University of Illinois Press, 1996.

CHATZIEFSTATHIOU, D. Reading Baron Pierre de Coubertin: issues of gender and race. **Aethlon**. v. 25, n. 2, 2008.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Código de conduta ética**. Rio de Janeiro, 2018.

COURT OF ARBITRATION FOR SPORT. **CAS 2014/A/3759 Dutee Chand v. Athletics Federation of India (AFI) & The International Association of Athletics Federations (IAAF)**, 2015.

COURT OF ARBITRATION FOR SPORT. **CAS 2014/A/5794 Mokgadi Caster Semenya x The International Association of Athletics Federations**. Arbitral Award, 2018.

CUNNINGHAM, G. B; BUZUVIS, E; MOSIER, C. Inclusive Spaces and Locker Rooms for Transgender Athletes. **Kinesiology Review**, 2018, v. 7, p. 365-374.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIMEO, P. Good versus evil? Drugs, sport and cold war. In: WAGG, S; ANDREWS, D. L. **East plays West: sport and Cold War**, New York, 2007.

DORLIN, E. **Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista**. São Paulo: Crocodilo/Ubu, 2021.

EDINANCI, vê preconceito e quer se casar. **A Folha de São Paulo**. p. 16, 30 maio de 1996.

EL PERIODICO DE ARAGON. **Mayte Martínez pide disculpas a Semenya por algunos de sus comentarios**. 2009. Disponível em: https://www.elperiodicodearagon.com/noticias/deportes/mayte-martinez-pide-disculpas-semenya-algunos-sus-comentarios_519754.html. Acesso em: 14 nov 2018.

ELDERS, M. J; SATCHER, D; CARMONA, R. **Re-Thinking genital surgeries on intersex infants**, 2017.

ELSAS, L. J. et al. Gender verification of female athletes. **Genetics in medicine**. v. 2. n. 4, 2000.

ERIKAINEN, S. The story of Mark Weston: re-centring histories and conceptualising gender variance in 1930s International Sport. **Gender & History**, v. 32 n. 2, p. 304–319, 2020.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.

FAUSTO-STERLING, A. **Cuerpos sexuados: la política de género e la construcción de la sexualidade**. Barcelona: Melusina, 2006.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas**, n. 20, 2019.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FÉNICHÉL, P et al. Molecular Diagnosis of 5-Reductase Deficiency in 4 Elite Young Female Athletes Through Hormonal Screening for Hyperandrogenism **J Clin Endocrinol Metab**, 2013, v. 98, n. 6, p. E1055–E1059.

FERREIRA DA SILVA, D. **A dívida impagável**. São Paulo, 2019.

FERREIRA JUNIOR, N; RUBIO, R. Revisitando a “raça” e o racismo no esporte brasileiro: implicações para a Psicologia Social. In: RUBIO, K. **Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI**. São Paulo: Laços, 2019.

FERREIRA JUNIOR, N. **Olimpismo negro: uma ontologia das resistências ao racismo no esporte, por atletas olímpicos brasileiros**. 2021. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FETTER, J. C. S. S. **Isso não é coisa de menina: a ausência de mulheres no cargo de treinadoras no voleibol de alto rendimento**. 2023. Dissertação (Mestrado em Cultura, Filosofia e História da Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/D.48.2023.tde-11052023-101241. Acesso em: 2024-01-16.

FONTENELLE, A. Edinanci nega já ter feito exame médico. **A Folha de São Paulo**, São Paulo. p. 11, 16 julho 1996.

- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**: estratégia poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FRANKE, W. W. BERENDONK, B. Hormonal doping and androgenization of athletes: a secret program of the German Democratic Republic government. **Clinical Chemistry**. v. 43, n.7, p. 1262–1279, 1997.
- GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. v. 8. n. 1, 2005.
- GONÇALVES, M. A. Comitê decide sexo de Edinanci até sexta. **A Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 11, 17 julho 1996.
- GRIFFITHS, D. A. Diagnosing sex: Intersex surgery and ‘sex change’ in Britain 1930–1955. **Sexualities**, v. 21(3) p. 476–495, 2018.
- GUARDIAN SPORT. 2016. **Sebastian Coe Indicates IAAF Will Challenge Female Testosterone Ruling**. Guardian, August 11. <https://www.theguardian.com/sport/2016/aug/11/caster-semenya-sebastian-coe-iaaf-cas-testosterone-olympics>.
- HACKING, I. Making up people. In: STEIN, E. **Forms of desire**: sexual orientation and the social constructionist controversy, New York: Routledge, 1990.
- HARPER, J et al. How does hormone transition in transgender women change body composition, muscle strength and haemoglobin? Systematic review with a focus on the implications for sport participation. **Br J Sports Med** 2021;**55** p. 865–872
- HEGGIE, V. Testing sex and gender in sports: reinventing, reimagining and reconstructing histories. **Endeavor**. v. 34. n. 4, 2010.
- HEILBORN, M. L; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], n. 20, 2018.
- HOLOCAUST ENCICLOPEDIA. **The movement to boycott the berlin olympics of 1936**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/the-movement-to-boycott-the-berlin-olympics-of-1936>. Acesso em: 17 jan. 2024.

hooks, b. **E eu não sou uma mulher?:** mulheres negras e feminismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, b. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS. **IAAF regulations governing eligibility of females with hyperandrogenism1 to compete in women's competition**, 2011a.

INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS. **IAAF regulations governing eligibility of athletes who have undergone sex reassignment1 to compete in women's competition**, 2011b.

INTERNACIONAL ASSOCIATION OF ATHLETICS FEDERATIONS. **Eligibility Regulations for the Female Classification (Athletes with Differences of Sex Development)**, 2018. Disponível em: <https://www.iaaf.org/about-iaaf/documents/rules-regulations> Acesso em: 16/11/2018.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Statement of the Stockholm consensus on sex reassignment in sports**, 2003. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Factsheet: the games of the Olympiad**, Lausanne, 2013.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Factsheet women in the olympic movement**. Lausanne: Suíça, 2016. Disponível em https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em: 26 ago 2019.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism**, 2015. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf Acesso em: 16/11/2018.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **IOC framework on fairness, inclusion, and non-discrimination on the basis of gender identity and sex variations**, 2021.

JAEGER, W. W. **Paideia:** a formação do homem grego. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JORDAN-YOUNG, R. M; KARKAZIS, K. **Testosterone:** an unauthorized biography. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

KARKAZIS, K. **Fixing sex:** intersex, medical authority, and lived experience. [S.I]: Duke University Press, 2008.

KARKAZIS, K et al. Out of Bounds? A Critique of the New Policies on Hyperandrogenism in Elite Female Athletes. **Am J Bioeth.** v. 12, n.7, p. 3–16, 2012.

KARKAZIS, K; JORDAN-YOUNG, R. M. The powers of testosterone: obscuring race and regional bias in the regulation of women athletes. **Feminist Formations**, v. 30, n. 2, pp. 1–39, 2018.

KATHRINS, M; KOLON, T. F. Malignancy in disorders of sex development. *Translational Andrology and Urology.* v. 5, n. 5, p. 794-798, 2016.

KIDD, B; KARKAZIS, K; MITRA, P. To president Thomas Bach and other members of the Internacional Olympic Committee.

KIETLINSKI, R. **Japanese woman and sports: beyond baseball and sumo.** London: Bloomsbury Academic, 2011.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOSHIE, N. **The rising star who ended her life much before Dutee Chand challenged the rules.** Indian Express, 2018. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/sports/sport-others/the-girl-before-dutee-chand-pratima-gaonkar-5346699/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

KAMPF UMS GESCHLECHT: die verstossenen frauen des sports. Direção: Olga Sviridenko, Edmund Willison e Hajo Seppelt, 2019.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEIGH, M. H.; BONIN, T. M. The pioneering role of madame Alice Milliat and the FSFI in establishing international trade and field competition for women. **Journal of Sport History**, v. 4, n. 1, p. 72-83, 1977.

LEWONTIN, R. C. **Biologia como ideologia: a doutrina do DNA.** Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2000.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: Buarque de Hollanda, H (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUTADORA, faz operações no sexo para ir a Atlanta. **A Folha de São Paulo.** São Paulo, p. 8, 27 maio 1996.

LJUNGQVIST, A; GENEL, M. Essay Transsexual athletes: when is competition fair? **Lancet**, v. 366, p. S42–43, 2005.

MARTÍNEZ-PATIÑO, M. J. Personal account: a woman tried and tested. **Lancet.** v. 366, 2005.

MATHIAS, M. B. As mulheres e as práticas corporais em clubes da cidade de São Paulo do início do século XX. In: RUBIO, K (org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MELO, K. F. S. et al. Síndrome de Insensibilidade aos Andrógenos: análise clínica, hormonal e molecular de 33 Casos. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica**. v. 49 n. 1, 2005.

MIÑOSO, Y. E. Fazendo a genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: Buarque de Hollanda, H (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MITCHELL, S. Women's participation in the Olympic Games 1900-1926. **Journal of Sport History**. v. 4. n. 2, 1977.

MOKOENA, T. Caster Semenya: 'How would I label myself?. I'm an African. I'm a woman. I'm a different woman'. **The Guardian**. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2023/oct/28/athlete-caster-semenya-interview-im-a-woman-im-a-different-woman?ref=upstract.com>. Acesso em: 20 dez 2023.

MOMBAÇA, J. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! São Paulo: **Fundação Bienal de São Paulo**, 2016. Disponível em: <http://imgs.fbsp.org.br/files/62cc76f73d2d77003436339c56954187.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MUKHERJEE, S. The curious case of Shanthi: the issue of transgender in indian sports. **Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities**. v. 3. n. 6, 2014.

NYAYIEKA, I; MACFARLANE, C; SHELLEY, J. Running as equals: the elite athletes fighting for acceptance. 202[?]. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2021/07/sport/athletics-testosterone-rules-negesa-imali-running-as-equals-dsd-spt-intl-cmd/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

OLYMPIC PRIDE, AMERICAN PREJUDICE. Direção: Deborah Riley Draper. Roteiro: Cristopher Englese, Francis Gasperini, Deborah Riley Draper. A Coffee Bluff Pictures productions e Spark Productions, 2016.

OLYMPICS. Fanny Durack attire les projecteurs olympiques sur la natation feminine. 1912. Disponível em: <https://olympics.com/fr/infos/fanny-durack-attire-les-projecteurs-olympiques-sur-la-natation-feminine>. Acesso em: 26 abr. 2024.

OLYMPICS. Team USA's Chris Mosier continues to break barriers for trans athletes. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UjTwS_UtwN0. Acesso em: 28 out 2019.

OUDSHOORN, N. **Beyond the natural body: an archeology of sex hormones**. London, New York: Routledge, 1994.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PFISTER, G; NIEWERTH, T. Jewish women in gymnastics in sports in germany: 1898-1938. **Jornal of Sport History**. v. 26. n. 2, 1999.

PIEPER, L. P. **Sex testing**: gender policing in women's sports. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

PIRES, B. **A gestão da integridade**: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

PLUMMER, K. Categorias homossexuais: alguns problemas de pesquisa na perspectiva de rotulação da homossexualidade. **Plural**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 305-332, 2020.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo, n-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. **Un apartamento em Urano**: crônicas del cruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v.22, n.1, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Peru Indígena**. v.13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RAMOS, S. S. **Corpo e mente**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

REPLIKA. “Charlotte, Toni i Dora”, 2023. Disponível em: <https://replika-online.pl/charlotte-toni-i-dora/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

RESERVA, de atleta operada crê que não vai aos Jogos Olímpicos. **A Folha de São Paulo**, São Paulo. p. 12, 28 maio de 1996.

RETHINKING ATHLETICS. A brief history of sex verification. 2018. Disponível em: <https://rethinkingathletics.blogspot.com/2018/02/a-brief-history-of-sex-verification.html>. Acesso em: 27 out. 2023.

REUTERS E AFP. Uganda promulga lei anti-LGBTQIA+ que prevê até pena de morte. **A Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/uganda-promulga-lei-anti-lgbtqia-que-preve-ate-pena-de-morte.shtml>. Acesso em: 22 dezembro 2023.

ROGOL, A. D; PIEPER, L. P. The interconnected histories of endocrinology and eligibility in women's sport. **Hormone Research in Pediatrics**, v. 90, 2018.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

ROSE, S; LEWONTIN, R. C; KAMIN, L. **Not in our genes: biology, ideology and human nature**. London: Penguin Books, 1990.

RUBIO, K; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v.5. n. 11, 1999.

RUBIO, K. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, 16(2): 130-43, jul./dez, 2002.

RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, v.24, n.1, p.55-68, 2010.

RUBIO, K. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: RUBIO, K (org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

RUBIO, K (Org.) **Mulheres e esporte no brasil: muitos papéis, uma única luta**. São Paulo: Laços, 2021.

SIMPSON, et al. Gender verification in the Olympics. **JAMA**. v. 284. n. 12, 2000.

SKIING'S INTERSEX CHAMPION ERIK SCHINEGGER. Trans World Sport. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8mgQ97TKxc8&t=11s>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÖDERSTEN, P. et al. Eugen Steinach: the first neuroendocrinologist. **History of endocrinology**. v. 155, n.3, p 688–702, 2014.

TEBBUTT, C. The spectre of the 'man-woman athlete': Mark Weston, Zdenek Koubek, the 1936 Olympics and the uncertainty of sex. **Women's history Review**, v. 24. n. 5, 2015.

TELLES, T, C. B. Corporeidade, esporte e gênero nas artes marciais & esportes de combate, 2018.

THE OLYMPIANS. Ewa Klubokowska's timing was right in 1964, but wrong in 1967: the inexact science of gender testing in the 1960s. 2016. Disponível em: <https://theolympians.co/2016/05/19/ewa-klubokowskas-timing-was-right-in-1964-but-wrong-in-1967-the-inexact-science-of-gender-testing-in-the-1960s/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

THE OLYMPIANS. **The incredible Babe Didrikson-Zaharias**. 2016. Disponível em: <https://theolympians.co/2016/12/11/the-incredible-babe-didrikson-zaharias-part-1-the-first-female-super-athlete/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

TRALCI FILHO, M. A; ARAUJO, S. E. C. As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas. In: RUBIO, K (org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TRALCI FILHO, M. A. A identidade da atleta brasileira: os “pontos de apego temporários” da mulher na vida esportiva. In: RUBIO, K (org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TRANSGRIOT. **2016 olympics Watch-Semenya Wins Gold**. 2016. Disponível em: <https://transgriot.blogspot.com/2016/08/2016-olympics-watch-semenya-wins-gold.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAINI, A. **Inferior é o caralho**: eles sempre estiveram errados sobre nós. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2018.

SPIEGEL. **Die wahre Dora**. n. 38, p. 150-154, 2009. Disponível em: <https://magazin.spiegel.de/EpubDelivery/spiegel/pdf/66886636>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SPORTS ON FIRE: **She runs like a man**. Direção: Pete McCormack. Canadá, 2015.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. [20--]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 11 abr. 2024.

VIEIRA, A. et al. Pelo fim das intervenções médicas precoces e não emergenciais em intersexos. *Jornal Nexo*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/Pelo-fim-das-interven%C3%A7%C3%B5es-m%C3%A9dicas-precoces-e-n%C3%A3o-emergenciais-em-intersexos> Acesso em 20 dez 2023, 2018.

WELCH, P. Search for Margaret Abbott. *Olympic Review*, v. 182, p. 752-754, 2016.

WELKY, D. B. Viking girls, mermaids, and little brown men: U.S. journalism and the 1932 Olympics. *Journal of Sport History*, v. 24, n. 1, 1997.

WELLCOME COLLECTION. **Papers relating to the International Athletic Foundation Workshop on approved methods of femininity verification**, Monte Carlo, Monaco, 10-11 November 1990. 1990. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/bcdjxssp>. Acesso em: 11 abr. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Goya Maja**. 2012. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Goya_Maja_naga2.jpg. Acesso em: 03 jan. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Polish Volleyball Cup Pila**. 2013. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Erika_Coimbra#/media/File:Polish_Volleyball_Cup_Pi%C5%82a_2013_\(8555746256\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Erika_Coimbra#/media/File:Polish_Volleyball_Cup_Pi%C5%82a_2013_(8555746256).jpg). Acesso em: 27 dez. 2023.

WIKIMEDIA COMMONS. **Kinue Hitome**. 2014. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Kinue_Hitomi#/media/File:HitomiKinue_at_Ams.jpg. Acesso em: 26 abr. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Mark Weston 1936**. 2014. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mark_Weston_1936.jpg. Acesso em: 26 abr. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Tamara and Irina Press 1960**. 2015. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tamara_and_Irina_Press_1960.jpg. Acesso em: 15 mar. 2021.

WIKIMEDIA COMMONS. **Berlin 1936 woman 100 m Helen Stephens Stella Walasiewicz**. 2015. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:PIC_1-M-878-213_Berlin_1936_women_100_m_Helen_Stephens_Stella_Walasiewicz.JPG. Acesso em: 26 abr. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Charlotte Reinagle Cooper**. 2016. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charlotte_Reinagle_Cooper.jpg. Acesso em: 26 abr. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Dutee Chand**. 2018. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dutee_Chand.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

WIKIMEDIA COMMONS. **Hermann Ratjen alias “Dora Ratjen”**. 2019. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bundesarchiv_Bild_183-C10379_Hermann_Ratjen_alias_%22Dora_Ratjen%22.jpg. Acesso em: 26 abr. 2024.

WORLD ATHLETICS. Eligibility regulations for transgender athletes, 2019.

WORLD ATHLETICS. **IAAF to introduce eligibility rules for female with hyperandrogenism**. 2011. Disponível em: <https://worldathletics.org/news/iaaf-news/iaaf-to-introduce-eligibility-rules-for-femal-1>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS

Pesquisador Responsável: Profa. Dra. Katia Rubio

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: EEFE-USP

Telefones para contato: (11) 30913181 - (11) 30913151 - (11) 91387466

Nome _____ do _____ voluntário:

Idade: _____ anos, R.G. _____, Responsável legal (quando for o caso):

_____ R.G. Responsável legal:

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS, de responsabilidade da Profa. Dra. Katia Rubio.

O presente projeto tem como objetivo recuperar a memória dos atletas olímpicos que representaram o Brasil em várias edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e por meio dessas histórias individuais discutir a formação da identidade do atleta, a importância desse ator social no cenário brasileiro e o movimento de construção e manutenção do imaginário esportivo brasileiro.

Com o consentimento do atleta as entrevistas são registradas em vídeo e posteriormente transcritas para análise. A pesquisa não oferece risco ao participante e espera-se com essa pesquisa fazer um levantamento das modalidades medalhistas, da trajetória de seus atletas no cenário nacional – e o reconhecimento por parte da população de seus feitos – e analisar a política das Federações e Confederações Esportivas naquilo que se refere à influência desse procedimento na formação de novos atletas. Montar um banco de dados – em forma de imagem e de textos – com a memória do esporte nacional e a partir desses dados construir uma Enciclopédia dos atletas olímpicos brasileiros. As informações coletadas serão publicadas com o consentimento do participante.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

São Paulo, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

Testemunha

Informações relevantes ao pesquisador responsável:

Res. 196/96 – item IV.2: O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.